



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**  
**MESTRADO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS**

**INTERDISCIPLINARIDADE: REFLEXÕES SOBRE O ATUAL  
CAMPO DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL**

**DIANA PAIM DE FIGUEIREDO BRAITENBACH**

Salvador  
2006

**DIANA PAIM DE FIGUEIREDO BRAITENBACH**

**INTERDISCIPLINARIDADE: REFLEXÕES SOBRE O ATUAL  
CAMPO DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do grau de Mestre em Ensino, Filosofia  
e História das Ciências pela Universidade  
Federal da Bahia e Universidade Estadual de  
Feira de Santana.

Orientador: Professora Doutora Elyana Barbosa

Salvador  
2006

B814 Braitenbach, Diana Paim de Figueiredo

Interdisciplinaridade: reflexões sobre o atual campo da  
saúde mental no Brasil / Diana Paim de Figueiredo  
Braitenbach - Salvador, 2006

125 f.

Orientadora: Profa. Dra. Elyana Barbosa

Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das  
Ciências – Universidade Federal da Bahia, 2006).

1. Interdisciplinaridade 2. Saúde mental. 3. Reforma  
psiquiátrica. 4. Conhecimento I. Barbosa, Elyana  
(Orientadora) II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU – 616.89(81)

A  
Gélio, Beatriz e Enrique  
Jacintho, Socorro e Yuri  
Pela beleza e força de uma vida toda compartilhada;

A  
Angelina e Cecília  
Pela dignidade em cada letra de suas histórias.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Elyana Barbosa, orientadora de todo este percurso, desde o seu momento enquanto projeto, até sua transformação em dissertação. Por sua presença permanentemente acolhedora aos movimentos que elaborei, ao mesmo tempo em que sinalizava no sentido de um aprofundamento e enriquecimento das idéias, alargando os horizontes deste estudo. Pela atenção e sensibilidade durante estes anos de diálogo, minha gratidão.

À Ester e Marisa, companheiras muito próximas nesta jornada, por nossos encontros e trocas tão significativos e solidários, muito obrigado.

Aos familiares e amigos, obrigado sempre.

## **RESUMO**

A questão interdisciplinar vem se configurando como um tema instigante, alvo de diversas abordagens epistemológicas. O debate destes distintos fundamentos, nos âmbitos mundial e nacional, converge para significativos aspectos acerca da interação entre os diferentes saberes e assim, promove uma ampliação nas discussões contemporâneas acerca do conhecimento. Este tema encontra-se também no cerne das propostas que impulsionam a reforma psiquiátrica no Brasil e a reorganização da atenção em saúde mental. Esta dissertação busca refletir acerca dos pressupostos das vertentes interdisciplinares e suas repercussões no atual (1987 até o momento presente) campo da saúde mental no país.

**Palavras-chave :** Interdisciplinaridade, Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica, Conhecimento.

## **ABSTRACT**

The interdisciplinary question has become as an instigating theme, an issue which has been discussed by different epistemological views. The debate of these distinct bases, in the world and national context, converge to significant aspects over the different knowledge interaction and then, promote an enlargement in the contemporary discussion about knowledge. This theme is also in the core of the proposals that trigger the psychiatry reform in Brazil and a reorganization of mental health attention. This essay searches to reflect on the pre-requisites of the interdisciplinary slopes and their effects on the current (1987 until present time) Brazil's mental health field.

**Keywords :** Interdisciplinary, Mental Health, Psychiatry Reform, Knowledge.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 INTERDISCIPLINARIDADE: HISTÓRIA, ABORDAGENS E DEBATES .....</b>	<b>18</b>
<b>3 A INTERDISCIPLINARIDADE NO BRASIL: AMPLIANDO CONSIDERAÇÕES SOBRE PRESSUPOSTOS .....</b>	<b>49</b>
<b>4 REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES E O ATUAL CAMPO DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES .....</b>	<b>80</b>
<b>5 CONCLUSÕES .....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>121</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A importância do conhecimento no âmbito da existência humana não pode ser equacionada se não se retomar sua gênese e seu lugar antropológicos. Com efeito, o modo de existir humano não pode prescindir da contínua e sempre crescente contribuição desta atividade.

Nesse campo, um aspecto que emergiu nas últimas décadas diz respeito à questão da interdisciplinaridade. Objeto de estudo que vem sendo investigado em diversas áreas do saber, o assunto tem motivando fecundas abordagens também no contexto do ensino, história e filosofia da ciência.

Tal assunto, seja no conceito de interdisciplinaridade ou de seus correlatos, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade, representa, na atualidade, espectro de hipóteses e teorias bastante diversificadas, cada qual atribuindo a esses termos significados e conseqüências compatíveis com a concepção estabelecida. Reflexões têm sido feitas, no sentido de avaliar conjuntamente tais termos com o conceito de disciplinaridade, para alcançar uma abordagem mais consistente nesse campo.

A temática interdisciplinar tem apresentado um significativo desdobramento nas discussões contemporâneas acerca do conhecimento. Permeada por diferentes arcabouços conceituais, a interdisciplinaridade tem sido estudada por distintos olhares. Essa problematização, com suas várias vertentes, vem ganhando repercussões em muitas áreas do saber. O eco desse debate, porém, não atingiu estas áreas de forma homogênea e, atualmente, o aprofundamento nesse assunto tem sido realizado mais intensamente em alguns campos do que em outros. O terreno da educação e suas relações com a interdisciplinaridade têm atraído predominantemente estudos e produções, estando outras áreas ainda em representação menos significativa. Numa das perspectivas deste trabalho, procurar-se-á se desenvolver a contribuição do tema interdisciplinar na direção de um campo ainda pouco explorado nessa interseção.

Comentando a inserção e os desafios de tal temática na contemporaneidade, Vasconcelos afirma:

Assim, a diversidade e a multidimensionalidade das formas contemporâneas de opressão e luta social requerem que a produção de conhecimento crítico seja capaz de considerar e fazer interagir estas diversas epistemologias, campos de saber e paradigmas particulares, sem cair nas conhecidas estratégias de julgar e reduzir as diversas perspectivas por meio de uma metateoria ou narrativa onipotente o suficiente para imperializar todos os demais campos, o que neste trabalho chamamos de “imperialismos epistemológicos” (VASCONCELOS, 2002, p.13).

Paralelamente a essa discussão, observa-se também, predominantemente na última metade do século XX, o surgimento de uma outra forma de percepção e abordagem do fenômeno da loucura, carregando consigo um imenso potencial de mudanças, que se traduzirão nos diversos movimentos de reforma psiquiátrica em inúmeros países, inclusive no Brasil.

Numa referência aos acontecimentos mais diretamente ligados à realidade brasileira, o final do século XX se constitui como um período marcante para um novo

direcionamento na saúde mental. Destaca-se aí a Declaração de Caracas (1990), documento produzido numa Conferência Regional para Reestruturação da Assistência Psiquiátrica dentro dos Sistemas Locais de Saúde (SILOS). O referido encontro apontava para a necessidade de uma revisão crítica do papel hegemônico e centralizador do hospital psiquiátrico na assistência, recomendando um modelo voltado para um outro propósito, com ênfase em uma abordagem ampliada ao portador de transtorno mental.

No Brasil, esse movimento também ecoou de forma contundente, com a incorporação dessas diretrizes em diversas portarias que, entre outras coisas, ressaltavam “*a necessidade de construir uma rede diversificada e ampliada de assistência sócio-sanitária: (...).para o cuidado em saúde mental*” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p.8). Porém, o marco definitivo para a reestruturação foi a sanção da lei da reforma psiquiátrica (Lei Nº 10.216) em abril de 2001, doze anos após o seu envio para apreciação no Congresso Nacional Brasileiro.

Sobre o impacto trazido por essa aprovação para a sociedade brasileira, Amarante comenta que “*o resultado importante desse contexto foi que, de forma muito importante, os temas da loucura, da assistência psiquiátrica e dos manicômios, invadiram boa parte do interesse nacional*” (AMARANTE, 2003, p.84). Nesse aspecto, o assunto que, cotidianamente, era tratado prioritariamente por um círculo restrito de grupos, ganha repercussão extensa, de modo a alcançar a atenção de diversos segmentos sociais.

Ainda que distante de se constituir como objeto de debate plenamente inserido na cultura brasileira, a aprovação desse projeto de lei e, em seguida, a publicação mais recente de diversas portarias, dando continuidade a uma série de modificações na assistência psiquiátrica, trazem esse tema para maior evidência, colocando-o em lugar distinto daquele antes ocupado, à margem dos olhares e do interesse em geral.

Apesar dessas mudanças, vale ressaltar que tais movimentos representaram ainda passos preliminares na direção de uma renovação de fato mais ampla. Amarante pondera:

No entanto, em que pese à importância dos acontecimentos e inovações surgidas nesta trajetória, muitos novos problemas se apresentaram desde então. Um deles refere-se aos novos serviços que, embora tenham apontado para uma nova tendência no que diz respeito ao modelo assistencial, chamou a atenção para o aspecto da qualidade dos mesmos. Em outras palavras, percebeu-se que o fato de ser um serviço externo, não garante sua natureza não – manicomial, pois pode reproduzir os mesmos mecanismos ou características da psiquiatria tradicional, a exemplo do que ocorreu com os ambulatorios quando estes eram vistos como alternativa ao manicômio. Em suma, deve-se atentar para o caráter de ruptura com o modelo psiquiátrico atual (AMARANTE, 2003, p. 84).

Nesse panorama, diversos autores têm enfatizado uma reconfiguração na relação das diversas disciplinas implicadas na área, como componente essencial para constituição plural do campo de conhecimento da saúde mental e das estratégias da reforma psiquiátrica no Brasil, nos últimos anos.

Tal afirmativa se torna ainda mais significativa quando analisamos a atenção psicossocial pela perspectiva do chamado paradigma da desinstitucionalização. Nesse, o projeto dos Centros de Atenção Psicossocial possui um lugar importante. Como dispositivos destinados a acolher os pacientes com transtornos mentais, essas instituições devem buscar integrá-los no seu *território*, local da cidade onde se desenvolve sua vida cotidiana e de seus familiares. “*Os CAPS se constituem na principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica*” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p.9).

Nos pressupostos teórico-conceituais dos Centros de Atenção Psicossocial, encontra-se um indicativo para significância de um novo modelo nas relações entre os saberes/disciplinas que atuam neste projeto:

(...) os caps podem oferecer diferentes tipos de atividades terapêuticas. Estes recursos vão além do uso de consultas e de medicamentos, e caracterizam o que vem sendo denominada **clínica ampliada**<sup>1</sup>. Esta idéia de clinica vem sendo

---

<sup>1</sup> Grifo meu.

(re)construída nas práticas de atenção psicossocial, provocando mudanças nas formas tradicionais de compreensão e tratamento dos transtornos mentais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p.17).

É na perspectiva de uma reformulação da dinâmica destas várias áreas de conhecimento, que se situa o ponto de interseção entre a questão interdisciplinar e o atual contexto da saúde mental no Brasil.

Tendo em vista o lugar de destaque para as novas interações disciplinares nesse contexto e diante da constatação do amplo debate epistemológico em relação do tema da interdisciplinaridade, percebe-se a importância de um aprofundamento nos pressupostos das diferentes vertentes que se debruçam sobre o assunto, analisando seus projetos, implicações e consequências para o conhecimento. Discutir então, mais detidamente sobre estas conotações múltiplas, proporcionará maior clareza em relação às distintas formas de pensar e atuar de forma interdisciplinar.

Esse debate poderá trazer significativas repercussões para remodelação do campo da saúde mental no país, matéria relevante para a comunidade científica e sociedade em geral.

O objetivo central desta dissertação encontra-se na reflexão sobre as diferentes abordagens do tema interdisciplinaridade e as possíveis contribuições dessa discussão para a atual reestruturação do campo da saúde mental no Brasil.

Na busca desse objetivo, algumas questões atuaram como eixos-guia para a construção do trabalho de pesquisa. A primeira delas aponta na direção de investigar os enfoques das distintas linhas que pensam sobre a interdisciplinaridade, considerando o âmbito mundial destas pesquisas, incluindo seu contexto de origem.

A literatura geral demonstra que tal assunto tem sido amplamente discutido na atualidade. O exame mais minucioso revela como vêm sendo comentados focos diferenciados

nessa área. A abordagem hegemônica desses textos revisados está fundamentalmente centrada numa crítica, ao que consideram uma excessiva fragmentação do objeto e superespecialização do sujeito científico, entendidos nessa perspectiva como traços característicos do mundo contemporâneo.

Nessa concepção, a especialização se constitui como uma “*patologia do saber*”, compreendida como uma “*inteligência esfacelada*”, “*um saber em migalhas*”<sup>2</sup>. Então, o esforço de integração da interdisciplinaridade, se configura como uma busca de unidade no conhecimento. Tal tendência, consagrada no Congresso de Nice – França (1970), concebia esse conceito como “*um remédio*”, uma solução aos problemas vividos pela ciência contemporânea. Nesse sentido, um dos autores representantes da abordagem acima comenta:

A idéia de interdisciplinaridade é uma ameaça à autonomia dos especialistas, vítima de uma restrição do seu campo mental. Eles não ousam suscitar questões estranhas a sua tecnologia particular, e não lhes é agradável que outros interfiram em sua área de pesquisa. A interdisciplinaridade implica em verdadeira conversão da inteligência (GUSDORF apud FAZENDA, 1999, p.24).

Uma outra forma de pensar a interdisciplinaridade, ao contrário da acima mencionada, questiona a noção de fragmentação ou especialização do conhecimento como um mal em si, abrindo horizonte para pensar no interdisciplinar a partir de uma outra referência, que também funciona como meta. Trata-se de uma visão que privilegia a percepção e entendimento do processo dentro de um contexto específico, além de um claro posicionamento a respeito da preservação da multiplicidade de enfoques e da consciência da presença permanente de lacunas no saber, já que não crêem na possibilidade de um conhecimento uno, totalista. Argumentando nesta linha,

(...)..tanto a disciplinaridade quanto a interdisciplinaridade se impõem historicamente, ambas sendo filhas do tempo ( uma construção humana necessária). Não procederiam, por isso, as análises que captam a disciplinaridade como uma

---

<sup>2</sup> Expressões utilizadas por Georges Gusdorf.

patologia e/ou cancerização. Vemos na disciplinaridade o “não-objeto” da interdisciplinaridade, isto é, é impensável a interdisciplinaridade sem a base que a possibilita, ou seja, as disciplinas (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995, p.21).

Também na abordagem do referido tema, a literatura traz, relacionada a esse debate, diálogos em torno da questão da *complexidade*, atualmente presente em muitos segmentos de reflexão do conhecimento.

Como fontes destacadas de pesquisas neste trabalho, situam-se Jean Piaget, Georges Gusdorf, Gaston Bachelard, Paul Feyerabend, Edgar Morin, Roberto Follari, Hilton Japiassú, Ivani Fazenda, Ari Paulo Jantsch, Lucídio Bianchetti, Norberto Etges, Pedro Demo e outros nomes de contribuição valiosa para reflexão. Alguns desses autores, em virtude da dificuldade de acesso direto às suas obras, foram lidos através de fontes secundárias (particularmente autores estrangeiros com publicações antigas).

Uma segunda questão eixo do trabalho procura pesquisar a difusão desta temática – interdisciplinaridade – no panorama nacional, com o intuito de avaliar a existência de considerações que contribuam adicionalmente às já colhidas na discussão geral.

A terceira questão norteadora deste texto seguiu pela elaboração de um quadro que transmitisse as atuais configurações da atenção à saúde mental no Brasil. Em meio à fase do processo de reforma psiquiátrica em curso dentro desse cenário, buscou-se identificar prováveis contribuições do debate sobre interdisciplinaridade para esse momento de transformações no referido campo da saúde mental nacional.

A literatura pesquisada evidenciou os diversos momentos atravessados pela assistência psiquiátrica tanto no nível mundial como no Brasil, a partir da década de quarenta, final da primeira metade do século XX. Muitas obras têm descrito, de forma ampla e cuidadosa, os vários movimentos de reforma psiquiátrica nos países europeus e na América

do Norte. Os referidos textos permitem lançar um olhar que contempla a complexidade de mudanças dessas dimensões, discutindo profundamente o arcabouço de tais propostas, ao mesmo tempo em que, atenta para as particularidades de cada um desses movimentos, em virtude dos diferentes contextos sócio-econômicos-históricos e culturais onde se realizaram.

O desenvolvimento dessa dinâmica no Brasil também está documentado nos escritos atuais. As influências oriundas de experiências externas, a conjuntura própria, as peculiares nuances da assistência psiquiátrica brasileira são dados importantes para esta análise. As dificuldades e os obstáculos presentes nesse percurso também têm sido alvo das produções, assim como as novas problemáticas engendradas por um novo modelo de assistência em curso. Muito tem sido debatido em torno das antigas posturas que persistem nas novas instituições e muitas propostas têm surgido em publicações, especulando e sugerindo idéias e estratégias que, de fato, questionem as concepções e práticas ainda vigentes.

No conjunto dos autores investigados nesse trabalho de pesquisa, sendo referências para a parte específica (tanto na abordagem geral, como nacional), estão presentes, de forma marcante, Manuel Desviat, Franco Basaglia, Michel Foucault, Paulo Amarante, Benilton Bezerra, Franco Rotelli, entre outros pensadores que se revelaram como sinalizadores de aspectos extremamente relevantes para esta dissertação de mestrado.

No delineamento da trajetória brasileira, mais especificamente a figura de Paulo Amarante surge como referência freqüente em muitas passagens deste trabalho. É importante ressaltar que isso se deve a seu lugar destacado, tanto dentro do movimento da reforma psiquiátrica brasileira, como participante/fundador do próprio processo, como também presente decisivamente nas pesquisas e publicações relacionadas ao tema da reforma e da história da psiquiatria no Brasil.



Essa ressalva representa, por um lado, um ganho, no sentido do enriquecimento proveniente de fonte desta magnitude, mas por outro, uma delimitação de abordagem da questão, na medida em que traduz o olhar e a perspectiva particular de um pensamento.

Em relação à abordagem metodológica utilizada, considerando a natureza do trabalho, que se constitui numa análise de textos existentes na literatura especializada, a ferramenta principal representou a pesquisa e revisão bibliográficas.

Considerando os dois temas pilares da dissertação – interdisciplinaridade e saúde mental no Brasil – foram pesquisados, como exposto previamente, autores internacionais e nacionais. A ressalva feita anteriormente explicitou as situações em que, por dificuldade de investigação direta, alguns estudiosos foram analisados em obras de outros autores.

A distribuição dos capítulos seguiu uma lógica orientada pelas questões-guia, já comentadas. Neste sentido, tais indagações representaram propriamente um trajeto para a abordagem do tema, trilhando uma linha específica de raciocínio ancorada no objetivo central da investigação, que norteou o trabalho, desde o seu projeto, capítulos, até suas conclusões.

O primeiro capítulo, intitulado – *Interdisciplinaridade: História, Abordagens e Debates* – aponta para discussões iniciais sobre a questão do conhecimento de forma geral, enfatizando seus dilemas e aspectos problematizados no mundo contemporâneo. A entrada no tema da interdisciplinaridade se faz, vinculando essa concepção a uma temática polemizada desde tempos remotos, que se traduz no contraponto *unidade x multiplicidade* no campo do conhecimento. Historicamente, também foi contextualizada a idéia de *disciplina*, com vários autores se debruçando sobre tal conceito. A questão interdisciplinar também é introduzida no texto dentro da perspectiva contextual e é a partir daí, que as diversas abordagens do assunto são explicitadas, sempre considerando o foco da exposição, como os aspectos ligados aos fundamentos e implicações dos principais enfoques do tema. Foram trazidos também autores

como Bachelard e Feyerabend que, apesar de sua produção não tratar especificamente da questão examinada, apresentam reflexões bastante pertinentes e sintonizadas com o debate.

No segundo capítulo, *A interdisciplinaridade no Brasil: ampliando considerações sobre pressupostos*, o trabalho se dirige para os caminhos percorridos pelo tema no Brasil, suas influências a partir da produção internacional e a contribuição do debate nacional. Esse capítulo demonstra, em alguns momentos, a semelhança da polêmica existente no Brasil com as questões travadas no âmbito mundial, mas, em outros, revela importantes considerações, enfatizadas nas publicações brasileiras a respeito do tema. Também neste segmento do trabalho, a atenção das discussões permanece voltada para o prisma e pilares das concepções analisadas e de como conferem ao assunto conotações profundamente divergentes. Em sua parte final, reitera a constatação sobre a principal direção das discussões interdisciplinares no país – a área educacional – sublinhando a ainda escassa produção em outras áreas, entre elas a saúde mental. Anuncia a proposta do terceiro capítulo em aprofundar tal intersecção.

O terceiro capítulo – *Reflexões interdisciplinares e o atual campo da saúde mental no Brasil: possíveis contribuições* – parte de uma retomada de diversos momentos históricos em relação à assistência psiquiátrica, desde o seu surgimento, estabelecendo um enfoque geral que enfatiza as distintas abordagens do fenômeno da loucura nestes períodos. Introduz e contextualiza os movimentos de reforma psiquiátrica a nível mundial até alcançar o cenário brasileiro. Nesse, há um detalhamento maior quanto à caracterização dos diferentes momentos do referido processo dentro da conjuntura nacional. Esse percurso vem explicitar a pertinência das discussões interdisciplinares apenas num campo reconfigurado em suas bases. As questões ligadas ao atual momento da reforma no país enfatizam o aspecto das relações entre as áreas do saber implicadas nessa prática, além de problematizar a pouca clareza da

política nacional nesse setor, quando se reporta especificamente às interações disciplinares. Como eixo do capítulo e do trabalho, aprofunda as diferentes abordagens da interdisciplinaridade no intuito de identificar os pontos de contribuição desta proposta para uma verdadeira reestruturação do campo da saúde mental no país.

Este texto, em toda a sua extensão e propósito, ao focalizar as discussões sob o ângulo que privilegia questionar, pesquisar e analisar pressupostos das concepções e práticas do tema presente, busca, essencialmente, abrir espaços de permanente diálogo com as próprias referências, possibilitando o fluir de construções e reconstruções contínuas, que permeiam uma história de criatividade e transformação.

## **2 INTERDISCIPLINARIDADE: HISTÓRIA, ABORDAGENS E DEBATES**

O domínio do conhecimento tem, nos diferentes contextos históricos, se confrontado com amplas problematizações, relacionadas com as próprias tendências, paradigmas e dilemas que marcam cada período. Como atividade humana essencialmente, o conhecimento tem seguido um percurso sintonizado com a configuração experimentada pela sociedade onde está inserido este saber. Em cada momento específico, porém, a relação do homem consigo e com o mundo que o rodeia tem variado profundamente. Os diferentes paradigmas atravessados conferiram ao conhecimento bases de sustentação ímpares, assim como posições de importância diversas no contexto geral. Enquanto surgiram áreas distintas, as relações entre os muitos campos do saber também transcorreram de forma paralela, correspondendo às características peculiares de sua época.

Uma das marcas que caracteriza o século XX é a constante reorganização do conhecimento. A complexidade do mundo e da cultura tem proporcionado uma multiplicidade de lentes a se debruçar e investigar o tecido dessas redes na atualidade.

Numa reflexão sobre o conhecimento e acerca do seu lugar nesse momento histórico particular, Boaventura de Souza Santos<sup>3</sup> argumenta que desde o século XVII, as sociedades do ocidente vêm priorizando, tanto do ponto de vista epistemológico quanto sociológico, a forma de conhecimento que é denominada por ciência moderna. Em relação a este tema especificamente, ele comenta,

O conhecimento científico é hoje a forma oficialmente privilegiada de conhecimento e a sua importância para a vida das sociedades contemporâneas não oferece contestação. Na medida das suas possibilidades, todos os países se dedicam à promoção da ciência, esperando benefícios do investimento nela. Pode-se dizer que, desde sempre, as formas privilegiadas de conhecimento, quaisquer que elas tenham sido, num dado momento histórico e numa dada sociedade, foram objeto de debate sobre a sua natureza, as suas potencialidades, os seus limites e o seu contributo para o bem-estar da sociedade. De uma forma ou de outra, a razão última do debate tem sido sempre o facto de as formas privilegiadas do conhecimento conferirem privilégios extracognitivos (sociais, políticos, culturais) a quem as detém. Só assim não seria se o conhecimento não tivesse qualquer impacto na sociedade, ou, tendo-o, se ele estivesse distribuído equitativamente na sociedade. Mas não é assim (SANTOS, 2004, p.17).

O mergulho nestes debates que perpassam a construção do conhecimento se constitui assim, como uma aventura pertinente, que objetiva se aproximar desta densa estrutura para refletir, a partir de variadas perspectivas, sobre significados possíveis num contexto considerado.

Numa outra análise, que também lança um olhar sobre a situação da ciência na contemporaneidade, Vera Portocarrero ressalta:

Reivindica-se, cada vez mais, a superação de todas as dicotomias sobre as quais se funda o cientificismo, tais como conhecimento e política, ciência e sociedade, teoria e prática, razão e poder, sujeito e objeto. A epistemologia já não é o espaço exclusivo da análise da racionalidade e da linguagem, mas está inteiramente imiscuída com as questões científicas (PORTOCARRERO, 2002, p.17).

A autora prossegue, expondo aquilo que, a seu ver, representa o caminho adotado dentro desta atual perspectiva explicitada: *“Contra a perpetuação irrefletida de tais binômios,*

---

<sup>3</sup> Santos. Boaventura de S. (org). Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2004.

*busca-se recuperar a criatividade num esforço inter, intra ou trans-disciplinar (...)*". (PORTOCARRERO, 1994, p.18).

A criação de novas formas de diálogo e interação entre diferentes territórios do saber tem surgido lado a lado com as principais questões do conhecimento nas últimas décadas.

O foco nessa direção permite constatar que a busca de uma abordagem consistente e pertinente da questão da interdisciplinaridade nos remete, necessariamente, a uma investigação complexa. Tema alvo de enfoques diversos, "*terreno polissêmico e polêmico*" (SGUISSARDI, 1995, p.8), cujo estudo conduz a uma percepção que se confronta com diferentes vertentes epistemológicas.

Essas linhas, amparadas em fundamentos distintos, propõem também distintas contribuições para o contexto do conhecimento. Uma questão, porém, que se insinua logo no início deste debate e diante dessas várias vertentes, é a própria viabilidade epistemológica da interdisciplinaridade. Durante a exposição deste capítulo, ao trazer tais vertentes para investigação mais acurada, cabe perguntar se estas distintas concepções criam uma ou várias condições de possibilidade que sustentam uma proposta de conhecimento interdisciplinar. Se justificada a possibilidade positiva, quais são suas bases e proposições que fundamentam esta opção? Essas perguntas são sinalizadores e devem estar presentes ao longo da discussão efetuada.

Além do confronto de tais perguntas com esta ampla gama de alternativas conceituais, é importante que a pesquisa do tema tenha como ponto de atenção imprescindível, a retomada do termo-eixo disciplinaridade/disciplina, antes que o assunto se desdobre em conceitos derivados, como multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade, sendo este último o eixo deste trabalho.

Tal retomada traçará alguns panoramas de cunho histórico, contextualizando a questão do conhecimento, especificamente na área correspondente ao objeto escolhido.

Na perspectiva de alguns autores<sup>4</sup>, a questão que se estabelece entre o nível do disciplinar e o do interdisciplinar, traz implicitamente um tema já motivo de amplas interlocuções na trajetória do conhecimento. Trata-se do problema das relações entre os conceitos de unidade e multiplicidade. Sem dúvida, a discussão epistemológica entre o uno e o múltiplo não é nova nos diálogos filosóficos. Na verdade, essa dualidade tem se mantido presente ao longo dos diversos olhares que o homem tem lançado em relação a si e ao mundo, nos vários momentos históricos.

A visão dos atuais debates sobre interdisciplinaridade abrange, implicitamente, uma discussão que vem de longa data e não é exclusiva de uma determinada linha que analisa o assunto em foco, mas está contida em abordagens com enfoques diferentes, como será exposto ao longo do trabalho. No fio dessas considerações, será discutida, de forma sucinta<sup>5</sup>, essa problemática em momentos ao longo da história.

Ao remontarmos ao período da civilização grega, com uma aproximação da forma específica como se organizou e estruturou aquela sociedade, associada à produção da existência, percebe-se que, nesse contexto, demandava-se um objeto epistemológico que simplesmente era o conhecimento, de uma forma geral. Esse poderia se desdobrar em subdivisões, sem que isso evocasse a fragmentação. Predominava a idéia de unidade, herança da primeira escola filosófica cosmológica (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995).

Em meados do IV – V séculos a.c., esta questão surgiu:

---

<sup>4</sup> Ari Paulo Jantsch, Lucídio Bianchetti, Roberto Follari, Antônio Joaquim Severino, Hilton Japiassú.

<sup>5</sup> Na verdade, a brevidade da exposição se deve ao fato de não ser o foco desta dissertação debater esta questão ao longo da história, e sim trazer este aspecto implícito na discussão para o contexto atual das abordagens interdisciplinares, observando as diferentes perspectivas que se colocam a partir do posicionamento assumido nesta dualidade.

No restante, parece-me puramente casual que, exatamente no mesmo lugar, em Eléia, conviviam dois homens, cada um trazendo na cabeça uma concepção da Unidade; eles não formam nenhuma escola e não tem nada em comum, nada que um pudesse ter aprendido do outro e então ensinado. Pois a origem da concepção da Unidade é num completamente diferente, mesmo oposta à do outro; [...] Se Parmênides chegava à unidade do ser puramente através de uma suposta consequência lógica, retirando-a dos conceitos de ser e não-ser, Xenófanés é um místico religioso e, com aquela unidade mística, pertence com efeito ao VI século (NIETZSCHE, 1973, p.154).

Nessa passagem, o autor traduz acessos diferentes ao olhar da unidade. Em seguida, apresenta pormenores em relação à concepção dessa questão em Parmênides. O conceito de unidade em Parmênides, filósofo pré-socrático, remetia à idéia do uno imutável, imóvel, sendo o mundo representado como algo uniforme, sólido, finito (RUSSEL, 2001). Para Parmênides, as percepções dos sentidos forneciam apenas ilusões e a característica multiplicidade do mundo, vinda a partir da experiência, foi posta de lado, entendida como pura aparência (NIETZSCHE, 1973). Ainda sobre a concepção deste filósofo,

A experiência não lhe apresentava em nenhuma parte um ser tal como ele pensava, mas, do fato que podia pensá-lo, ele concluía que ele precisava existir: uma conclusão que repousa sobre o pressuposto de que nós temos um órgão de conhecimento que vai à essência das coisas e é independente da experiência (NIETZSCHE, 1973, p.156 e 157).

Assim colocada, ao descartar a experiência sensorial, essa visão rompia com o senso comum, centrando seu fundamento numa linha monista<sup>6</sup>. Em última análise, todos os elementos do real estariam reduzidos a um princípio, uma unidade.

Esse enfoque sofre transformações quando a análise é realizada a partir de um sistema de base aristotélica. A partir desta elaboração teórica, é possível perceber um direcionamento em relação às especificidades, já denotando um caminhar numa abordagem distinta do olhar monista. Aristóteles diferenciava três tipos de ciência, de acordo com os

---

<sup>6</sup> Concepção que remonta ao eleatismo grego, segundo a qual a realidade é constituída por um princípio único, um fundamento elementar, sendo os múltiplos seres redutíveis, em última instância, a esta unidade (HOUAISS, 2001).



respectivos propósitos. Haveria uma *ciência teórica* que favorecia o conhecimento, opondo-se à opinião. Nesse grupo se encontraria, por exemplo, a matemática, a física e a metafísica. Uma outra categoria corresponderia às *ciências práticas*, como a ética.

Por fim, no terceiro tipo estariam as *ciências produtivas*, propiciando a criação de objetos para uso ou com finalidade artística (RUSSEL, 2001).

Em uma passagem de *Ética a Nicômaco*, Aristóteles expõe, em relação ao tema, um trecho significativo:

Ainda mais: como das coisas que correspondem a uma Idéia a ciência é uma só, haveria uma única ciência de todos os bens. Mas o fato é que as ciências são muitas, mesmo das coisas que se incluem numa só categoria: da oportunidade, por exemplo, pois que a oportunidade na guerra é estudada pela estratégia e na saúde pela medicina, enquanto a moderação nos alimentos é estudada por esta última, e nos exercícios pela ciência da ginástica (ARISTÓTELES, 1973, p.253).

Em um outro texto, *Metafísica*, Aristóteles especificamente aborda a questão da unidade/ multiplicidade:

Todos aqueles para quem o Universo é uno e que admitem uma certa natureza única como matéria, e esta corporal e provida de extensão, caem evidentemente em muitos erros. Com efeito, somente estabelecem os elementos dos corpos, e não os dos incorpóreos, embora existam também os incorporais (ARISTÓTELES, 1973, p.226).

O autor tinha em vista os primeiros filósofos da Escola Jônica, que admitiram a existência de um só princípio material como substância única de todas as coisas.

Prosseguindo nessa temática, em um momento diverso, mais propriamente na Idade Média, o conceito de unidade voltaria a ter um papel significativo, apesar de ser retomado em um outro sistema, distinto do já mencionado. Na concepção grega, toda a realidade estava submetida à lei do cosmos. O homem não reconhecia nenhum ponto exterior ao mundo. A ordem divina estava dentro do cosmos. No contexto medieval, o homem, crendo na revelação bíblica e afirmando a presença de Deus, não via este Deus dentro do próprio

cosmos. Esse Deus estava situado fora do mundo, existindo em si mesmo, exercendo sobre ele uma soberania (JAPIASSÚ, 1976).

Nesse período, situado como Idade Média, que se estende, aproximadamente, do século V ao século XV, quando o modo de produção feudal ganha o contexto, alguns marcos foram importantes. Entre eles, destaca-se uma redução no nível geral de instrução no Ocidente, num momento que se seguiu às invasões bárbaras. Desta forma, os clérigos, que haviam se conservado remanescentes do saber, tornaram-se um grupo em evidência, que sabia ler e escrever.

Os clérigos terminaram posteriormente por fundar escolas, as quais eram presididas por um eclesiástico chamado *scholasticus*, dependente diretamente do bispo, donde aplica-se o nome de *escolástica* à doutrina. A filosofia correspondente, que também leva o mesmo nome, foi dominante durante todo o período medieval.

No cerne dos seus fundamentos, esta linha se baseava num ideal totalizante, que acaba se materializando na criação das *universitas*. Carlos Magno, que vinha fornecendo suporte às escolas, funda junto da corte imperial a denominada Escola Palatina, que pode ser considerada como a primeira universidade medieval.

Nesse sentido, como comenta Marly B. Britto , no próprio termo *universitas*, encontramos o ideal pressuposto de unidade e universalidade:

Ao remontarmos ao sentido etimológico do termo **universidade (universitas)**<sup>7</sup> verificamos que este evoca, ao mesmo tempo unidade e universalidade. Unidade, no sentido de que seus componentes se reúnem para um mesmo fim e universalidade, no sentido de que este fim é à busca de uma verdade comum e universal (BRITTO, 1994, p.57).

Ainda comentando o período de perspectiva escolástica, é importante ressaltar o uso já corrente do termo *disciplina*, elemento conceitual também significativo no enfoque

---

<sup>7</sup> Seminário Nacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino da Filosofia, Rio de Janeiro 1994.

deste texto. *Disciplina* tem origem etimológica a partir do termo em latim *discipulus* (em oposição a *magister*), remontando a um período, que inicialmente inseriu-se num contexto religioso e depois viria se estender aos campos intelectual e artístico (ALMEIDA, 1997).

Em Houaiss, o termo também remete, em um dos seus possíveis significados, a esta referida relação, quando descreve, “*Ação de instruir, educação, ciência, ordem sistema, princípios de moral [...] Educação que um discípulo recebia do mestre*” (HOUAISS, 2001, p.1051).

Longe de se caracterizar por precisão, ao longo da história, a definição do conceito de disciplina tem sido alvo de recorrentes debates na discussão sobre o conhecimento.

Para algumas acepções, disciplina envolve a idéia de que seria uma estrutura, uma forma de organizar e delimitar um território de trabalho, uma maneira de pesquisar e realizar experiências dentro de um campo de visão. Nesta abordagem, cada disciplina ofereceria uma imagem específica da realidade, absorvida por seu espectro também específico.

Stephen Toulmin, autor que teorizou sobre o tema (SANTOMÉ, 1998), define disciplina a partir da presença de cinco critérios que ele elabora. Estes, de uma forma geral, estabelecem que determinadas atividades (de uma disciplina) precisam estar estruturadas em torno de, e em direção a um conjunto de ideais coletivos acordados; tais ideais exigem condições de todas as pessoas envolvidas nessas atividades; enfatiza o lugar das discussões sobre as atividades, que serão um instrumento para avaliar a compatibilidade entre mudanças e os ideais coletivos; os fóruns realizados devem ser momentos para elaborar razões que justifiquem a aceitação de procedimentos novos e por fim, a exigência de que os ideais coletivos constituam a base determinante dos critérios que avaliam as inovações sugeridas.

Wallerstein, em 1990, propôs que disciplinas seriam “*agrupações intelectualmente coerentes de objetos de estudo diferentes entre si*” (WALLERSTEIN apud SANTOMÉ, 1998, p.58). Para ele, as disciplinas também teriam uma conotação política, já que esta organiza através de uma estrutura que direcionará ações para preservar e difundir os interesses coletivos.

Sob outra perspectiva, disciplina passaria a significar um ramo específico do conhecimento, chamado posteriormente de “*ciência*”, equivalendo a um conjunto de princípios, regras e métodos desta ciência particular (ALMEIDA, 1997).

Bunge comenta criticamente os alcances e limites das disciplinas, enquanto estruturadoras de um modelo para pensar e agir:

Quanto mais familiarizada uma pessoa estiver com determinada teoria e seu correspondente modo de pensar, mais difícil lhe será adotar uma teoria rival que implique em uma maneira diferente de pensar. Em geral, a posse de conhecimentos proporciona asas em certo aspecto, cortando-as em outro (BUNGE apud SANTOMÉ, 1998, p.59).

Essa exposição em relação ao conceito de disciplina traz um olhar mais aprofundado nesse aspecto de particular interesse ao desenvolvimento do trabalho.

Retomando os momentos históricos implicados na discussão do uno e do múltiplo, é importante frisar que, nesse processo, que foi possibilitando um caminhar em relação a uma ramificação do conhecimento, no sentido das especificidades, ainda surgiram movimentos, como a tendência enciclopedista do iluminismo, século XVIII, cujo intuito era o de reunir em um eixo único os diversos elementos do domínio científico. Exemplo disto estava nos cientistas de talento múltiplo que, concomitantemente, possuíam conhecimento e habilidades em áreas distintas (medicina, física, matemática, filosofia, astronomia, literatura, etc.).

Porém, como apontam reflexões acerca desse momento, a formação econômico-social que vinha emergindo como o surgimento do modo de produção capitalista trouxe importantes conseqüências para o terreno da produção do conhecimento científico. Em outros termos, isto significava uma demanda pela simplificação dos objetos, produzindo cada vez mais campos disciplinares especializados (ALMEIDA, 1997). Esta discussão também pontua que, apesar desse modelo referido ter adquirido proporção hegemônica, não se constituía como único, havendo paralelamente linhas que privilegiavam a noção de síntese na construção do objeto. Todavia, a estratégia dominante refletia um encaminhamento no sentido de uma reestruturação no campo científico e de suas práticas, de modo a configurar um panorama histórico-institucional da ciência centrado na *“fragmentação do objeto e numa crescente especialização do sujeito científico, como a disciplinaridade”* (ALMEIDA, 1997).

Outros estudiosos desse presente debate, Jantsch e Bianchetti, trazem observações acerca do aspecto que correlaciona a emergência do modo de produção capitalista com a tendência do movimento da disciplinaridade. Enfatizam a importância de evidenciar a lógica histórica implícita no contexto avaliado. Esta se configurava como um grande pano de fundo abrangente dos diversos fenômenos e acontecimentos. Retratam esta específica abordagem na passagem abaixo:

Diante do já exposto podemos adiantar que a divisão ou a fragmentação da ciência não é propriamente dita “cria” do capitalismo como muitos teóricos dão a entender ou até mesmo afirmam categoricamente. Na nossa visão tanto o capitalismo como a fragmentação do conhecimento são produtos de um mesmo movimento histórico. O fato de coexistirem e até estabelecerem simbiose não significa que haja paternidade de um sobre o outro. Enfim, um é externo ao outro. Ou seja, cada um passa a ter a sua própria lógica. Se pudéssemos associar pura e simplesmente capitalismo com divisão da ciência e do trabalho, seria impossível imaginar Lênin (hoje é possível caracterizá-lo como pragmatista) tentando introduzir na ex-URSS, a divisão técnica do trabalho nos moldes do taylorismo-fordista pois este paradigma tem sido acusado de atender apenas à lógica capitalista. Neste sentido, podemos afirmar que as pretensas críticas, que tentam associar pura e simplesmente a divisão técnica do trabalho e suas mazelas com o capitalismo, são apressadas e forçadas, não captando a lógica histórica (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995, p.187).

Essa associação, para tais autores, se revela na verdade como um obstáculo para a compreensão do processo de produção do conhecimento.

Tais análises estão referenciadas na materialidade histórica. Essa concepção, considerada por Marx a linha condutora de todos os seus estudos, parte do pressuposto de que as diversas organizações sociais e econômicas de produção que marcam a história humana, emergem e desaparecem segundo favoreçam ou impeçam a expansão da capacidade de produção da sociedade.

Bottomore expõe tal conceito, afirmando que nessa perspectiva, o crescimento das forças produtivas explicaria o curso da história humana em geral. Ressalta que as forças produtivas se compõem não somente dos meios de produção (indústrias, máquinas, etc), mas também da força de trabalho, como a experiência, o conhecimento, e outras habilidades utilizadas no trabalho (BOTTOMORE, 1988). Bobbio também comenta a respeito:

O materialismo histórico elaborado por Marx e Engels pressupõe em última instância, a eliminação de todo componente idealístico e, em geral, metafísico da filosofia hegeliana da sociedade e da história; traduz-se na concepção do desenvolvimento histórico como processo de revolucionamento ininterrupto de todos os aspectos da vida coletiva humana, cuja força motriz fundamental é constituída pela evolução do modo de produção (BOBBIO, 1986, p.583 e 584).

Assim, essa vertente refuta quaisquer propostas que desconsiderem tal aspecto na análise da produção do conhecimento. Ressaltam porém, que, apesar de reconhecerem um certo imperativo na materialidade histórica, discordam de qualquer unilateralidade, “*portanto, nem só o sujeito e nem só a exterioridade ao sujeito*” (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995, p.187). Expõem que, apesar da concepção com base na materialidade histórica, ao considerar que nem o sujeito nem o objeto são autônomos na construção do conhecimento, uma ênfase maior é atribuída à relação entre ambos, que em dada polaridade, unilateralidade (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995).

A direção tomada em relação à divisão do conhecimento, às especialidades, estabeleceu um crescimento marcante em diversos setores da ciência ocidental, com aprofundamento expressivo no foco das particularidades. Em alguns campos, tal vertente especialista foi levada ao paroxismo e, à medida que a indústria e a tecnologia se desenvolviam, novas especialidades e sub-especialidades foram surgindo. Por se fundamentarem em ramos muito específicos do campo tradicional ou em novas metodologias e tecnologias de pesquisa, foram exigindo maior independência até chegar à autonomia plena como campo de conhecimento (SANTOMÉ, 1998). Esses cientistas, extremamente especializados em questões localizadas, pontuais e restritas, marcavam o momento de firme consolidação das especializações. Recentemente, os últimos 30-40 anos do século XX já mostravam uma nova dinâmica histórica sendo configurada, em uma nova forma de produção da existência e novos paradigmas no processo de produção do conhecimento. A tendência à unificação dos mercados na perspectiva globalizadora da contemporaneidade, se desenrolou intrinsecamente com o surgimento de novas estratégias de abordagem para o problema do conhecimento, desta vez, abrindo possibilidades para a noção de síntese, modificando as prévias fronteiras de demarcação dos campos, ao tempo em que novas áreas disciplinares apontavam.

É nesse contexto precisamente que passarão a surgir as discussões envolvendo uma nova configuração entre os campos de saber, suas relações, conflitos e convergências.

Na visão de alguns autores<sup>8</sup>, tais modificações terão início no continente europeu. No fim dos anos sessenta, em países como França, Alemanha e Itália, estudantes universitários engendram um movimento, com posturas anticapitalistas, que encontravam suporte numa crítica ao funcionamento das universidades e questionavam o lugar do saber

---

<sup>8</sup> Roberto Follari, Georges Gusdorf, entre outros.

numa sociedade capitalista. Propunham o debate acerca do distanciamento entre teoria e prática e a inadequação dos conteúdos curriculares face à realidade social em que viviam. Estes movimentos posteriormente alcançaram a América Latina, o México e a Argentina, constituindo-se em ocorrências significativas, em virtude da gravidade dos acontecimentos protagonizados pelos estudantes (FOLLARI, 1995b).

O discurso das manifestações estudantis foi, em parte, absorvido pelos órgãos oficiais com sutis alterações, que foi traduzido em algumas transformações nas universidades européias, através de modificações orçamentárias, curriculares e funcionamento acadêmico. É nesse contexto que surge a interdisciplina, tida como instrumento dentro dessa estratégia.

Roberto Follari, estudioso do tema, comenta acerca da inserção da questão interdisciplinar nesse momento histórico:

Em todo caso, o interdisciplinar serviu naquele momento como campo de relegitimação do discurso cientifizante/tecnocrático, então em decadência. Pode-se demonstrar que a ciência ainda trazia solução para os problemas sociais que os estudantes achavam que tinham que enfrentar prioritariamente por via da ação política (FOLLARI, 1995b, p.130).

O tema da interdisciplinaridade, entretanto, surgiria também a partir da demanda de outros setores, sendo invocada a partir de posições críticas em relação à situação específica do conhecimento especializado. Tais esforços conseguiram, em alguns lugares, obter ressonância, chegando a fundamentar a elaboração de diferentes currículos e outras transformações universitárias.

Em 1970, A OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e o Ministério da Educação Francês organizaram um seminário que ficou conhecido internacionalmente, intitulado “*Interdisciplinaridade nas Universidades*”, sendo realizado em setembro de 1970 na França. Uma figura proeminente no fundamento desse movimento era



Jean Piaget. Na base da sua filosofia da interdisciplinaridade, está a busca de alicerces comuns às disciplinas, no sentido de encontrar estruturas de explicação subjacente semelhantes.

Não temos mais que dividir a totalidade em compartimentos impermeáveis ou plataformas superpostas correspondentes às fronteiras aparentes de nossas disciplinas científicas, pelo contrário, vemo-nos compelidos a buscar interações e mecanismos comuns (PIAGET apud SANTOMÉ, 1998, p.50).

Também estiveram presentes a esse seminário, personalidades representando 21 países, ligados à corrente estruturalista e à teoria geral de sistemas. Entre eles, Marcel Boisot, Erich Jantsch, Heinz Heckhausen, Leo Apostel, Guy Berger, Asa Briggs e Guy Michaud.

No encontro, era marcante a falta de consenso em relação ao conceito de interdisciplinaridade. Uma temática que reuniu maior grau de consenso foi a questão da complexidade das situações-problema na sociedade contemporânea, necessitando de encaminhamentos e políticas que estimulasse a pesquisa interdisciplinar (SANTOMÉ, 1998).

Desde esse encontro, muitas iniciativas realizadas a partir da OCDE e da Unesco foram promovidas, criando fóruns e seminários para debater sobre o tema.

Inúmeros teóricos vêm, a partir dessa década, estabelecendo reflexões e argumentos em torno do assunto interdisciplinaridade. Nesse painel, é possível discriminar distintas linhas, com pressupostos epistemológicos bastante divergentes.

Alguns autores retêm o foco de sua análise e crítica na questão da especialização e vislumbram na proposta interdisciplinar uma possibilidade de resolução do desmembramento da ciência, que consideram um mal. Mais além ainda, trabalham com o intuito de fazer retornar à ciência, a noção de unidade. O corpo científico, assim, funcionaria como uma

totalidade, capaz de oferecer respostas e superar os problemas enfrentados pelas disciplinas isoladas.

Georges Gusdorf, um dos pensadores que assumem veementemente a crítica à especialização e representam essa corrente, ressalta:

A dissociação sempre crescente das disciplinas científicas, segundo um processo de inflação galopante, constitui a expressão de um desmembramento da realidade humana. A “túnica inconsútil” da unidade do saber dissociou-se em parcelas cada vez mais diminutas. A ciência em migalhas de nossa época não passa de reflexo de uma consciência esmigalhada, incapaz de formar uma imagem de conjunto do mundo atual. Donde o desequilíbrio ontológico de que padece nossa civilização (GUSDORF, 1976, p.15).

E adiante, propõe como solução a retomada da referida totalidade:

O remédio à desintegração do saber consiste em trazer, à dinâmica da especialização, uma dinâmica compensadora da não-especialização. Não se trata de entrar a pesquisa científica por interferências que correram o risco de falsear seu desenvolvimento. Mas precisamos agir sobre o sábio, enquanto homem, para torná-lo consciente de sua humanidade. Precisamos obter que o homem da especialidade queira ser, ao mesmo tempo, um homem da totalidade (GUSDORF, 1976, p.24).

Uma outra crítica contundente em relação à especialização, está presente na obra *La Rebelión de Las Masas*, de Ortega y Gasset. Em um comentário dirigido às personalidades científicas especialistas, ele escreve:

Não é um sábio, porque ignora formalmente tudo o que não faz parte de sua especialidade; mas também, não é um ignorante, porque é um “homem de ciência” e conhece muito bem sua porciúncula de universo. Devemos dizer que é um sábio-ignorante, coisa extremamente grave, pois significa que se comportará em todas as questões que ignora não como um ignorante, mas com toda a petulância de quem, em sua questão especial, é um sábio (ORTEGA y GASSET, 2005, p.174).

Uma outra visão que põe interrogação à questão do conhecimento especializado, mas tendo como proposição teórica de base o tema complexidade, é a de Edgar Morin. Ao explicitar o conceito do complexo, retrata uma noção de apreensão ampla e organizadora de dados. Neste conjunto complexo, não há hierarquia necessária, mas há interdependência entre os elementos. Trata-se de uma pluralidade de elementos diferentes, específicos e organizados,

arrumados de forma diversa e assim, possuindo novas significações, em virtude dos elos interativos entre eles (ARDOÍNO, 2001). Este conjunto complexo supõe, ainda, uma pluralidade de componentes heterogêneos, em uma história, aberto às eventualidades do devir.

Muitos teóricos têm tomado como pressupostos noções ligadas à complexidade, objetos complexos, para propor abordagens interdisciplinares e transdisciplinares. Dentre eles, destaca-se o próprio Morin, com diversas obras elaboradas dentro desse foco. Em seu livro, *A Religação dos Saberes*, exprime:

Se quisermos um conhecimento segmentário, encerrado a um único objeto, com a finalidade única de manipulá-lo, podemos então eliminar a preocupação de reunir, contextualizar, globalizar. Mas, se quisermos um conhecimento pertinente, precisamos reunir, contextualizar, globalizar nossas informações e nossos saberes, buscar portanto, um conhecimento complexo. É evidente que o modo de pensamento clássico tornava impossível, com suas compartimentações, a contextualização dos conhecimentos. Ele transformava especialistas em idiotas culturais, ignoros em relação a tudo o que dizia respeito aos problemas globais e gerais, que aliás são muito concretos, como a guerra na Iugoslávia ou as eleições israelenses. E o que é impressionante é que o mundo hiperespecializado impunha a idéia segundo a qual se deve evitar ter idéias gerais, porque elas são ocas, ao passo que ele se alimentava de idéias gerais ocas sobre o mundo, a vida, a humanidade, a sociedade, e alimentava a mais oca das idéias gerais: que não se devem ter idéias gerais (MORIN, 2001, p.566).

No entanto, ele admitia que uma idéia de unificação nas ciências só teria sentido se pudesse captar simultaneamente a unidade e a diversidade, a continuidade e as rupturas entre as diversas áreas (SANTOMÉ, 1998, p.75).

Esse cenário de debates também revela visões que mantêm seu foco permeado pela análise da conjuntura histórica, inserindo aí o tema da interdisciplinaridade e enxergando-a como um instrumento criativo e transformador dentro do âmbito da ciência – teoria e prática.

Porém, tais autores criticam as tentativas de torná-la - interdisciplinaridade - meio capaz de mudanças estruturais numa sociedade, salientando ser uma ilusão imaginar que os problemas da divisão do trabalho e as contradições da sociedade capitalista possam ser

superados a partir de modificações internas da ciência (a questão da especialização também é vista a partir deste prisma). Um desses pensadores afirma:

Em todo caso, cabe assinalar que aqueles que alimentam este propósito de “retorno” a cultura entendida no sentido das “velhas épocas” nomeia sem saber um problema político. Falam, sem sabê-lo, dos efeitos políticos da acumulação sem controle do capital, do avanço tecnológico irracional e não planejado que leva a tornar insuportável o mundo que se habita e a sentir a necessidade de “outra coisa”, neste caso não entendida nem conectada com precisão: uma sociedade onde se possa viver “naturalmente”, longe do ruído e *smog*, da despersonalização e do especialismo à *outrance*. Uma sociedade que não seja a da eficácia da “ordem” produtiva, da massificação e do tecnicismo (FOLLARI, 1995a, p.106).

Follari argumenta neste trecho ainda, em relação ao discurso de linhas que defendem a interdisciplinaridade como resgate ao ideal da unidade. Ele enfatiza ser essa tendência uma tentativa de reabrir as portas aos ideais positivistas, com nova roupagem, mas onde a ciência promete solucionar tudo, desde que adquira o caráter monodisciplinar. Adverte que a ciência “*não tem portanto nas mãos as ‘chaves do futuro’ das quais pretende investir-se*” (FOLLARI, 1995a, p.106). Em sua concepção, *esta* busca pelo interdisciplinar é nefasta.

No aspecto prático, também é preciso levar em conta os reais limites do que o interdisciplinar pode trazer, uma vez que lhe foi outorgada a aura de ser a “ciência do futuro”, a preparação científico-tecnológica superior que rompe as barreiras da ciência “à antiga” e oferece soluções de maior eficácia, em nível da era cibernética. Aqui a ordem ideológica irrompe para anunciar, por exemplo, que, se o problema do caos urbano não for solucionado pela tecnologia tradicional (foi bem ela que o “criou”), agora vem a interdisciplina, portadora da teoria e da prática do futuro, para resolvê-lo (FOLLARI, 1995a, p.107).

Essas diversas interpretações do tema têm oferecido, ao longo desses 30-40 anos, um perfil de intensos diálogos e conflitos no que diz respeito à interdisciplinaridade. Como já foi frisado previamente, sua definição continua em franco debate. Seu conceito e implicações variam na proporção da abordagem epistemológica em foco.

Como exposto, as motivações e buscas pela proposta interdisciplinar são diversas. Apresenta-se como aspiração por uma grande teoria, praticamente uma “*ciência das*

*ciências*”, envolvendo concepções que têm, como meta final e justificadora, a unidade como realidade última, condição estrutural do percebido. A interdisciplinaridade também tem surgido como medida compensadora neste contexto moderno, pela constatação a partir de certas análises, da dificuldade em estabelecer limites precisos entre as áreas do saber, num cenário atual de intensas disputas por espaços de atuação dos diversos profissionais. Desde os anos 70, a questão do reagrupamento de disciplinas, em virtude de redefinição de fronteiras, tem gerado marcantes debates. Por outro lado, as análises de cunho histórico, de forte influência marxista, têm sublinhado a importância de perceber esse movimento interdisciplinar como algo sintonizado e justificado dentro da própria lógica do modo de produção capitalista, em suas mais recentes configurações e remodelações. Ressaltam também a questão da permanência da multiplicidade de olhares sobre um objeto como algo próprio da natureza do conhecimento.

No período referido, também se tem elaborado bastante no que diz respeito às classificações, modalidades de relações entre as disciplinas e modalidades da própria interdisciplinaridade em si mesma.

Desde o encontro de 1970, no seminário organizado pela OCDE e o Ministério de Educação francês, nos diversos simpósios, reuniões e congressos realizados, têm surgido propostas de classificação do tema.

As classificações têm tentado esclarecer os diferentes níveis de relação entre as disciplinas, seu grau de interação, avaliando as características do contato entre as áreas analisadas.

Santomé, numa obra dedicada ao tema interdisciplinaridade relacionada à globalização<sup>9</sup>, faz um extenso apanhado das classificações realizadas nesta temática. Entre as taxonomias realizadas, algumas se destacam nesse campo pela repercussão que tiveram . Entre elas, aparece inicialmente, em 1977, a classificação de Cesare Scurati, postulando seis níveis de inter-relação, como explicitado a seguir:

### **1. Interdisciplinaridade heterogênea**

Nesse nível, aparece um tipo de enciclopedismo, onde o que existe são diversas informações oriundas de várias disciplinas somadas em um conjunto. .

### **2. Pseudo-interdisciplinaridade**

A relação entre as disciplinas nesse nível ocorre através de uma “*metadisciplina*”. Geralmente existe uma referência de conceitos, teórica, que é utilizada para realidade de disciplinas muito diferentes entre si.

### **3. Interdisciplinaridade auxiliar**

Essa denominação é usada para as situações em que uma disciplina utiliza metodologias provindas de outras áreas do conhecimento.

### **4. Interdisciplinaridade composta**

Esse nível retrata a situação em que diversos especialistas de campos distintos são convocados para elaborar soluções em problemas de difícil resolução. Essa diversidade de profissionais chamados, reflete a preocupação com os múltiplos aspectos de um fenômeno histórico.

---

<sup>9</sup> SANTOMÉ, J.T. *Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

### **5. Interdisciplinaridade complementar**

Esse termo se refere à situação em que, sobre um mesmo objeto de estudo, diversas especialidades sobrepõem seus trabalhos.

### **6. Interdisciplinaridade unificadora**

Nesse estágio, já se constata a interação de duas ou mais disciplinas, tendo surgido em virtude da elaboração de metodologia ou marcos conceituais comuns entre elas (SCURATI e DAMIANO apud SANTOMÉ, 1998, pg.68 e 69).

Uma outra proposta de classificação foi feita por Marcel Boisot. Esse autor discrimina três tipos de interdisciplinaridade:

#### **1. Interdisciplinaridade linear**

Nesta modalidade de relação entre disciplinas, observa-se que leis presentes em uma área, são tomadas por um outro campo para refletir sobre fatos em sua abrangência. Para que essas leis possam ser utilizadas em outro contexto, algumas adaptações e redefinições seriam efetuadas.

#### **2. Interdisciplinaridade estrutural**

Esta situação ocorre quando as interações entre especialidades provocam a criação de um novo conjunto de leis, com uma estrutura básica que não pode ser reduzida à de suas disciplinas de origem. Nesse caso, há surgimento de uma nova disciplina.

#### **3. Interdisciplinaridade restritiva**

A partir de um objetivo de pesquisa e campo de aplicação específico, são planejadas as intervenções de cada disciplina. Cada uma delas poderá colocar algumas restrições que, em conjunto com as de outras áreas, irão compoendo a delimitação do projeto. Não é necessária a modificação nas disciplinas que interagem, podendo apenas ter esta colaboração episódica (BOISOT apud SANTOMÉ, 1998, pg.69).

Jean Piaget, já mencionado como teórico dedicado ao tema da interdisciplinaridade, desde seus movimentos iniciais, também estruturou uma hierarquização sobre o assunto. Em sua visão, a pesquisa interdisciplinar objetivaria uma reestruturação do saber, através de interações que, uma vez levadas a cabo, proporcionariam a superação de obstáculos ao avanço científico. Como exposto abaixo, dividiu tais interações da seguinte forma:

### **1. Multidisciplinaridade**

Para ele, este nível seria um estágio inferior de integração. Ocorre quando várias disciplinas são chamadas para fornecer informações e suporte em uma dada situação de problema específica. Esta fase se constituiria como um primeiro momento de construção das equipes, mas sem nenhuma indicação necessária para que prossiga para outros níveis de integração.

### **2. Interdisciplinaridade**

Nesse segundo nível de relação entre os campos, a cooperação entre as disciplinas leva a uma real troca entre elas. Neste nível, haveria reciprocidade e assim, o enriquecimento alcançaria todas as disciplinas envolvidas.

### **3. Transdisciplinaridade**

Na visão de Piaget, seria esse o nível superior de integração. Corresponderia à construção de um sistema total, sem fronteiras propriamente ditas entre as disciplinas. Algo traduzido como *“uma teoria geral de sistemas ou de estruturas, que inclua estruturas operacionais, estruturas de regulamentação e sistemas probabilísticos, e que una estas diversas possibilidades por meio de transformações reguladas e definidas”* (PIAGET apud SANTOMÉ, 1998, p.70).



Dentro das classificações realizadas, uma adquiriu maior divulgação e uso. Trata-se daquela elaborada por Erich Jantsch, por ocasião de um outro Seminário realizado pela OCDE , no ano de 1979. Ele dividiu sua classificação em cinco possibilidades de interação.

### **1. Multidisciplinaridade**

Representaria o nível mais baixo de coordenação. A comunicação entre as várias disciplinas ficaria reduzida a um mínimo. Constituiria a mera justaposição de matérias distintas, oferecidas de forma concomitante, com o objetivo de esclarecer alguns dos seus elementos comuns, mas de fato nunca se explicitam realmente as possibilidades de relação entre elas. Um exemplo seria o agrupamento de disciplinas como história, física e pintura, sem expor os nexos de conexão entre elas. O que a experiência tem sugerido é que o conteúdo que é aprendido em uma disciplina não é transferido para as outras matérias, nem num momento de aplicação nas situações onde este conhecimento seria preciso. O que foi adquirido pode assim, permanecer sem acesso.

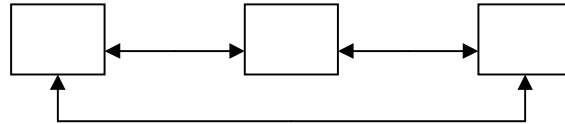
Um diagrama desta relação corresponderia ao seguinte esquema:



### **2. Pluridisciplinaridade**

Trata-se da justaposição de disciplinas relativamente próximas, dentro de um mesmo campo de conhecimentos. Neste sentido, física e química; biologia e matemática ; sociologia e história. Seria um modo de cooperação que visa melhorar as relações entre estas disciplinas. É uma relação de simples intercâmbio de informações, uma simples soma de conhecimentos. Porém, esta troca ocorre num plano de igual para igual, sem preponderância

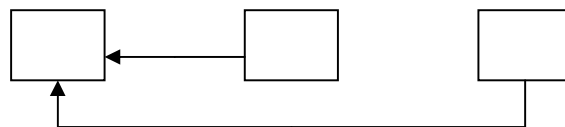
de uma sobre outra. Nesta relação não existem grandes alterações nos fundamentos destes saberes, nem a presença de importante coordenação.



### 3. Disciplinaridade cruzada

Esta situação ocorre quando existe uma situação de desigualdade na interação entre as disciplinas. É uma relação onde um campo exercerá domínio sobre outro. A disciplina que possuir posição privilegiada vai direcionar focos que as demais áreas irão seguir. Neste tipo de relação, o lugar na hierarquia da ciência é item significativo. O referencial teórico e a metodologia da disciplina dominante serão impostos às outras.

As tentativas de algumas disciplinas de reduzir os olhares possíveis à sua concepção do fenômeno podem ser consideradas com pertencendo a essa modalidade de relação, disciplinaridade cruzada.



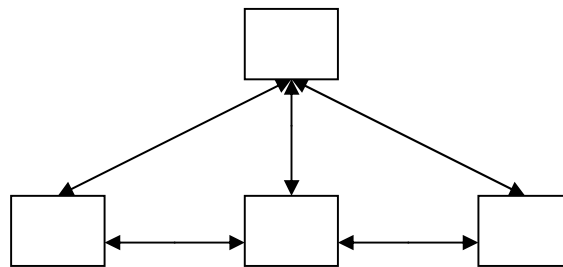
### 4. Interdisciplinaridade

Nesta modalidade, observa-se uma reunião de áreas de diversas especialidades num contexto mais ampliado de estudos. Esse tipo de relação requer o intuito de construir um texto de foco geral. Nesta modalidade, as várias disciplinas são transformadas e passam a precisar umas das outras. Há um enriquecimento de todas as partes envolvidas, com conseqüente alteração de elementos básicos, como questões teóricas e conceituais,

metodologias, terminologias. Nessas relações não existe domínio de uma das áreas sobre outra e percebe-se um equilíbrio das forças.

Esse tipo de relação estimulou os projetos na área docente, visando aos propósitos de um aprendizado mais global, baseado em aparatos teóricos de diversas disciplinas e não apenas de uma predominante.

Ressalvas são feitas quanto à possibilidade também, de restrição dos conteúdos para aprendizado se tornarem exclusivamente direcionados para uma visão sintética, que pode encobrir, em alguns momentos, conhecimentos insuficientes.

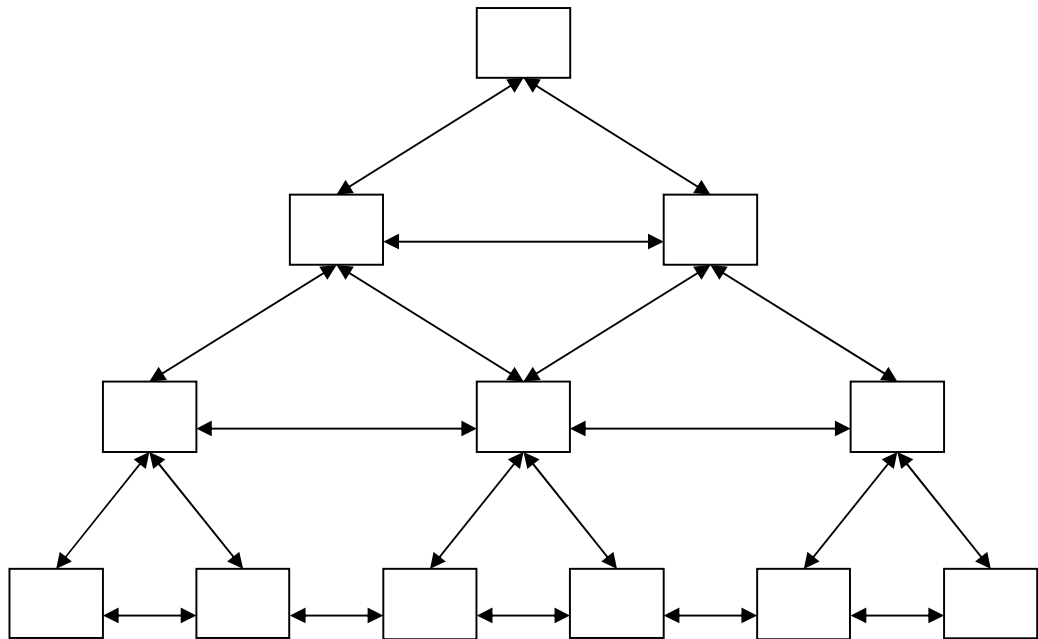


### **5. Transdisciplinaridade**

Nesta possibilidade de relação, há aceitação da prioridade de uma transcendência, constituindo um nível que supera as disciplinas. Seria um nível superior da interdisciplinaridade, no qual não haveria mais limites entre as disciplinas. Haveria também um nível superior de coordenação. A qualidade de interação é tal que já se estabelece uma nova disciplina, uma macrodisciplina (JANTSCH apud SANTOMÈ, 1998).

Santomé argumenta, citando Raymond Miller (1982), que dentro dessa perspectiva transdisciplinar com tais características, , algumas teorias com amplo espectro estariam situados neste grupo. Entre elas, a teoria geral de sistemas, o marxismo, o

estruturalismo e a fenomenologia. O diagrama elaborado neste modelo por Jantsch seria neste formato:



Tais classificações idealizadas por Jantsch se mantêm ainda hoje como um referencial para muitos autores como possibilidade de refletir e visualizar estes modelos de relação disciplinar.

Pode-se avaliar que, dentre as taxonomias referidas, muitas vezes os conteúdos se assemelham, revelando propostas análogas, apesar de as denominações não coincidirem no que tange à nomenclatura das modalidades.

Muitas discussões têm sido engendradas por conta das divergências em relação a este aspecto. Para alguns autores inclusive, algumas das modalidades traduzem definições diametralmente diferentes, que só vêm enfatizar a discordância já mencionada previamente em relação às próprias justificativas das várias abordagens.

No início deste capítulo, algumas considerações foram levantadas no sentido de questionar a fundamentação dessas propostas e condições de exequibilidade. Diante desse

percurso realizado e da exposição das principais diretrizes que permeiam as discussões, algumas reflexões são possíveis.

Uma primeira pontuação é em relação à importância da contextualização dos debates num dado momento histórico escolhido. No caso do presente estudo, o contexto contemporâneo. Na situação selecionada, a forma como a sociedade está estruturada e como estão organizadas suas conexões, parece eixo indispensável a um olhar consistente, que possa levar em conta os intrincados mecanismos que irão mediar as relações nesse sistema.

As abordagens, então, que prescindem, minimizam ou ignoram este elemento, correm o risco de perder importante instrumento de análise e compreensão do objeto que investigam. A ausência desta lente pode comprometer a riqueza do enfoque, ao isolar o evento considerado, retirando-o da inserção de onde foi pinçado. Tal pontuação se traduz para esta discussão, resgatando a significância do panorama atual nos processos de produção do conhecimento. Em citação realizada por Santos anteriormente<sup>10</sup>, esta preocupação revela sua inteira pertinência.

Um outro quesito a ser problematizado, trata da questão relacionada ao lugar proposto para o interdisciplinar, diante das demandas de soluções imediatas e simplistas que tantas vezes têm marcado o perfil desta sociedade de consumo no mundo globalizado atual. Neste painel, respostas de curto prazo e de efeito extraordinário são aspiração geral. Além da característica velocidade, também é marcante a voracidade por perspectivas que possuam um cunho totalizante, com promessas implícitas (ou explícitas) de aplacar o que soe como dúvidas, incompletude e interrogações. É representativa também a pouca afinidade contemporânea por abordagens mais elaboradas e complexas, que requeiram um investimento mais longo e fundante no trato com a situação confrontada. Os projetos interdisciplinares têm,

---

<sup>10</sup> Vide citação da p.19.

reiteradas vezes nestes anos de debate, se constituído como idéias que se resumem a conferir este título, tão em voga, a agrupamentos profissionais sem características específicas ou a situações em que diferentes aspectos de um contexto estão presentes, indiferentes entre si. Tais atribuições apressadas e inadequadas, criam um clima de artificialidade e modismo, ao uso do termo no presente.

Ainda um aspecto a ser analisado mais minuciosamente diz respeito à crítica às especialidades, às abordagens disciplinares. Sem dúvida, no processo que impulsionou o crescimento de algumas áreas específicas, houve uma acentuada concentração em segmentos do saber extremamente exíguos. Nestas imersões a campos muito particulares, muitas vezes houve um grande distanciamento de quaisquer outros pontos de referência geral, no sentido de uma percepção mais ampliada.

Uma destas áreas, a ciência médica, se caracterizou inúmeras vezes, predominantemente mais em alguns momentos que em outros, por atuações excessivamente especializadas, com conseqüente fragmentação no olhar do sujeito avaliado. A saúde mental, especificamente, campo fonte de intenso questionamento na atualidade, também carrega um histórico de abordagens fragmentadas, no processo de seu desenvolvimento. Área foco de diversas disciplinas, tem sido perpassada por inúmeras transformações desde aproximadamente a metade do século XX. Hoje se constitui num campo fértil para investigações de cunho interdisciplinar. É nesse sentido que este trabalho buscará, ao longo de sua estrutura, articular a discussão interdisciplinar com a realidade mais recente desse campo particular no Brasil.

Os comentários acerca das questões das especialidades absolutamente não desconsideram os ganhos que foram obtidos com o avanço em direção a aprofundamentos em regiões particulares, mas sim à perda de contato com outras referências, possibilidades de

conferir aos próprios fenômenos investigados, outros possíveis significados. Será neste referencial que, em capítulo adiante, será discutida a saúde mental.

Tais considerações do disciplinar, do especializado, necessitam ser inseridas numa contextualização que não perde de vista a multiplicidade de olhares sobre o mesmo objeto, cada qual, consoante com seu prisma de avaliação.

Gaston Bachelard (1884-1962), pensador francês, debruçou-se na década de cinquenta, sobre a temática dos saberes especializados. Sua obra não incluiu um exame sobre a interdisciplinaridade especificamente, mas esse aprofundamento na incursão da questão das especializações entra em consonância com as reflexões presentes.

Bachelard exhibe um olhar sobre o conhecimento, onde a existência de diversos modos de perceber e analisar o real são possibilidades inerentes a este processo. As diferentes formas apresentariam olhares distintos, em virtude do que ele denomina como campos axiomáticos, também distintos. No seu pensamento, estes campos axiomáticos implicam em territórios do saber múltiplos – especialidades - cada uma com um prisma que lhe é peculiar.

Nesta passagem, afirma:

Já que a especialização é necessidade do pensamento científico, precedido de uma cultura sólida que precisamente *determina* a especialização, pouco espanta que a especialização científica seja tão facilmente, tão constantemente denunciada como uma mutilação do pensamento..(..).A especialização científica determina uma aplicação do pensamento subjetivo a uma tarefa, nem sempre a mesma, mas que vem sempre e se renova. Esta aplicação é a condição de um rigoroso engajamento de um espírito dentro do domínio de busca, da pesquisa..(..).Uma especialização é assim, uma garantia de uma cultura profunda. É uma cultura que aponta para o futuro, que possui além da experiência, uma problematização. Uma cultura científica sem especialização seria um instrumento sem ponta, uma tesoura cega (BACHELARD, 1965, p.10 a 12).<sup>11</sup>

Com essa concepção, Bachelard oferece uma outra percepção da questão tão debatida da fragmentação no conhecimento. Nesse sentido, opõe argumentos contra a crítica à

---

<sup>11</sup> Tradução livre da autora.

especialização, principal alicerce de pensamentos sobre a interdisciplinaridade, enfatizando o aspecto da singularidade onde aqueles vêm patologia.

Nessa referência explicitada, a perspectiva de cada disciplina tem espaço essencial, como recurso que preserva a fecundidade do debate científico. Não é incomum observar-se na literatura que permeia este assunto, a questão da especialização sendo enfocada de forma extremada, onde o horizonte da diversidade deixa de ocupar função necessária e insubstituível. Em tais condições, não se vislumbra outra alternativa, que não corresponda à tentativa de conferir um cunho totalista ao conhecimento. A unicidade dos vários pontos de vista costuma ser pensada como única possibilidade de aproximação das ciências. Jacques Ardoino<sup>12</sup>, num texto sobre complexidade, ressalta que uma das mais significativas implicações do plural é o caráter inevitável do reconhecimento e aceitação do outro, sua tácita heterogeneidade. Ele estende este argumento na passagem:

É, portanto, sobretudo uma pluralidade de olhares, tanto concorrentes quanto eventualmente mantidos unidos por um jogo de articulações, que vai especificar melhor esta abordagem. Não somente os diferentes sistemas de referência, reciprocamente, mutuamente outros, interrogam o objeto a partir de suas perspectivas e de suas lógicas respectivas, mas ainda se questionam, se necessário contraditoriamente, entre eles, alteram-se e elaboram significações mestiças, em favor de uma história. Com a heterogeneidade, é o outro, experimentado como fonte de alteridade e de frustração (porque ele nos resiste), muito mais do que fonte de alteridade, que transforma nosso campo de referências. Passamos assim de um universo de “buracos”, no interior do qual representamos para nós mesmos sempre mais ou menos espacialmente as lacunas, as insuficiências, em relação a nossos ideais, aos valores que buscamos, a nossas ambições, à nossa cobiça... como coisas que poderiam ser preenchidas, pelo menos teoricamente, no futuro, graças ao esforço, com o tempo, graças ao esforço, à ajuda de meios mais apropriados... rumo à descoberta e à aceitação de um vazio mais fundamental que jamais será preenchido, mas que nem por isso deixa de constituir, uma vez reconhecido, mentalmente “realizado”, além da negação inicial, um dos mais poderosos estimulantes da experiência humana e do conhecimento (ARDOINO, 2001, p.554).

Apesar de discutido durante esse longo período, o tema interdisciplinar está longe de constituir um tema de consenso. Talvez, pela própria natureza de sua proposta, de trazer

---

<sup>12</sup> Este texto está presente no livro organizado por Edgar Morin, *A religião dos saberes*, 2001.



para relação, componentes de áreas tão diversas, com bases epistemológicas e perspectivas tão díspares, seu conceito permaneça em meio a essa constante controvérsia.

Tal constatação tem levantado, inclusive, a possibilidade de comunicação entre campos diversos, em virtude de seus paradigmas situarem visões profundamente distintas.

Paul Feyerabend, filósofo da ciência contemporânea, ao questionar a relação de instrumentos que viabilizem o acesso aos próprios pressupostos, traz argumentos que encontram pertinência nesta discussão. Apesar de também não ter se debruçado particularmente sobre o tema da interdisciplinaridade (como ressaltado sobre Bachelard), refletiu sobre a possibilidade de comunicação entre campos de áreas diversas. Na verdade, ele argumenta, em seus escritos, a favor de uma saída para um ponto para fora do seu campo de idéias e conceitos, como recurso imprescindível para um exame mais crítico de seus próprios princípios e pilares. Este ponto fora, poderia ser representado por um “olho” externo, surgido no confronto com outros territórios do conhecimento. Ele expõe:

Ora – como nos seria possível examinar algo de que nos estamos valendo o tempo todo? Como analisar – para lhes apontar os pressupostos – os termos em que habitualmente expressamos nossas observações mais simples e diretas? Como – agindo como agimos – descobrir a espécie de mundo que pressupomos?...(...)...Trata-se, em todos os casos, de pressupostos abstratos e altamente discutíveis que dão forma à nossa concepção do mundo, sem se tornarem acessíveis a uma crítica direta. Em geral, nem sequer nos damos conta desses pressupostos e só lhes reconhecemos os efeitos quando nos defrontamos com uma cosmologia inteiramente diversa...(...)...A resposta é clara: não podemos descobrir o mundo a partir de *dentro*. Há necessidade de um padrão externo de crítica. Precisamos de um conjunto de pressupostos alternativos.(.). (FEYERABEND, 1977, p.42 e p.90)

Nesta concepção, o contato com outros saberes (pressupostos outros) propicia um caminho para aprofundar-se em relação às bases de sustentação do próprio conhecimento, instrumento chave para um processo de renovação estrutural, de desconstrução. Esta visão confere possibilidade destas interações entre disciplinas tornar-se algo extremamente dinâmico e transformador.

Tais noções serão examinadas mais minuciosamente no decorrer do texto, inclusive especulando quais abordagens interdisciplinares estão consoantes com essa concepção.

No próximo capítulo, será abordada a interdisciplinaridade no panorama brasileiro, o modo como esse tema se desenvolveu no país e suas principais discussões, pontos de convergência e diferenciação em relação ao painel mundial. A pesquisa buscou ampliar contribuições ao tema no cenário nacional, mantendo um eixo focado no debate de pressupostos.

### **3 A INTERDISCIPLINARIDADE NO BRASIL: AMPLIANDO CONSIDERAÇÕES SOBRE PRESSUPOSTOS**

As considerações sobre o tema da interdisciplinaridade no âmbito mais geral representam uma etapa essencial para a proposta deste trabalho. Nesse intuito, o primeiro capítulo foi dedicado a tecer um panorama abrangente acerca da inserção deste assunto no contexto mais amplo dos temas do conhecimento e das relações deste com os outros aspectos da vida humana.

Assim, procurou-se delinear diferentes momentos que estivessem vinculados à temática, em situações históricas diversas. A exposição de idéias sobre interdisciplinaridade produziu pesquisas sobre noções e conceitos que estão conectados ao seu desenvolvimento, além de contribuir para o estado atual do debate. Neste percurso, a questão envolvendo a dualidade entre o *uno* e o *múltiplo* ganhou enfoque privilegiado, por sua discussão se constituir, no olhar de referência deste texto, numa questão implícita para discussão, inclusive com conseqüências para as diversas ramificações de entendimento e reflexão sobre a interdisciplinaridade.

O papel dos fatores socioeconômicos e da forma como está estruturada a sociedade em questão também foi abordado e permanece como disparador de discussões entre visões que priorizam, mais ou menos intensamente, tais fatores.

As várias definições e taxonomias do conceito de disciplina e derivados, entre eles, da interdisciplinaridade, também forneceram um painel que está marcado pela ausência de consenso entre os estudiosos do assunto.

Um ponto de importante meditação esteve presente no exame da própria viabilidade epistemológica das propostas interdisciplinares e de suas fontes de sustentação, tanto teóricas quanto práticas.

Esse trajeto de abrangência global desempenha lugar indispensável para o prosseguimento desta dissertação e aproximação de seu tema propriamente dito. A discussão da interdisciplinaridade no Brasil se encontra inserida nesse quadro mais amplo e nele se encontram significativos pontos de semelhança como também de divergência.

Dentro de um solo permeado por suas características singulares e particularidades inerentes à sua história e momento específicos, a entrada e construção deste conceito e projeto interdisciplinar entre os pensadores brasileiros vêm sendo elaborados gradualmente. Porém, a influência desse movimento em outros centros mundiais, sem dúvida, teve grande contribuição para a repercussão dessa matéria no país.

O contato com esquemas conceituais oriundos de outras nações, outras referências socioculturais e a possibilidade de sua absorção a partir de características próprias é comentado por Santos, na seguinte passagem:

Os processos de hibridização ou de mestiçagem que, a partir de recursos de origem diversa, local ou translocal, criam formas “autóctones” ou “nativas” de representação ou teorização de experiências, de horizontes e de práticas emancipatórias apontam formas possíveis, sempre ligadas a experiências históricas específicas, de articulação das duas estratégias. A “Nuestra América” de Martí e as suas reelaborações ou a “antropofagia” de Oswald de Andrade são expressões

importantes dessa orientação (SANTOS e NUNES apud SANTOS, 2003, p.42 e 43).

Nesse sentido, cabe ressaltar que o debate sobre esse assunto no Brasil, assumiu contornos específicos, ainda que atravessado por questões universais, como será explicitado ao longo deste capítulo.

Nesta introdução da discussão da interdisciplinaridade no Brasil, vale destacar que tal percurso já representa cerca de quarenta anos de investigação nesta matéria específica. Nesse período, os muitos autores que têm surgido com produções, trazem, implícita ou explicitamente, um posicionamento em relação a seu enfoque sobre o tema. Diferentes fundamentos têm gerado distintas visões e perspectivas, proporcionando uma real controvérsia em relação a aspectos centrais do assunto. Ao longo deste capítulo, será traçado um painel dessas abordagens, buscando aprofundar a forma como percebem a questão e como estruturam seus pressupostos, os argumentos e críticas estabelecidas entre essas linhas, além de uma reflexão sobre essas proposições, considerando diversos fatores. A polêmica entre tais posições no Brasil reflete, sem dúvida, conteúdos semelhantes aos dos embates travados no âmbito geral.

Na linha hegemônica de abordagem da interdisciplinaridade no país, alguns autores protagonizam lugar de destaque em virtude de sua produção e por representarem uma vertente que tem predominado entre as reflexões sobre o tema. Essa linha recebeu significativa influência dos autores europeus, principalmente da França. Dentro desse universo de influência externa, Georges Gusdorf tem representado uma corrente de marcante ascendência no movimento brasileiro que se dedica a este tema e que segue os mesmos pressupostos de análise desse autor.

Dentre os autores nacionais que compartilham essa abordagem, Ivani Fazenda sobressai-se como pesquisadora de longa data nesse campo. Com sua produção voltada para a área de pesquisa educacional, a questão interdisciplinar tem sido um de seus focos principais. Tal investigação vem sendo conduzida no decorrer de mais de trinta anos na elaboração de inúmeros livros e publicações concernentes ao tema.

Desde meados da década de 60, Fazenda relata os primeiros contatos com o assunto, através de discussões sistematizadas no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE), em parceria com Angel Diego Márquez, especialista em educação pela Unesco, autor de alguns trabalhos sobre interdisciplinaridade<sup>13</sup>.

A autora comenta que os diálogos que tomaram corpo no país, no final daquela década, apresentavam grandes distorções, ganhando características de empreendimento da moda. A denominação *Interdisciplinaridade* passou, segundo relata, a ser um termo usado indiscriminadamente para referenciar e justificar diversos projetos educacionais. Ela reitera ainda que nas reformas educacionais elaboradas entre 1968 e 1971 (nos três graus de ensino), este vocábulo funcionava como “*a semente e o produto*” de grande parte dos projetos (FAZENDA, 2003, p.24). Através de uma análise dos documentos mais significativos da legislação educacional, desde a Lei 4.024 de dezembro de 1961, até o final de década de 1990, Fazenda enfatiza que havia uma nítida preocupação com a idéia de *integração*, sendo esta recomendada em boa parte dos documentos avaliados (FAZENDA, 1999). Esta preocupação se traduzia basicamente por entender a proposta de integração, como uma justaposição de conteúdos entre as disciplinas.

---

<sup>13</sup> *O Ensino interdisciplinar na formação de administradores da educação*. 1971. Icase, Panamá e *Educação e interdisciplinaridade : a formação dos educadores “por” e “para” a interdisciplinaridade*.1980. Unesco, França.

O termo interdisciplinaridade em si, só seria introduzido mais especificamente a partir de 1972, porém propondo meramente um trabalho de equipes, como meio para alcançar a pretendida integração.

Ao analisar as possibilidades de concretização da interdisciplinaridade (ainda que como sinônimo de trabalho em equipe, neste contexto) conforme a legislação, Fazenda retrata em seus trabalhos vários obstáculos encontrados. Pontua momentos historicamente marcantes para a sociedade brasileira como um todo e, especificamente no aspecto educacional, campo aonde a interdisciplinaridade vem tendo predomínio desde a sua introdução no país.

A intervenção militar de 1964 marcaria um período de “*impedimento de uma educação brasileira por brasileiros*” (FAZENDA, 1999, p.39), cujo direcionamento ficaria por conta de uma série de acordos entre o MEC – Ministério da Educação e Cultura e a USAID<sup>14</sup>. Além disso, um outro marco importante para o setor educacional seria o Decreto Lei 477 de fevereiro de 1969, que se destinava às escolas e aos seus corpos docente, discente e administrativo, coibindo qualquer manifesto de caráter político ou de outra natureza, no âmbito das universidades (FAZENDA, 1999). Os projetos que não seguiram a orientação do norte estabelecido por esse acordo foram postos à margem e, desta forma, questões como a interdisciplinaridade não avançaram além dos primeiros movimentos.

Num período adiante, porém ainda estruturado por essas configurações, surge à produção daquele considerado como primeiro trabalho significativo sobre

---

<sup>14</sup> Nome de um acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os convênios, conhecidos como acordos MEC/USAID, tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária. Segundo estudiosos, pelo acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava à contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino.

interdisciplinaridade no Brasil. Trata-se da publicação do livro *Interdisciplinaridade e patologia do saber*, em 1976, por Hilton Japiassú.

O livro é prefaciado por Georges Gusdorf, já citado como autor de grande influência nesta abordagem da interdisciplinaridade. Nesse preâmbulo, manifesta sua crítica contundente em relação à cultura dos denominados *experts*. Encara o mundo contemporâneo como vítima de uma doença grave. Segundo ele, a doença do mundo moderno equivale a um fracasso, a uma demissão do saber. Retrata a ciência contemporânea como alienada e alienante, pois entende que esta se contenta em dissociar e desintegrar seu objeto. Considera que a dissociação crescente das disciplinas expressa o desmembramento da realidade humana, produzindo uma “*ciência em migalhas*”, sem condições de formar uma imagem de conjunto do mundo em que vive, “*donde o desequilíbrio ontológico de que padece nossa civilização*” (GUSDORF, 1976, p.15). Gusdorf vai mais além, ao equiparar a multiplicação das disciplinas à proliferação cancerígena, lançando sobre esse contexto científico, uma impressão de um quadro semelhante a uma doença. Nesta passagem, ele expõe sua idéia:

Já se ressaltou que o número dos “cientistas” atualmente vivos é superior ao dos sábios que se sucederam em toda a história da humanidade. Se essa afirmação é verdadeira, devemos concluir que a multiplicação dos “cientistas”, muito longe de ser o sinal de um progresso do conhecimento, constituiria, antes, o sintoma mórbido de uma regressão. O câncer é uma proliferação das células vivas. Esse pululamento anárquico não é um sinal de saúde. Quanto mais se desenvolvem as disciplinas do conhecimento, diversificando-se, mais elas perdem o contato com a realidade humana. Neste sentido, podemos falar de uma alienação do humano, prisioneiro de um discurso tanto mais rigoroso quanto mais bem separado da realidade global, pronunciando-se num esplêndido isolamento relativamente à ordem das realidades humanas (GUSDORF, 1976, p.14).

Assim, Gusdorf deixa claro que sua percepção do movimento de especialização possui uma conotação extremamente polarizada, unilateral, sem contemplar o seu lugar num dado momento histórico da humanidade e suas possíveis contribuições para sociedade. Além disso, Gusdorf expõe implicitamente uma visão de ciência como sistema único, universal.



Deixa de lado as ressalvas de Bachelard, quanto à noção de práticas científicas, resultantes de múltiplos campos axiomáticos. Sobre este aspecto bastante relevante, Barbosa comenta,

Na atualidade, as especializações das ciências não permitem “generalizações”. As ciências, enquanto práticas científicas, não apresentam o mesmo grau de desenvolvimento, o que dificulta sobremaneira pensarmos do ponto de vista do empirismo, do realismo, do formalismo ou do materialismo (BARBOSA, 1993, p.149).

Um aspecto que convém explicitar em relação ao pensamento de Gusdorf, já que se constitui numa referência importante para a linha hegemônica de estudiosos da interdisciplinaridade no país, é a conclusão de que o “*remédio*” para essa situação que ele prefigura, esta desintegração do saber, seria alcançado através de um movimento que trouxesse à tona uma dinâmica da não-especialização. Em seu texto também é possível observar uma certa apologia nostálgica de sociedades antigas, onde esta característica considerada *nociva*<sup>15</sup>, que ele atribui ao processo de especialização, ainda não teria acometido o conhecimento. O trecho a seguir permite visualizar esta busca:

Em outras palavras, a mitologia não é somente um saber e, em certos aspectos, uma tecnologia. Ela proporciona ao mundo uma armadura ontológica, uma garantia na transcendência, na amizade confiante nas coisas desse mundo. Justifica-se, assim, , essa “felicidade” das sociedades arcaicas, nas ilhas felizes da inocência primitiva, com que os civilizados sempre sonharam. Mesmo que essa imagem seja idealizada pela distância no tempo e no espaço, há nela uma parte de verdade: a sociedade tradicional é uma sociedade à medida do homem, que aí goza da segurança mental indispensável a seu equilíbrio (GUSDORF, 1976, p.16).

Justifica a imagem idealizada em relação a tais sociedades, em virtude de estabelecer como essencial, a recuperação de um ideal de unidade presente nas concepções desses períodos<sup>16</sup>. Ao colocar que a inauguração do projeto científico destrói a unidade, Gusdorf posiciona-se no sentido de assumir como possível e desejável, esta referida meta de

---

<sup>15</sup> Grifo meu.

<sup>16</sup> Esta temática envolvendo a questão do uno e do múltiplo foi abordada mais extensamente no primeiro capítulo.

unidade em relação ao conhecimento. Tal almejada unidade também é colocada, a seu ver, como única solução para evitar conseqüências de caráter patológico, causadas mais uma vez pela ramificação das disciplinas e do avanço científico. É importante enfatizar que o autor tem restrições a considerar este percurso realizado pelo empreendimento científico, como *progresso*, chegando até mesmo a incluir o termo entre aspas nos seus textos. Ele comenta, fazendo um paralelo entre a figura de um motociclista e a do homem moderno,

A fuga para frente do motociclista, crispado sobre sua máquina, embriagado com o poder mecânico que desencadeia, no elã de uma selvageria reencontrada, isolado do mundo por sua armadura de couro e seu capacete encouraçado, simboliza muito bem essa outra fuga para frente daquilo que se convencionou chamar de o “progresso” das ciências e das técnicas. Também elas se lançam numa correria cega, sem prestarem atenção à paisagem de humanidade que as cerca, sem sonhar com o que deixam atrás delas, para melhor obedecerem ao espírito frenético de conquista que as arrastam para um temível futuro. O que elas abandonam, o que elas esquecem, é a figura do homem, a advertência à ordem do humano que se formula na unidade do saber. Os cavaleiros do apocalipse científico, com toda inocência e boa fé, são os agentes do esmigalhamento do conhecimento solidário do deslocamento da ordem de valores. Também aqui, a catástrofe espera no fim da estrada (GUSDORF, 1976, p.23).

É dentro destas justificativas, de crítica extremada à especialização e busca por um ideal de unidade do conhecimento (que corresponderia à sua verdadeira natureza), que se articula a noção de interdisciplinaridade para este autor e para a linha de abordagem que se apresenta como preponderante no Brasil. Tal proposta se insere como alternativa para aplacar aqueles que são considerados problemas do conhecimento moderno. Em outras palavras, aqui, a interdisciplinaridade surge como exigência para a obtenção de uma visão de cunho total do humano, impedida anteriormente pelo olhar incompleto das disciplinas e pelo advento das ciências. Esse aspecto sugere que, neste arcabouço conceitual, a definição de interdisciplinaridade se mescla com a noção de unidade do saber. No seguinte momento, Gusdorf explicita esta tendência,

Uma epistemologia da complementaridade, ou melhor, da convergência, deve, pois, substituir a da dissociação. A totalização incoerente de palavras não compatíveis

entre si, deve suceder a busca de uma palavra de unidade, expressão da reconciliação do ser humano consigo mesmo e com o mundo. Bem entendido, essa unidade não é atualmente dada; não existe ainda senão na esperança, na perspectiva de um olhar escatológico, fixo sobre esse ponto do horizonte em que as paralelas se encontram (GUSDORF, 1976, p.26).

Esta abordagem do tema, na qual Georges Gusdorf figura como um dos representantes, norteará, como já dito, muitos autores brasileiros.

O livro de Hilton Japiassú retoma, com acréscimos e retificações, parte de sua tese de doutorado<sup>17</sup>, defendida neste tema. O texto é dividido em duas partes, uma tratando do *domínio do interdisciplinar* e outra, da *metodologia interdisciplinar*.

Segundo expõe, a interdisciplinaridade surge como um “*tríplice protesto*”, contra um saber esmigalhado na multiplicidade de especialidades, onde cada uma se fecha ao verdadeiro conhecimento, contra a “*esquizofrenia intelectual*”, numa universidade progressivamente compartimentada e dividida e contra o “*conformismo das situações adquiridas*” e idéias impostas.

Reitera que, no seu estudo, se dedicou a analisar as exigências e dificuldades epistemológicas das cooperações interdisciplinares. Este projeto foi exercido em funções distintas. Uma, exercida no nível da tarefa concreta e outra levada a efeito no nível da reflexão. Segundo Japiassú, ambos modos de conceber e praticar as pesquisas interdisciplinares.

Este autor, seguindo a lógica que foi exposta previamente, também avalia o período moderno do conhecimento como um claro prejuízo. Explana que o século XIX trouxe um fim às esperanças de unidade, “*com o surgimento das especializações, verdadeiras cancerizações epistemológicas*” (JAPIASSÚ, 1975, p.48). Nota-se ainda a semelhante questão no que tange à aspiração por uma unidade do conhecimento.

---

<sup>17</sup> Intitulada L'Epistémologie de l'interdisciplinaire dans les sciences de l'homme.

A fragmentação, produto da divisão das ciências, torna-se esmigalhamento. Para remediar os perigos da proliferação anárquica de domínios cada vez mais restritos do saber, sem nenhuma regulação de conjunto, faz-se progressivamente sentir uma aspiração pela unidade. Não mais, como pensava Comte, pela instituição de um corpo de especialistas das generalidades científicas, mas por uma unificação interior de cada uma das grandes disciplinas cujas fronteiras se tornam cada vez mais flexíveis e cujos métodos fazem sempre mais apelo aos enfoques interdisciplinares, pelo menos, multidisciplinares (JAPIASSÚ, 1976, p.49).

Japiassú aponta o que denomina de uma série de demandas para o desenvolvimento da interdisciplinaridade. Entre elas, ressalta uma demanda ligada à necessidade de criar fundamento para novas disciplinas, outra ligada às questões trazidas pelo movimento estudantil, que reivindicava contra a compartimentação universitária; havia uma demanda também de formação de profissionais que não estivessem restritos ao domínio de uma especialidade e uma demanda social, pressionando para que as universidades propusessem novos temas de estudo, com foco mais amplo que os estreitos modelos anteriores.

Prosseguindo nesta imersão do que chama *domínio do interdisciplinar*, o autor coloca que o objetivo ideal a ser almejado nas ciências (no seu texto ele se reporta às ciências humanas mais particularmente) seria o de investigar e descobrir leis estruturais de seu funcionamento. Em outras palavras, uma busca por seus denominadores comuns (JAPIASSÚ, 1976).

Reconhece, porém, que elencar as motivações, objetos e objetivos da interdisciplinaridade não constituem ainda razões suficientes para justificá-la. Sobre isso, ele se reportará à situação epistemológica das ciências, caracterizando-a como um “*estado de desmembramento bastante aberrante*” (JAPIASSÚ, 1976, p.57).

Várias famílias epistemológicas partilham entre si as disciplinas. Elas se separam umas das outras por compartimentos estanques, fronteiras rígidas, cada disciplina convertendo-se num pequeno feudo intelectual, cujo proprietário está vigilante contra toda intromissão em seu terreno cercado e metodologicamente protegido contra os “inimigos” de fora. E não somente entre as disciplinas, mas até mesmo no

interior dos domínios de estudo, existem cisões metodológicas rígidas, que freqüentemente tornam impossível a compreensão recíproca dos especialistas e sua eventual colaboração. Essa disparidade disciplinar, bem como as dificuldades de cooperação que engendra, revestem-se de bem maior importância se nos dermos conta de que a ciência tornou-se, hoje, condição decisiva de sobrevivência. (JAPIASSÚ, 1976, p.53).

Ele concluirá afirmando que a primeira e mais radical justificativa de um projeto interdisciplinar encontra-se na complexidade dos problemas com os quais se confronta para alcançar um conhecimento do humano, se não em sua integridade, pelo menos em uma perspectiva de convergência dos conhecimentos parcelares (JAPIASSÚ, 1975). Coloca também que o essencial a reconhecer é que se torna cada vez mais urgente uma análise das concorrências disciplinares, ou seja, das colaborações e intercâmbios recíprocos. Considera, em um dado momento adiante, que talvez fosse mais adequado centrar o trabalho interdisciplinar em torno da noção de *programas*<sup>18</sup>, antes de efetivar-se apenas no nível do *projeto*<sup>19</sup>, pois o programa estaria centrado em temas ou assuntos.

Trata-se de um esforço, no dizer do próprio autor, para não renunciar às tentativas de reencontrar a unidade no domínio do humano. Fala de uma conversão epistemológica e metodológica, pois o que está em jogo é o conhecimento humano na totalidade da sua significação. Refere que “*É por isso que devemos conceber a démarche interdisciplinar, antes de tudo, como o esforço de reconstituição da unidade do objeto que a fragmentação dos métodos inevitavelmente pulveriza*” (JAPIASSÚ, 1976, p.67).

Japiassú apresenta diversos quadros explicitando várias classificações dos conceitos de interdisciplinaridade e conceitos vizinhos, em autores e pesquisadores que tinham representado grande contribuição no Seminário sobre a Interdisciplinaridade nas Universidades, realizado em Nice, na França, em setembro de 1970. Ele detalha as

---

<sup>18</sup> Grifo do autor.

<sup>19</sup> Grifo do autor.

taxonomias de autores como Michaud (França), H. Keckhausen (Alemanha), J. Piaget (Suíça) e E. Jantsch (Áustria)<sup>20</sup>.

Ao deter-se mais especificamente na metodologia interdisciplinar, o autor enfatiza as condições de realização de um projeto interdisciplinar para as ciências humanas, em que fosse possível aprofundar as relações entre as ciências, num projeto semelhante a um realizado previamente por Georges Gusdorf. Estabelece questões que seriam fundamentais para este projeto, como pontuação de conceitos-chave para facilitar a comunicação, delimitação dos problemas a serem desenvolvidos, divisão de tarefas e diálogo sobre resultados. Ele acentua a presença marcante do caráter unitário no domínio humano, no trecho abaixo:

Em suma, a unidade das ciências humanas só pode ser obtida pelo aprimoramento de uma nova metodologia capaz de estudar suas correlações, seus contatos e suas permutas. Sem o pressuposto da correlação e o da interação, jamais se chegará à *unidade das metodologias*, condição *sine qua non* para uma *metodologia da unidade* (JAPIASSÚ, 1976, p.198).

Na seqüência da publicação de Japiassú, Ivani Fazenda traz também nesse período final da década de setenta, uma produção sobre o assunto, em forma de dissertação de mestrado<sup>21</sup>. Ela ressalta a influência dos estudos de Japiassú no seu texto. Ao longo dos anos seguintes, a autora passou a realizar uma série de pesquisas e trabalhos em torno dessa temática. Tais investigações apresentavam direcionamento para a área de educação, buscando inserir aí, um espaço para o debate de práticas interdisciplinares.

Fazenda retoma, inclusive, pesquisas realizadas durante a década de oitenta, de cunho educacional, cujos registros e análises, segundo comenta, contribuíram para a reflexão interdisciplinar.

---

<sup>20</sup> Estas classificações foram descritas no primeiro capítulo.

<sup>21</sup> Dissertação intitulada *Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia?*, publicada em 1979.

Apesar de inúmeros trabalhos também surgirem nesse período com o mesmo foco, Fazenda alerta para a gama de propostas, com o título de interdisciplinares, mas pouco criteriosas, que assolavam o país. Ela enfatiza,

O número de projetos educacionais que se intitulam interdisciplinares vem aumentando no Brasil, numa proporção geométrica, seja em instituições públicas ou privadas, em nível de escola ou de sistemas de ensino. Surgem da intuição ou da moda, sem lei, sem regras, sem intenções explícitas, apoiando-se numa literatura provisoriamente difundida. Em nome da interdisciplinaridade abandonam-se e condenam-se rotinas consagradas, criam-se *slogans*, apelidos, hipóteses de trabalho, muitas vezes improvisados e impensados. Em nome desta falta de orientação generalizada é que tenho dedicado meus estudos e minhas pesquisas, no sentido de elucidar posicionamentos (FAZENDA, 2003, p.34).

Em 1987, foi criado o Núcleo de Estudos e Pesquisas, composto de mestrandos e doutorandos da PUC / São Paulo, coordenado pela autora. Esse centro tem sido uma sede de muitas de suas investigações nesse projeto de estudos interdisciplinares. Ela explicita que de tais pesquisas, foram extraídos os principais pontos para uma teorização da matéria.

Esse percurso se manteve nesse eixo durante os anos seguintes, com publicação de outros livros, entre os quais, *Interdisciplinaridade – um projeto em parceria*; *Práticas Interdisciplinares na Escola*; *Didática e Interdisciplinaridade* e *Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa*, todos lançados na década de noventa.

Numa abordagem mais acurada dos fundamentos de sua proposta, Fazenda argumenta em favor de algumas características que considera principais. Num livro recente, *Dicionário em construção: interdisciplinaridade*, publicado em 2001, ela descreve o que se constituiriam como princípios para uma prática docente interdisciplinar. Elenca uma série de atitudes como: humildade, coerência, espera, respeito e desapego. A autora centra sua discussão no estabelecimento de uma postura de indivíduos, que a partir de uma demanda pessoal reverterem suas atividades para uma outra direção. Ela escreve:

O projeto interdisciplinar surge, às vezes, de uma pessoa (a que já possui em si a atitude interdisciplinar) e espraia-se para as outras e o grupo. Geralmente deparamos com múltiplas barreiras – de ordem material, pessoal, institucional e gnosiológica – que, entretanto, podem ser transpostas pelo desejo de criar, de inovar, de ir além (FAZENDA, 1999, p.18).

Neste sentido, seu entendimento deste projeto interdisciplinar envolve mudanças de caráter eminentemente individual, que servem como sustentação para o andamento da proposta. Nos seus textos também é possível observar que, em relação a tais transformações, permeia a dimensão voluntária dos indivíduos, enquanto motor do processo. Ela prossegue em mais um trecho neste aspecto,

O que caracteriza a atitude interdisciplinar é a ousadia da busca, da pesquisa, é a transformação da insegurança num exercício do pensar, num construir. A solidão desta insegurança individual que vinca o pensar interdisciplinar pode transmutar-se na *troca*, no *diálogo*, no *aceitar* o pensamento do outro. Exige a passagem da subjetividade para a intersubjetividade (FAZENDA, 1999, p.18).

Nessa passagem, Fazenda deixa sinais também de um aspecto presente continuamente nas suas reflexões sobre o assunto. Trata-se da idéia de parceria. Esse ponto, considerado pela autora como fundamento, é encarado como “*categoria mestra dos trabalhos interdisciplinares*” (FAZENDA, 1999, p.18). Tal projeto, dito em parceria, estimularia o diálogo com outras formas de conhecimento não habituais e a possibilidade de interação entre elas.

A parceria num projeto interdisciplinar viria em função da necessidade de intercâmbio ou até mesmo a partir de uma insegurança inicial no início do trabalho entre disciplinas. Na sua visão, a parceria vem quase como condição de sobrevivência do conhecimento educacional, já que estes profissionais precisariam estar freqüentemente “*se apropriando de novos e múltiplos conhecimentos*” (FAZENDA, 2003, p.85). E continua a caracterizá-la,



A parceria seria, por assim dizer, a possibilidade de consolidação da intersubjetividade – a possibilidade de que um pensar venha a se complementar no outro. A produção em parceria, quando revestida do rigor, da autenticidade e do compromisso amplia a possibilidade de um projeto interdisciplinar. Ela consolida, alimenta, registra e enaltece as boas produções na área de educação (FAZENDA, 2003, p.85).

A discussão sobre o interdisciplinar em sua obra está marcadamente entremeada por estes aspectos mencionados. Fazenda reitera a crítica às especializações, apesar de colocar que o processo da interdisciplinaridade se deve também ao caminhar de cada disciplina. Mas a dinâmica entre estes saberes passa pela questão das relações de parceria, alicerçadas nos pressupostos citados.

Esta linha de abordagem da interdisciplinaridade pressupõe uma mudança de atitude eletiva por parte dos indivíduos. Centra no individual a possibilidade e origem dos movimentos e transformações, deixando de lado qualquer contextualização histórica e o modo como se estrutura a sociedade naquele momento. Vislumbra ingenuamente, nestes atos individuais, possibilidades de dar conta de aspectos desta magnitude. Também mostra frágil sustentação do ponto de vista do conhecimento, ao projetar nos indivíduos, movidos pela vontade, possibilidade de alcance de um olhar de completude do objeto, superando as sempre presentes lacunas dos saberes.

Esta concepção ficou denominada como *filosofia do sujeito* e orienta o pensamento hegemônico no país, que foi previamente explicitado. Sobre esta concepção, Jantsch e Bianchetti comentam:

A filosofia do sujeito não é articulada/elaborada por nenhuma escola / tendência / corrente filosófica específica. Ela põe-se, de fato, em várias acepções. Grosso modo, caracteriza-se por privilegiar a ação do sujeito sobre o objeto, de modo a tornar o sujeito um absoluto na construção do conhecimento e do pensamento. O sujeito, aí, é autônomo. Uma das conseqüências desta compreensão do processo de construção do conhecimento é avaliar de forma moralizada este processo, destacando-se, então, a polaridade bem x mal. Além disso, o bem e o mal no mundo do conhecimento são lidos a partir da *redução voluntarista* (ato de vontade) do sujeito que conhece ou que constrói conhecimento. Nesta visão desaparecem as

condições objetivas que envolvem o processo de construção do conhecimento. Enfim, aí a história não existe e o sujeito normalmente é confundido com o indivíduo humano. Portanto, essa filosofia atropela, a nosso ver, também o sujeito (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995, p.23).

Uma outra forma de conceber e refletir sobre a interdisciplinaridade no Brasil, tem articulado argumentos que dirigem crítica contundente nesta questão representada pela filosofia do sujeito, que fundamenta, como já referido, a visão dominante no Brasil.

Ari Paulo Jantsch e Lucídio Bianchetti são autores que têm realizado estudos e trabalhos abordando o assunto a partir de um outro olhar. Ao organizarem a publicação do livro *Interdisciplinaridade - Para além da filosofia do sujeito*<sup>22</sup>, tais pesquisadores trouxeram para o cenário de debate, uma possibilidade distinta de elaboração do tema.

Na coletânea de artigos que compõe o livro, diversos autores contribuem com a discussão, acrescentando enfoques diferentes. Seus organizadores justificam esta nova reflexão sobre interdisciplinaridade, dentro de uma lógica que inclui a perspectiva histórica como elemento chave para a análise. Enfatizam e problematizam o caráter a-histórico da filosofia do sujeito presente no discurso preponderante acerca do assunto. Pontuam:

A nosso ver, as idéias predominantes no Congresso de Nice, e mais ainda na sua difusão ampla no Brasil, assumem pressupostos próprios de uma Filosofia do Sujeito que, nos parece, não estão suficientemente claros para a maioria dos que se ocupam da teoria e da prática da denominada interdisciplinaridade, o que os leva eventualmente a compreender a ciência de forma moralística (JANTSCH, BIANCHETTI, 1995, p.15).

Os autores demarcam o que consideram como pontos principais daquela ótica. Expõem que a concepção relativa à fragmentação do conhecimento e à especialização, comete equívocos ao perceber ambas como um mal em si, como uma patologia (como uma cancerização, nas palavras de Japiassú e Gusdorf). Tal percepção equivocada se manteria, ao

---

<sup>22</sup> Publicado em 1995.

supor tal fragmentação como perigosa, só podendo ser superada pelo ato de vontade do sujeito e apontando como fórmula para solução, a soma de diversos sujeitos pensantes que, voluntariamente decidem superar o saber compartimentado. Implícitas nesta visão, discutem Jantsch e Bianchetti, estariam a noção de um sujeito coletivo “*capaz de curar qualquer mal e qualquer grau de enfermidade relativa ao conhecimento*” (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995, p.16) e a idéia de que a produção de conhecimento ocorreria, apenas satisfazendo o critério do trabalho em parceria ou equipe, a despeito da forma histórica como está se dando a produção da existência.

Nestes pressupostos, prosseguem os autores, estaria ausente o entendimento de que, em momentos históricos distintos, a produção da existência e, conseqüentemente do conhecimento, transcorre de diferentes modos, com base nas características de cada contexto. Fica evidenciada nestas argumentações, portanto, a explícita contraposição à leitura da denominada filosofia do sujeito.

Jantsch e Bianchetti propõem o estabelecimento de novas bases para análise do objeto interdisciplinaridade, num enfoque que privilegia o processo histórico da produção do conhecimento. Nos seus escritos, o conceito da materialidade histórica possuiria posição articuladora, fornecendo base para a compreensão da temática em questão. É importante ressaltar que, apesar do reconhecimento do lugar significativo da categoria histórica, estes autores não lhe atribuem status de explicação exclusiva e suficiente, rejeitando “*uma pretensa ditadura da história*”. Expressam assim:

É no interior dessa perspectiva que devem ser inseridas as discussões e propostas sobre a interdisciplinaridade. Por outro lado, não se pode conceber a produção do conhecimento como autônoma em relação à materialidade histórica. É no interior desta que precisamos admitir que as formas estruturais, como, por exemplo, os departamentos nas instituições, ou mesmo as não estruturais, como a preocupação com demarcações de fronteiras assumem um caráter arcaico, constituindo-se num novo repuxo, embora muitas vezes apresentando-se com roupagens adequadas ao momento histórico (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995, p.189).

Lançando mão dessa referência é que esses pesquisadores se debruçam sobre alguns momentos históricos, desde um período marcado pela preocupação com a unidade, oriunda da escola cronológica do pensamento grego, passando por um outro momento, que assistiu a uma fragmentação do saber, até no desembocar de uma época de nova preocupação com o resgate da unidade<sup>23</sup>. Esta preocupação, como visto, motiva linhas de interdisciplinaridade já comentadas.

No conjunto de artigos que compõem a coletânea dos autores anteriormente citados, alguns ensaios constituem valiosa contribuição ao presente estudo. Dentre eles, ressalte-se o texto *Ciência, Interdisciplinaridade e Educação* de Norberto J. Etges. Este estudioso examina nesta produção algumas questões. Elabora a idéia de que o trabalho humano abstrato constitui condição para a gênese da inteligência e do pensamento. A inteligência se apresentaria como uma unidade, produzindo a infinidade de pensamentos, funcionando como causa nos seus produtos ou efeitos. Seria “*o ponto de referência, ponto de coordenação de todas as ações, fazendo delas uma unidade do diverso, um conjunto diversificado*” (ETGES, 1995, p.52).

Nesse sentido, as ciências seriam construções produzidas por este ponto de referência, a unidade intelectual. Ainda em relação a esta inteligência, o autor assinala:

Ao produzir ciências, ela não depende da empiria dada, mas cria uma nova totalidade, congruente inteiramente consigo mesma e com a própria inteligência criadora. Como é que ela faz isto? Tira elemento de seu mundo interior e do mundo dado, seleciona estes elementos e os reconstrói, recombina sob novas formas, constituindo novos mundos. Estes também serão unidades do diverso, universais concretos específicos e auto-fundantes, independentes do mundo dado (ETGES, 1995, p.52 e 53).

Na sua proposta, uma teoria não guarda relação com a verdade, se esta for traduzida por uma adequação da teoria ao mundo, ao objeto. Esses conteúdos, como se refere

---

<sup>23</sup> Vide capítulo inicial.

Etges, demandam inicialmente congruência consigo mesmos. Todavia, refere-se também, à necessidade de congruência com o mundo onde se insere. A congruência `a que ele se refere seria uma adequação dos elementos externos, recombinaados de outra forma, com o construto. Nessa lógica, a ação da inteligência teria cunho transformador e não passivo contemplativo.

Argumenta ainda o autor, que a legitimidade e a verdade do construto não viriam de sua verificação empírica no mundo dado. Observa porém, que sendo a ciência uma ação universal e, portanto, social, ela procura reconhecimento e consenso entre os indivíduos, através de comunicação entre os construtos. Para ele, os cientistas comunicam pela linguagem as elaborações, primeiro para seus pares e, em seguida, para o público. Porém, seu contexto revela-se para os estudiosos de outros temas, inicialmente, como incongruentes. Assim, a necessidade de comunicação obriga a nova criação, a se repassar “*por inteiro*”, e “*seu inventor não pode abandoná-lo ou contentar-se com um colóquio autista*” (ETGES, 1995, p.60).

Nesse raciocínio, para que esse saber e seu conteúdo possam ser comunicados, precisam ser transpostos para outro modo de representação. Na comunicação para o grande público, estas transposições se fazem através de figuras, metáforas, que possuem uma relação similar com aquilo que se quer comunicar. Etges, aqui, reitera que esta transposição (que o cientista também faz constantemente para si mesmo), “*realiza basicamente uma ação interdisciplinar e educativa*” (ETGES, 1995, p.60).

Na mesma direção, a exigência de comunicação para outros cientistas estimula o pesquisador a realizar um conjunto de ações que, para este autor, se traduzem no ato *interdisciplinar*, como evidencia no trecho:

A exigência desta comunicação para os outros impele o cientista a transpor, a deslocar, a traduzir, constante, mas assistematicamente seu sistema para o campo de suas representações e experiências familiares, para assim atingir as

representações e experiências familiares dos outros. Ora, é isto que acontece com ações interdisciplinares, ações entre disciplinas. A interdisciplinaridade consiste precisamente na transposição, no deslocamento de um sistema construído para outro. Assim, a interdisciplinaridade que propomos tem sua base na própria gênese e no fundamento da própria produção do saber, e não se funda na busca de alguns elementos comuns que deveriam ser descobertos para se chegar a uma espécie de denominador comum, ou a uma unidade global. Estas buscas não levaram a nada (ETGES, 1995, p.64).

Etges expõe também o que considera como formas equivocadas de interdisciplinaridade. Denomina-as, *Interdisciplinaridade Generalizadora* e *Interdisciplinaridade Instrumental*. Em relação à primeira, que descreve como sendo a forma mais tradicional, questiona o pressuposto nela implícito de que um saber absoluto é possível e que seu alcance forneceria acesso ao conhecimento do mundo em sua totalidade.

Retoma neste aspecto, a discussão do ideal unitário de uma ciência única, presente na discussão do conhecimento desde a antiguidade. Na visão do autor, este ideal caminharia para tentativas de absolutizar uma ciência e seu método, que seriam impostos aos demais campos do saber, com todos os prejuízos e perdas num processo desta ordem.

No que tange ao segundo tipo descrito, a interdisciplinaridade instrumental, Etges destaca que essa noção se insere num contexto de uma ciência com interesses práticos e imediatos, com sua existência destinada a servir de meio para solução de problemas. Tal concepção “*abandona o estudo da estruturas e do sentido imanente da ciência e se reduz a apenas a ver como funciona*” (ETGES, 1995, p.67).

Em seu entendimento da questão, o autor propõe localizar e compreender a interdisciplinaridade como possibilidade de comunicação, inicialmente do cientista consigo mesmo, mas em seguida, na sua relação com outras disciplinas e com o senso comum. Através de algumas estratégias como o estranhamento interdisciplinar<sup>24</sup>, o cientista coloca seu

---

<sup>24</sup> Este conceito foi formulado por outro autor, também presente nesta coletânea, Fritz Wallner.

contexto em outro sistema distinto do seu, seja num outro campo científico, seja para o público comum. Neste processo de transposição, o cientista se possibilitaria acesso aos pressupostos do *seu* sistema, aspectos de *suas* estruturas conceituais e proposições, abrindo um horizonte de aprofundamento em relação a seus próprios fundamentos.

Num texto onde sintetiza com clareza esta sua percepção do tema e explicita sua abordagem epistemológica, Etges afirma em relação à interdisciplinaridade:

Resumindo, pode-se dizer que é o princípio da compreensão da ciência para o próprio cientista, da compreensão de seus pressupostos e dos seus limites, portanto, o princípio da exploração máxima das potencialidades de cada construto, e, quando o cientista descobre os limites, ela é o impulso á busca de novos horizontes para a superação do atual construto, e a criação de um novo (ETGES, 1995, p.74).

Tal abordagem também encontra ressonância com as reflexões travadas por Bachelard (ao falar das singularidades de cada constructo científico) e por Feyerabend (quando menciona a estratégia de estranhamento como veículo de acesso aos próprios pressupostos).

Uma outra contribuição importante para o debate em questão, é o texto de Fritz Wallner, intitulado *Sete Princípios da Interdisciplinaridade no Realismo Construtivista*, também presente na coletânea organizada por Jantsch e Bianchetti. Nesta reflexão, Wallner elabora sete fundamentos para o desenvolvimento de um projeto que denomina “*formação de redes e contradição*”. Ao longo da exposição desses sete princípios, o raciocínio vai seguindo no sentido de fornecer bases para o referido projeto. Neste empreendimento, mais uma vez na discussão das relações entre as disciplinas, se coloca a questão da retomada da unidade. O autor argumenta em favor do abandono desta busca, propondo “*formação de redes em vez de unificação*”.

Nesse programa, as estratégias seriam desenvolvidas à medida que o próprio diálogo entre as ciências, e entre estas e a sociedade fosse apontando suas necessidades e exigências. Vale frisar que, na perspectiva de Wallner, para uma consolidação efetiva do seu programa, os debates científicos constituem “*apenas um caso especial de conversação social, não podendo ficar separada da mesma*” (WALLNER, 1995, p.95). Em suas palavras:

*A formação de redes exerce duas funções: em vez da inalcançável unidade do espírito humano, em vez daquela ilusória esperança, buscar formar redes de aprendizado social. A formação de redes possibilita aos grupos de pesquisadores refletir sobre si mesmos, especialmente no que tange ao sentido do seu trabalho* (WALLNER, 1995, p.95).

Constante também nesta publicação, inscreve-se o trabalho de Antonio Joaquim Severino, delineando a temática do interdisciplinar como necessidade intrínseca ao próprio saber. Severino pontua a questão dentro das relações entre o *uno* e o *múltiplo*. Porém, enfoca estas polaridades a partir de um outro ângulo. Argumenta na direção de que se abdique da predominância de uma das polaridades, caso onde a outra seria diluída, mas também não vê num equilíbrio entre ambas, uma solução razoável. Ele afirma a “*necessária convialidade das duas perspectivas, de modo que poderíamos reafirmar, com um sentido novo mas parafraseando os metafísicos clássicos, que o ser é uno e múltiplo ao mesmo tempo*” (SEVERINO, 1995, p.160).

Severino prossegue discutindo que por mais diversas que sejam as vias de acesso ao real, sobre este, sempre está se lançando um mesmo olhar, de um único espírito. A partir daí, dirá que a preocupação com a interdisciplinaridade não é apenas de natureza epistemológica, mas traz para a pauta também aspectos de natureza ética e política. Ele afirma, “*Com efeito, o conhecimento pressupõe um solo de relações sociais, não apenas como*



*referência circunstancial, mas como matriz, como placenta que nutre todo o seu processamento”* (SEVERINO, 1995, p.163).

A trama de relações sociais traria um elemento específico interferindo no “*social humano, o poder, tornando política a sociedade*” (SEVERINO, 1995, p.163).

Esta interdisciplinaridade, como dito, não se refere exclusivamente aos requisitos epistemológicos da formação do pesquisador, mas também se relaciona “*à formação do profissional, dos agentes sociais no sentido amplo*” (SEVERINO, 1995, p.173).

Nesse prisma, o autor redimensiona o sentido do interdisciplinar. Na seguinte passagem, ele sintetiza sua visão do assunto:

Do que foi visto, podemos concluir que o saber ao mesmo tempo em que se propõe como desvendamento dos nexos lógicos do real, tornando-se então instrumento do fazer, ele se propõe também como desvendamento dos nexos políticos do social, tornando-se instrumento do poder. Por isso mesmo o saber não pode se exercer perdendo de vista esta sua complexidade: só pode mesmo exercer-se interdisciplinarmente. Ser interdisciplinar para o saber é uma exigência intrínseca, não uma circunstância aleatória. Com efeito, pode-se constatar que a prática interdisciplinar do saber é a face subjetiva da coletividade política dos sujeitos. Em todas as esferas de sua prática, os homens atuam como sujeitos coletivos. Por isso mesmo, o saber enquanto expressão da prática simbolizadora dos homens, só será autenticamente humano e autenticamente saber, quando se der interdisciplinarmente (SEVERINO, 1995, p.172).

A coletânea ora exposta representou, sem dúvida, uma publicação de destaque no cenário desse tema. Além de contribuir para o debate com uma outra visão e proposta da linha tradicionalmente dominante no Brasil, este trabalho trouxe reflexões à luz de referências mais amplas, que proporcionam uma abordagem da interdisciplinaridade inserida no processo histórico de produção de conhecimento.

Na verdade, torna-se marco significativo para esta dissertação, na medida em que se configura numa vertente que busca a discussão da interdisciplinaridade como uma discussão do conhecimento, muito anterior à inauguração da ciência.

Uma outra importante sinalização em relação a este livro, é sua riqueza de abordagens, os múltiplos aspectos enfatizados, ao se debruçar sobre assunto tão controverso. Apesar de possuírem um eixo comum, sublinhado pelos organizadores da obra, quais sejam, o da contextualização desta temática num espectro mais largo, o da reflexão sobre o conhecimento, e esta última também reconhecida como questão inserida num campo onde estão os inúmeros fatores decisivos em relação à produção da existência num dado momento. Outro ponto comum aos vários autores, diz respeito a uma recusa da crítica às especificidades de cunho moralizante e uma ressalva quanto às características de uma proposta interdisciplinar oriunda de concepções com base na filosofia do sujeito. Apesar desses eixos comuns, os ensaios têm enfoques distintos sobre o assunto, como fica claro nos parágrafos anteriores, dedicados aos mesmos. Essa multiplicidade de prismas permite um aprofundamento em uma gama de direções, explicitando a riqueza da publicação.

O final da década de noventa suscitou a continuação deste diálogo sobre interdisciplinaridade, com lançamento de outras obras. Em 1997, Pedro Demo publicou *Conhecimento Moderno – sobre ética e intervenção do conhecimento*. Nesse livro, há um espaço significativo dedicado ao tema em pauta neste trabalho.

Demo articula sua análise do assunto, a partir de alguns itens enumerados, que representariam fontes, origens para a interdisciplinaridade. Em seguida, debate sobre possíveis intervenções na prática do conhecimento.

O primeiro item comentado é a *artificialidade do olhar científico*. Compreende por isto, o método de trabalhar com “*objeto construído*” e não com a realidade imediata. Coloca como próprio da ciência, o agir recortando o real, seletivamente, aprofundando-se nesta parte, o que já significa aí, a própria especialização. Argumenta que, apesar do importante papel desempenhado pela ciência no mundo moderno, seu olhar contém limites

dentro de seu enfoque. Chama a atenção porém, que não vê interesse nem numa especialização extrema, nem num generalismo. Nos seus termos, pontua que “*não escapamos de ser especialistas, em nome do conhecimento aprofundado, analiticamente capaz, mas precisamos de especialistas que componham grupos diversificados, ou seja, que saibam dialogar com companheiros especialistas*” (DEMO, 1997, p.86). Acentua a idéia de que este diálogo não necessariamente surgirá a partir de pontos coincidentes, mas igualmente a partir de aspectos similares, também nas divergências.

Expõe que entre o conflito, a vocação verticalizada da ciência e a complexidade horizontalizada da realidade, surge a interdisciplinaridade, como arte do aprofundamento, preservando a abrangência, incluindo simultaneamente o particular e o complexo. Ele afirma:

Assim, a interdisciplinaridade quer um relativo milagre: horizontalizar a verticalização, para que a visão complexa também seja profunda, e verticalizar a horizontalização para que a visão profunda também seja complexa. Seja como for, a interdisciplinaridade parte, como regra, da análise especializada. Quer dizer, seu habitat pelo menos por enquanto é a verticalização. Ao criticá-la, hoje, não pretende, em absoluto, abandoná-la, mas enriquecê-la com o aporte horizontalizado. Este, entretanto, carece ir na direção verticalizada. Assim, não se trata jamais de tornar superficial a análise científica, borboleteando ao léu e metendo-se a entender de tudo, mas de garantir que a visão complexa seja ela também suficientemente profunda, para ser considerada científica (DEMO, 1997, p.88).

Percebe-se aqui, que a crítica do autor em relação à especialização, em muito se diferencia daquela proposta por Japiassú e Gusdorf.

No segundo item que analisa, os *limites do conhecimento científico*, a interdisciplinaridade viria em virtude da necessidade de outros saberes, “*sobretudo daqueles que não se afogam em formalizações excessivas*” (DEMO, 1997, p.89). Tais saberes, seguindo o autor, tradicionalmente relegados à condição de menor importância, se revelam como essenciais no lidar com o complexo e complicado perfil do cotidiano.

Adiante, Demo coloca como um terceiro item para uma necessidade interdisciplinar, a *compartimentalização da universidade*. O autor situa que, se outrora a organização por departamentos fazia parte de uma busca por autonomia acadêmica, numa tendência de “*democratizar a instituição pela via de sua pulverização*” (DEMO, 1997, p.95), hoje em dia, o que se constata é uma reclusão departamental. Enfatiza que mesmo em espaços comuns, os cursos não se comunicam e, “*cada departamento, a rigor, se basta*” (DEMO, 1997, p.96). Nesse sentido, esse fosso entre as disciplinas não é fecundo para a universidade.

Um quarto item abordado é a *complexidade da realidade*. Demo pondera que a evolução histórica do conhecimento teve que caminhar para o reconhecimento da complexidade da realidade. Comenta que a demanda por uma multiplicidade de competências humanas atesta que “*não é viável o ‘sábio universal’, como alguma vez se pretendia*” (DEMO, 1997, p.102). Esta constatação afirma, tem proporcionado uma tendência crescente de trabalhar grandes temas em grupos. Porém, ressalta a importância de estabelecer uma diferença crucial e dirimir confusões frequentes. Coloca:

Existem muitos modismos vários nesta área, que cabe questionar ostensivamente. Um deles é a possível confusão com trabalho de grupo. Não é qualquer grupo que pode ser tomado como interdisciplinar. Para sê-lo, é condição prévia que seja composto de especialistas diferentes, sobretudo muito diferentes, ou de campos “opostos”. Assim, não é o número maior de pessoas no grupo que traz a interdisciplinaridade, mas sua formação diversificada (DEMO, 1997, p.111).

O autor faz uma ressalva quanto ao modismo dos trabalhos em equipe, despertando expectativas banais de que a existência da equipe tornaria o trabalho mais fácil, além da presunção (falsa em sua opinião), de que a competência individual ficaria dispensada.

Nesse momento, Demo explicita características do que considera o trabalho interdisciplinar, em relação à composição de um grupo. Estas definições do interdisciplinar, como vêm sendo expostas, são fonte de bastantes divergências. Além das características

citadas, o autor enfatizará também a necessidade de que este grupo composto por competências diversas, orchestre esforços de modo convergente, não para justapor conhecimentos, mas para integrá-los. Salienta, também, que este texto do grupo, deve refletir a todos e a cada um, não omitindo o caráter próprio de cada parte.

Em seguida a esse momento inicial, em que investiga possíveis origens para o interdisciplinar, o autor tece uma discussão sobre termos correlatos, comumente usados nos debates nesta área.

Comenta acerca da multidisciplinaridade que, em sua visão, corresponderia a uma justaposição de textos. Apesar do espaço comum, não se formaria um grupo confluyente.

Trata do termo transdisciplinaridade, abordando a posição de Edgar Morin nesse campo. Demo vê este conceito com alguma restrição, no sentido em que, para o autor, a transdisciplinaridade se traduz por um intercâmbio disciplinar que acarreta a desfiguração das especialidades. Para ele, esse conceito não considera suficiente a abertura das fronteiras entre as disciplinas, sendo necessário derrubá-las. Demo problematiza essa proposta, ressaltando o cuidado em resguardar o espaço para cada saber.

Assim, menciona em diversos escritos uma impressão em favor da interdisciplinaridade que, em sua visão, representa a possibilidade de orquestração intrínseca das disciplinas, fazendo convergir seus pontos de origem, mas também compreendendo a relevância da existência de cada especificidade.

Uma publicação também recente e interessante nesse mesmo âmbito, é a de Eduardo Mourão Vasconcelos, denominada *Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar – Epistemologia e Metodologia Operativa*, lançada em 2002. Nesta obra, ele faz uma análise dos paradigmas pós-modernos e o conceito de complexidade, articulando-os com práticas interdisciplinares.

Propõe guiar o debate sobre interdisciplinaridade, partindo de seus fundamentos, através da noção de complexidade. Porém, inicia sua abordagem realizando questionamentos que fazem referência a propostas e tendências que vêm marcando os diversos posicionamentos nesta discussão. Vasconcelos interroga se as críticas feitas à fragmentação e especialização, implicariam necessariamente em reivindicar um conhecimento enciclopédico, de cunho totalista; pergunta, também, se a proposta de interdisciplinaridade e conexões entre disciplinas significa o abandono das especificidades e autonomia de cada campo do saber, estabelecendo uma homogeneidade nas abordagens dos fenômenos.

Tais questões sugerem que o autor faz claras restrições à construção do projeto interdisciplinar a partir desses pilares, opondo-se à principal linha de abordagem do tema no país, que se pauta justamente nas prerrogativas que Vasconcelos questiona.

No seguimento de seus escritos, ele faz ressalvas quanto aos possíveis efeitos e conseqüências de um empreendimento interdisciplinar justificado nessas bases. Enfatiza, nesse sentido, o risco de uma homogeneização e de um imperialismo epistemológico. Esses se traduziriam por uma homogeneização da abordagem dos fenômenos, numa explícita expectativa por um saber globalizante, tipo totalista.

Vasconcelos comenta a ingenuidade de tais análises históricas, na medida em que, segundo sua avaliação, tais estratégias terminam por reduzir a complexidade dos fenômenos em foco, se estão sob o prisma de apenas um campo de saber total. Além disso, alerta para a possibilidade de se enquadrarem os vários aspectos da vida humana e dos distintos campos de saber e grupos sociais, sob a égide de uma “*instituição total cognitiva e epistemológica*”. O autor propositalmente cita Goffman<sup>25</sup>, para enfatizar a analogia com o conceito de “*instituição*

---

<sup>25</sup> O autor faz referência a conceitos presentes na obra *Manicômios, prisões e conventos*, escrito por Erving Goffman, publicado em 1961.

*total*”, cunhado por aquele que, na visão de Vasconcelos, guarda semelhança com a proposta interdisciplinar que almeja um estágio de saber completo, uno, total.

O autor estrutura sua proposta de relações interdisciplinares, ou como também denomina, interparadigmáticas, a partir da noção de complexidade. Ele faz uma explanação mais minuciosa dessa associação, trazendo, como exemplo, algumas situações nas quais foram realizadas abordagens envolvendo ambos conceitos<sup>26</sup>, mas também discute a idéia de paradigma da complexidade de Edgar Morin<sup>27</sup>.

Argumenta que, dentro da perspectiva que retrata os fenômenos complexos, por apresentarem elementos diferentes e inseparáveis, constitutivos do todo, permeados por um tecido que os faz interagir entre si, são passíveis e provavelmente melhor investigados quando se dispõe de estratégias interdisciplinares. Essas seriam mais profundas por “*configurarem projetos complexos, inacabados, abertos, muitas vezes com características bastante polêmicas, cujo debate precisa avançar*” (VASCONCELOS, 2002, p.64).

Vasconcelos elabora ainda alguns princípios para nortear práticas de foco mais ampliado, como universidades e institutos públicos de pesquisa. Dentre os que enumera, alguns são: princípio das práticas científicas, com uma visão “*apenas e sempre aproximativa do real, a partir de uma crítica das porções realistas de unidade sujeito-objeto e de verdade como coincidência ao real*” (VASCONCELOS, 2002, p.84); princípio que norteia a necessidade de consistência interna no desenho metodológico, explicitação das implicações implícitas na abordagem proposta; princípio da não redutibilidade de um campo epistemológico a outro, numa recusa a qualquer tentativa de “*homogeneização e imperialismo*

---

<sup>26</sup> Nos campos de Serviço Social e Saúde Mental, entre outros.

<sup>27</sup> Abordado com mais detalhes no primeiro capítulo.

*epistemológico*” (VASCONCELOS, 2002, p.85) e um princípio que mantém tensão e contradição entre práxis social / política / senso comum e a práxis científica.

No seu texto, expõe também uma classificação dos tipos de prática interdisciplinares: a classificação que seleciona é a de Jantsch, já descrita em capítulo anterior. Na segunda parte de seu livro, se dedica a elaborar um manual operativo para projetos de pesquisa interdisciplinares, especificamente em áreas que considera pertinente. Entre elas, traz o exemplo do campo da saúde mental.

Os diversos autores brasileiros que foram mencionados, com suas várias visões sobre o assunto, também evidenciam no contexto nacional, uma polêmica já constatada em nível mundial. Principalmente a partir do início dos anos noventa, quando novas vertentes trazem, através de publicações, suas posições, o debate se amplificou e enriqueceu-se.

A importância da inclusão da matéria num painel histórico e as reflexões críticas em torno das propostas oriundas de uma filosofia do sujeito, proporcionam novas abordagens e assumem lugar de significativo referencial conceitual para discussão interdisciplinar.

Uma considerável e necessária fonte sobre a recente produção específica nesta área é o banco de teses e dissertações da Capes. Em pesquisa realizada através deste instrumento, com a palavra-base *interdisciplinaridade*, foram relacionados pouco menos de 500 trabalhos, de 1987 até o presente momento. Desse conjunto, a significativa maioria se encontra concentrada na área de educação e, mesmo quando oriundas de áreas diversas, um grande percentual apresenta seu foco também relacionado ao campo educacional.

Nesse conjunto pesquisado, as dissertações e teses relacionando o tema interdisciplinaridade especificamente com o campo da saúde mental são escassas, não excedendo o total de dez trabalhos. Tais dados traduzem que as reflexões sobre o assunto



ainda se mantêm direcionadas para um campo predominante, com as outras áreas recendo investimento ainda incipiente.

As informações relativas à interação com a saúde mental ganham interesse diante da proposição específica desta dissertação, que busca conjugar uma investigação no âmbito da interdisciplinaridade, com reflexões no cenário recente da saúde mental no país.

Como será exposto com minúcia no capítulo seguinte, modificações importantes ocorridas a partir da década de noventa no campo da saúde mental no Brasil, apontam reconfigurações neste contexto. É justamente no âmago dessas transformações, que surgem com mais força as interseções com a temática interdisciplinar.

Assim, seguindo o eixo deste trabalho, as próximas reflexões estão centradas no intuito de pensar possíveis contribuições deste debate sobre interdisciplinaridade no país, para a atual conjuntura da saúde mental brasileira.

#### **4 REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES E O ATUAL CAMPO DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES.**

A construção de uma reflexão sobre interdisciplinaridade no Brasil constituiu o cerne das explanações elaboradas no segundo capítulo. Em virtude da condução deste trabalho considerar necessária a inclusão de uma perspectiva de contextualização, a abordagem deste conceito atravessou, anteriormente, uma etapa de investigação mais geral. Esse momento, traduzido no primeiro capítulo, procurou situar a discussão dentro de uma problemática relativa ao campo do conhecimento, especificamente, num trajeto envolvendo a questão do uno e do múltiplo.

A estruturação destes dois painéis, um no nível global e o segundo localizando o tema no Brasil, abriu possibilidades para pensar o assunto, nas suas potencialidades enquanto instrumental para criação de novas elaborações em diversas áreas do saber.

Dentre os muitos territórios possíveis para uma reflexão à luz dos debates interdisciplinares, o campo da saúde mental se revela como terreno propício para uma contribuição significativa. Apesar da produção em termos de dissertações e teses sobre o assunto não ter um número expressivo no país (como comentado em capítulo anterior), alguns autores têm elaborado artigos, livros e publicações concernentes a esse diálogo.

A inserção de tal diálogo porém, entre estas duas áreas, é um aspecto que só adquirirá relevância num contexto reconfigurado do campo da saúde mental. Essa ressalva se torna necessária em virtude do processo de transformações ocorridas neste cenário, que se traduziram num movimento denominado Reforma Psiquiátrica.

A trajetória do conhecimento na área da psiquiatria aponta algumas referências que merecem desdobramento diante da proposta de considerações interdisciplinares suscitadas neste trabalho. A proposta, porém, não consiste numa exposição minuciosa e extensa desse percurso, que por si só, constituiria objeto de uma dissertação. O foco pretendido aqui busca traçar um panorama geral desta trajetória psiquiátrica, localizando nesta, momentos e características relevantes para o tema em questão, na medida em que revelam a formação de um campo com configurações distintas do precedente, onde então se vislumbra a possibilidade de interação e enriquecimento com o conhecimento interdisciplinar. É dentro desse propósito e direção que se alinha a breve revisão que se segue.

A história da psiquiatria revela que seu nascimento se inscreve num momento em que os grandes espaços de internamentos, denominados hospitais gerais, são capturados pela medicina, tornando-os instituições médicas por excelência, lugares privilegiados de produção e exercício do saber médico. Em relação a esse processo, a partir do qual se estabelecem as internações, Foucault comenta:

A internação é uma criação institucional própria ao século XVII. Ela assumiu, desde o início, uma amplitude que não lhe permite uma comparação com a prisão tal como esta era na Idade Média. Como medida econômica e precaução social, ela tem valor de invenção. Mas na história do desatino, ela designa um evento decisivo: o momento em que a loucura é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se no grupo; o momento em que começa a inserir-se no texto dos problemas da cidade. As novas significações atribuídas à pobreza, a importância dada à obrigação do trabalho e todos os valores éticos a ele ligados determinam a experiência que se faz da loucura e modificam-lhe o sentido (FOUCAULT, 2000, p.78).

Nestes hospitais criados, através de “*cartas régias ou das prisões arbitrárias, é reclusa toda sorte de marginalizados, pervertidos, miseráveis, delinqüentes e dentre eles, os loucos*” (AMARANTE, 2000, p.38). Essa leitura de Amarante é produzida tendo por base a análise de Foucault em *História da Loucura* (1978) e *O Nascimento da Clínica* (1977). Como ele assinala, neste cenário de exclusão mais ampla, surge a intervenção do discurso médico, especificamente em relação à loucura, “*Neste período acontece algo de extremamente novo, que se pode expressar numa só frase: a loucura é apropriada conceitualmente pelo discurso médico, tornando-se a partir de agora, única e exclusivamente, doença mental*” (AMARANTE, 2000, p.37).

Como também ressalta Desviat, em *A Reforma Psiquiátrica*, nesse momento, a loucura separa-se do campo geral da exclusão, transformando-se em entidade clínica, que era preciso descrever e atender em termos médicos, almejando sua cura. A reclusão, o internamento dos loucos consistia em isolamento e tratamento moral (a perspectiva do tratamento moral se encontra compatível com o entendimento, daquele momento, de que a alienação seria um distúrbio da paixão). Esses representavam os pilares do movimento alienista, no qual se destacaram as figuras de Pinel, Esquirol e Georget. Neste sentido, a reclusão dos loucos passou a ter que ser justificada como algo terapêutico e indispensável, sendo a psiquiatria a garantia que salvava a legalidade. O autor mencionado sublinha na seguinte passagem, esta transição:

Há um relatório sobre o debate que se produziu na França, antes da promulgação da Lei de 1838 sobre os alienados, que legitimou em termos administrativos e jurídicos a psiquiatria e o manicômio, instaurou a tutela médica do doente mental e influenciou decisivamente em toda a legislação psiquiátrica ocidental, até os dias atuais. Um relatório no qual foi adotado, juntamente com as medidas cautelares, o termo ‘cura’ (DESVIAT, 2002, p.16).

Amarante cita Bercherie para salientar a tradição da Clínica fundada por Pinel, “*como orientação consciente e sistemática*” (AMARANTE, 2000, p.41). Coloca que, neste contexto, o alienista supostamente ocuparia um lugar isento de influências sócio-econômicas e culturais, partindo de sua percepção neutra para determinar o normal e o patológico.

Pinel enfrentava, com suas teses, oposição da corrente dos anamopatologistas, que lançavam críticas em relação à ausência da base orgânica para a alienação mental. O debate entre o físico e o moral, encontraria mais adiante, segundo Amarante, um termo comum. Retoma a discussão presente em Nobre de Melo, em relação à idéia de que em Morel está situada a origem da atual orientação clínico-etiológica em psiquiatria. Morel utiliza o termo *degenerações* para caracterizar o processo mórbido. Tais degenerações traduziriam a marca de um desvio moral que se impõe também no aspecto físico. Dessa forma, o debate referido anteriormente entre o físico e o moral encontraria uma conciliação na relação de interdependência entre estas duas instâncias que, ao final, nesta visão, contribuiriam ambas para a loucura.

A doutrina de degeneração de Morel proporciona uma nova leitura do aspecto moral das alienações. Nesta ótica, o mal moral influenciaria não apenas o espírito, mas também no seu padrão genético. Na presente lógica, a lesão física é efeito e não causa. Com estes fundamentos, cuja causa primária é a degenerescência, Amarante (2000) enfatiza que o tratamento moral ganha um caráter mais amplo, na idéia de sua universalização como profilaxia preservadora, prática contrária à que a sociedade vinha praticando, a “profilaxia defensiva”, através da reclusão dos alienados nos asilos. Considerando tais observações, Amarante pontua também a noção de endogeneidade presente no discurso de Morel, exemplificado no seguinte trecho:

Com o conceito de endogeneidade, Morel traz para a sociedade a premência de que sejam interrompidas as linhagens degeneradas, desde a origem da eugenia em psiquiatria. No entanto, consolida a noção de prevenção da alienação no meio social e moral, o que desloca a atuação do alienismo do interior do asilo para o meio social e político (AMARANTE, 2000, p.56).

Ainda seguindo a construção do olhar psiquiátrico contemporâneo elaborado por Amarante, Kahlbaun, autor alemão, realizaria a transição da teoria de Morel até o sistema de Kraepelin, ao estabelecer quatro grandes grupos de enfermidades. Kraepelin extrai aspectos da idéia de Kahlbaun para estruturar o seu princípio nosológico-clínico, baseado na noção de unidades nosológicas. Como destaca Amarante, esta nova forma de compreensão traria conseqüências no entendimento de uma patologia,

O princípio nosológico-clínico opera um novo arranjo interno no conjunto de aspectos relativos a uma doença, no qual são combinadas perspectivas diversas, tais como etiologia, as condições de aparecimento da doença, a tendência à predisposição, o curso da moléstia, a sintomatologia, a perspectiva prognostica, a idade, o sexo, os hábitos, etc. Tal princípio permite pensar a doença como um conjunto combinado de aspectos não fortuitos, não acidentais, mas próprios da natureza das unidades nosológicas (AMARANTE, 2000, p.57).

Diversos estudiosos têm opinião semelhante quando se trata de ressaltar a significativa contribuição de Kraepelin para a base da psiquiatria atual. Nobre de Melo o considera “*o verdadeiro criador da psiquiatria moderna*” (NOBRE de MELO apud AMARANTE, 2000, p.57).

A importância de Kraepelin consiste, entre outros méritos, na fundação da referida sistemática nosológica, na distinção de alienações endógenas e exógenas (adota o conceito de demência precoce que, posteriormente, Bleuler denominará de esquizofrenia), bem como, na adoção de uma classificação que inclui dados da sintomatologia, do curso e da terminação, e a sua visão da idéia de degeneração, que apontaria a direção das investigações ligadas à hereditariedade em psiquiatria.

Kraepelin marca também o saber psiquiátrico ao inserir o conceito de anormalidade. Amarante acrescenta o significado do surgimento desta noção como categoria médica no final do século XIX, tendo possibilitado “*a apropriação pelo saber médico de tudo aquilo que é percebido como não normal*” (AMARANTE, 2000, p.58).

Neste recorte empreendido até a estruturação de pilares da chamada psiquiatria moderna, a análise de Foucault, mais precisamente em *História da Loucura*, aponta como problemático, o discurso em que loucura e doença mental são compreendidos como a mesma coisa. Tal identificação traduz a idéia de que ao apropriar-se da loucura, o discurso médico decifra algo que anteriormente não era possível reconhecer.

Um outro ponto significativo nesta leitura diz respeito à institucionalização da loucura. Trata-se da modificação da experiência do sujeito-louco, a partir da reclusão. Roberto Machado, num comentário sobre a mencionada obra de Foucault, enfatiza o lugar decisivo das práticas institucionais asilares no saber psiquiátrico:

Quando se tratou de analisar historicamente as condições da psiquiatria, o próprio desenvolvimento da pesquisa apontou o saber sobre o louco – diretamente articulado com as práticas institucionais do internamento – como mais relevante do que o saber teórico sobre a loucura (MACHADO, 1979, p.IX).

Desse modo, tal reflexão revela a importância de discutir acerca dos espaços institucionais de controle do louco e dos saberes a eles articulados.

Desde os primeiros momentos dentro do próprio processo constitutivo da psiquiatria, já se observava a existência de críticas quanto ao modelo asilar. Porém, foi apenas depois da segunda guerra mundial, em um período de reconstrução social, crescimento de manifestações civis e de uma maior sensibilização em relação às minorias e diferentes que, tanto a sociedade em geral como a comunidade profissional passaram a questionar mais

incisivamente o hospital psiquiátrico, chegando mesmo a propor sua transformação ou abolição. Acerca deste período, Desviat comenta:

Junto com essa vontade coletiva de criar uma sociedade mais livre e igualitária, mais solidária, a descoberta dos medicamentos psicotrópicos e a adoção da psicanálise e da saúde pública nas instituições da psiquiatria, foram elementos propulsores dos diferentes movimentos de reforma psiquiátrica, desde a desinstitucionalização norte-americana até a política de setor francesa (DESVIAT, 2002, p.23).

O mesmo autor ressalta que as características sócio-políticas de cada local, basicamente as especificidades do seu sistema sanitário e o lugar ocupado pelo manicômio, proporcionaram diferentes movimentos de reforma psiquiátrica.

Nos referidos processos de reforma, algumas experiências ocupam posição destacada, tanto pela postura de vanguarda, originalidade, como pelo conjunto de idéias que se tornaram referência para os futuros debates neste campo em grande número de países. Nesse grupo, distingue-se o processo de mudanças ocorrido na França. Denominada como política de setor, o movimento francês tinha seu fundamento teórico pautado na psicoterapia institucional. Essa tendência, influenciada pela psicanálise, buscava utilizar de forma terapêutica os sistemas e as relações existentes dentro da instituição. A partir desta perspectiva, todos dentro da instituição, os que prestam cuidados e os que os recebem, estão doentes. Assim, o tratamento deveria incluir a instituição em seu conjunto. Desviat traz o pensamento de outro autor para expor a dinâmica desta proposta,

Para Maud Mannoni, os autores da psicoterapia institucional estudam a instituição como uma linguagem, uma cartografia do inconsciente (o significativo do coletivo e de cada um dos sujeitos), na qual se encontra algo que é preciso saber utilizar, se quisermos transformar um universo repressor em um lugar onde se fale e onde, pela circulação de algumas palavras, seja possível entrever as perspectivas da cura (DESVIAT, 2002, p.26).

Na constituição dessa nova cultura psiquiátrica francesa, realizaram-se as célebres Jornadas Nacionais, onde se torna explícita a necessidade de se transformarem os asilos em



hospitais com atendimentos especializados, enfatizando que a hospitalização deveria se constituir em apenas uma etapa do tratamento, a ser estimulado em centros de prevenção e pós-cura. Tais discussões influenciaram redefinições nos serviços psiquiátricos e, entre eles, a divisão do espaço geográfico em *setores* que abrangiam leitos hospitalares e recursos extra-hospitalares para cada um destes territórios delimitados.

Tal política prioriza a idéia de que nenhuma instituição especializada deveria ser criada enquanto não houvessem sido esgotadas as possibilidades terapêuticas da própria comunidade.

Já nesta experiência francesa, cunhada pela marca da psicoterapia institucional, pode-se constatar a inclusão de uma outra via de condução à questão da loucura, representada pela contribuição da psicanálise, que propõe uma reconfiguração nas relações e nos aspectos de tratamento existentes até então. Essa abordagem, que passa a atuar em conjunto com a intervenção médico-psiquiátrica, aponta para a aglutinação de mais um campo de saber, compartilhando as discussões deste tema. Como vinha sendo exposto ao longo das páginas anteriores, a prática e o olhar em relação à loucura foram sendo gradualmente apropriados pela lógica e discurso médico, num ambiente específico de reclusão, que era o manicômio. Essa apropriação passou a conferir ao saber médico, autorização (praticamente exclusiva) para emitir qualquer parecer e pronunciamento sobre a loucura, neste contexto, já identificada como doença mental.

Nesse sentido, este momento já dá indícios de uma ruptura inicial com o modelo anterior, ao incluir perspectivas de análise alternativas às vigentes, de cunho exclusivo médico, como também ao propor o direcionamento do olhar para a instituição como um todo (retirando a ênfase centrada apenas no doente e trazendo foco para as relações envolvidas com esta experiência).

A progressiva ampliação de enfoques (ou participação de disciplinas) para o mesmo objeto é algo que constitui um marco e, dentro do objetivo deste trabalho, que avalia as possíveis contribuições da interdisciplinaridade, representa referência crucial para análise.

Um marco no percurso da reforma psiquiátrica, sem dúvida, está presente também na Inglaterra, desde o início da década de quarenta. Enunciando princípios também característicos da psicoterapia institucional, as comunidades terapêuticas buscavam, deliberadamente, canalizar para fins terapêuticos, todos os recursos da instituição. Propunham que o conjunto funcionasse de forma não hierarquizada, a partir de diretrizes, como liberdade de comunicação nos vários níveis e direções, criação de um ambiente de tolerância, que tende a esvaziar as relações tradicionais de autoridade, realização de atividades coletivas, reuniões diárias para avaliar os acontecimentos na instituição e participação de toda a comunidade nas decisões administrativas do serviço<sup>28</sup> (DESVIAT, 2002). As palavras de Maxwell Jones, o principal representante desta proposta, traduzem estes princípios de outra maneira:

Quando aplicamos a um hospital psiquiátrico o termo comunidade terapêutica, isso quer dizer que a responsabilidade pelo tratamento não fica restrita ao pessoal médico, mas concerne também aos outros membros da comunidade, isto é, aos pacientes (JONES apud DESVIAT, 2002, p.35).

Nesses termos, ficam também claros, no contexto britânico das comunidades terapêuticas, sinais de mudanças no que concerne ao lugar – antes absoluto – ocupado pela medicina, indicando introdução de outras perspectivas.

No conjunto de movimentos de reforma da prática psiquiátrica originados na Europa, a trajetória italiana representa um divisor de águas, tendo uma vista o caráter transformador que permeou o andamento de todo o processo transcorrido na Itália. A figura de Franco Basaglia, ao assumir, em fins de 1961, o hospital psiquiátrico de Gorizia, promoveu

---

<sup>28</sup> Apesar da semelhança, na experiência francesa, se privilegiava uma abordagem mais psicanalítica.

uma profunda mobilização das bases de sustentação da psiquiatria, estruturadas ao longo dos muitos anos de sua existência. Juntamente com outros psiquiatras, Basaglia iniciou um movimento que visava, a princípio, uma modificação humanizadora do hospital psiquiátrico e que, posteriormente, caminhou para a consolidação da proposta de um *não* aos manicômios. A negação da instituição psiquiátrica, tema que traduz o título do seu principal livro (*A Instituição Negada*), refletia o espírito de uma crise radical em relação ao papel exercido pelo manicômio e por seus técnicos que, na visão deste autor, estavam encarregados, através de um poder outorgado pela sociedade, de estender mais e mais os limites da exclusão, tentando descobrir tecnicamente novas formas de desvio (BASAGLIA, 2001). Numa afirmação contundente, Basaglia coloca:

Entretanto, a sociedade chamada do “bem estar”, “da abundância”, descobriu agora que não deve expor abertamente sua face de violência para não criar em seu seio contradições demasiado evidentes, que se voltariam contra ela. Por isso, encontram um novo sistema: o de estender a concessão do poder aos técnicos, que o exercerão em seu nome e que continuarão a criar, através de novas formas de violência – a violência técnica – novos rejeitados (BASAGLIA, 2001, p.101 e 102).

E adiante, ele reitera:

A nova psiquiatria social, o psicoterapeuta, o assistente social, o psicólogo de indústria, o sociólogo de empresa (para citar só alguns), são os novos administradores da violência no poder, na medida em que, atenuando os atritos, dobrando as resistências, resolvendo os conflitos provocados pelas suas instituições, limitam-se a consentir, com sua ação técnica aparentemente reparadora e não violenta, que se perpetue à violência global (BASAGLIA, 2001, p.102).

Basaglia e a equipe que o acompanhava, a partir destas concepções e da experiência em Gorizia, vão elaborando e reformulando as idéias iniciadas de reforma e construindo uma visão mais ampla da questão da doença mental, que representará a noção proposta de desinstitucionalização da loucura, em contraponto à idéia de simplesmente desospitalização/extinção de manicômios. Como declara Rotelli, tratava-se de “*Uma coisa mais complexa, que se relacionava com a recusa do mandato social outorgado pela*

*sociedade aos psiquiatras para que eles isolassem, exorcizassem e anulassem os sujeitos à margem da normalidade social*” (ROTELLI apud DESVIAT, 2002, p.44).

Tais posições desencadearam, no início da década de setenta, a criação de um movimento, denominado *psiquiatria democrática*, com fundamento no pensamento basagliano, reivindicando a extensão desta reforma a todo estado italiano. Esse processo culminaria com a criação da Lei 180, que proibia a construção de novos hospitais psiquiátricos e indicava a progressiva redução das internações psiquiátricas, gerando paralelamente serviços em um novo modelo, enfatizando o aspecto extra-hospitalar.

Entre outros pontos, os novos serviços trouxeram ênfase a uma abordagem que é de grande importância ao foco desta dissertação. Sobre ela, Desviat aponta:

Esse modelo de serviço de saúde facilitava a continuação do atendimento e o apoio a longo prazo (...). Tinha que haver um interesse especial em apoiar o trabalho das equipes *interdisciplinares*<sup>29</sup>, as visitas domiciliares e as intervenções em momentos de crise, além de um acesso facilitado aos centros de saúde mental (DESVIAT, 2002, p.46).

Nessa consideração, mais explicitamente, surge uma interpretação das características de uma prática, onde necessariamente a presença de múltiplos profissionais, estabelecendo um outro tipo de articulação entre si, era ponto indispensável. Porém, não há indícios mais claros nos comentários em relação ao sentido atribuído nesta situação, ao termo interdisciplinar. Tal ponto possui relevância, diante das discussões prévias no primeiro e segundo capítulos, donde se extrai a possibilidade de diversas conotações e conseqüências para o tema interdisciplinaridade, variando com os pressupostos utilizados.

Seguindo uma reflexão sobre a constituição desta nova equipe, formada por técnicos de diversas áreas, Basaglia faz uma ressalva quanto aos limites do âmbito técnico da questão, sublinhando que se esta dinâmica não for capaz de subverter e desconstruir

---

<sup>29</sup> Grifo meu.

continuamente as práticas e os próprios fundamentos, a idéia de interdisciplinaridade não apresentará nenhuma mudança efetiva:

O equívoco poderia, então, eternizar-se em torno da busca de uma “democratização das relações” que poderia aparecer como um fim em si, deixando que a situação em vias de mudança resvalasse para a noção burguesa de interdisciplinamento, cada um buscando no outro sua própria confirmação, mantendo intacta a própria zona de competência (BASAGLIA, 2001, p.283).

Numa outra direção, os modelos inovadores em saúde mental, adotados nos Estados Unidos e Canadá, tinham uma vertente baseada na criação de centros de saúde locais, de cunho comunitário. O programa americano caracterizava-se fortemente por traços como pluralismo, objetivos de curto prazo, pragmatismo. Em torno dos anos 60-70, uma psiquiatria dita reformista tomou corpo no Canadá (especialmente Quebec), com uma orientação psicodinâmica e humanista, de foco também comunitário, sendo considerado um modelo intermediário entre a psiquiatria de setor francesa e a psiquiatria comunitária americana (DESVIAT, 2002).

Esse momento de surgimento da psiquiatria comunitária ou preventiva (EUA), como também a experiência da psiquiatria de setor (França), foi marcado por uma mudança essencial no objeto da psiquiatria clássica, que deixa de ser o *tratamento da doença mental*, passando a ser a *promoção da saúde mental* (AMARANTE, 2003).

Também em tais percursos, o debate sobre rearticulação de equipes de atenção em saúde mental está presente, enfatizando uma busca por estratégias e concepções alternativas àquelas delimitadas pelo discurso médico-psiquiátrico. Amarante comenta esse aspecto:

O arsenal de serviços alternativos – oferecidos pela reforma preventivista – situa-se no terreno de contraposição ao processo de alienação e exclusão social dos indivíduos. E, portanto, propicia a instauração de serviços alternativos à hospitalização e de medidas que reduzam a internação. Ao mesmo tempo, propostas de despsiquiatrização – entendida aqui como sinônimo de delimitação do aspecto psiquiátrico – procuram retirar do trabalho médico a exclusividade das decisões e atitudes terapêuticas, remetendo-as a outros profissionais ou a outras modalidades assistenciais não-psiquiátricas, a exemplo do que ocorre com os

atendimentos de grupo “reflexivos”, “operativos”, “de escuta”, dentre outros. Também com o atendimento por equipes interdisciplinares ou ainda, com a redefinição dos papéis profissionais do serviço social, da enfermagem, da terapia ocupacional, da psicologia, do apoio administrativo e assim por diante (AMARANTE, 2003, p.41).

Nessa análise, encontra-se o termo *interdisciplinaridade* em seqüência a esta reestruturação. Porém, os modelos de relação e o grau de interação entre as disciplinas não estão explícitos, assim como também não está claro o fundamento da escolha deste termo e seu significado. Percebem-se, na área da saúde mental, características similares às das discussões em outros campos<sup>30</sup>, quando se trata de aprofundar os usos, significados e conseqüências destas denominações, que traduzem as muitas possíveis relações entre os campos disciplinares.

Este breve panorama<sup>31</sup>, traçado em relação a alguns movimentos de cunho transformador no campo psiquiátrico, consiste num olhar prévio importante, tanto pela constatação de discussões iniciais sobre a questão interdisciplinar na saúde mental (que surgem apenas após a reconfiguração desse campo, como já foi enfatizado), como pela marcante influência que tais processos tiveram no contexto psiquiátrico do mundo ocidental de uma forma geral e, no caso presente deste trabalho, significativas repercussões na reforma psiquiátrica brasileira.

Refletindo um trabalho de pesquisa e análise realizadas durante muitos anos, *Loucos pela Vida* foi publicado por Paulo Amarante em 1995. Neste ensaio, que apresenta um estudo minucioso e consistente sobre a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil, o autor comenta a difícil tarefa de definir o início do processo de reforma da prática do saber psiquiátrico no país.

---

<sup>30</sup> Nas análises mais freqüentes, o campo da educação é o mais abordado, como visto nos primeiros capítulos.

<sup>31</sup> Como comentado inicialmente.

A investigação realizada marca um ponto relevante nas considerações elaboradas e também para esta dissertação, ao assinalar a concepção de reforma psiquiátrica utilizada. Esta noção é também referência para este trabalho, quando em diversos momentos, estiver presente no debate. Nas palavras do autor,

Para efeito da referida investigação, está sendo considerada como reforma psiquiátrica um processo histórico de formulação crítica e prática que tem como objetivos e estratégias o questionamento e elaboração de propostas de transformação do modelo clássico e do paradigma da psiquiatria (AMARANTE, 2003, p.87)<sup>32</sup>.

A partir destas premissas, o início deste processo é situado no Brasil, em fins da década de 70, no princípio de um contexto de redemocratização, onde surgem mais intensamente, críticas estruturais às práticas psiquiátricas e suas instituições clássicas.

Amarante realiza uma periodização do processo da psiquiatria brasileira, baseada no que ele denomina de *trajetórias*, referindo-se a percursos, numa acepção que reflete conceitos e práticas. Tais *trajetórias*, nas quais se inserirá a reforma, muitas vezes se cruzam e se sobrepõem, não significando, desta forma, momentos estanques e distanciados no tempo.

Assim, começa destacando um período que é marcado pelos primórdios da constituição da medicina mental no Brasil (meados do século XIX), até a segunda guerra mundial, nominando-o *trajetória higienista*. Essas décadas se caracterizavam pelo “*aparecimento e desdobramento de um projeto de medicalização social, no qual a psiquiatria surge como um instrumento tecnocientífico de poder, em uma medicina que se autodenomina social*” (AMARANTE, 2003, p.88). A partir de então, sob influência dos movimentos das comunidades terapêuticas, psicoterapia institucional, psiquiatria de setor e da psiquiatria preventivo-comunitária, tem início à *trajetória da saúde mental*, “*quando a arcaica*

---

<sup>32</sup> Amarante faz ressalvas a este conceito, na medida em que o próprio termo reforma é frequentemente utilizado para se referir a movimentos que não envolvem transformações radicais.

*concepção de prevenção da psiquiatria higienista, outrora denominada profilaxia, passa a superar a idéia de prevenção das desordens mentais, para alcançar o projeto de promoção de saúde mental”* (AMARANTE, 2003, p.88). Nesse ponto, principiam as trajetórias do processo de reforma psiquiátrica: a trajetória alternativa. A conjuntura da abertura democrática possibilita demandas por melhores condições de vida e o surgimento de espaços críticos, como o MTSM (Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental), CEBES (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde) e o REME (Movimento de Renovação Médica). Sobre este período, ressalta-se:

É neste momento, efetivamente, que começa a se constituir em nosso meio um pensamento crítico sobre a natureza e a função social das práticas médicas e psiquiátrico-psicológicas (...) passam a merecer importância as obras de Foucault, Goffman, Bastide, Castel, Szasz, Basaglia, Illich, dentre tantos outros, inclusive no campo mais geral da filosofia, sociologia, antropologia e ciências políticas... (AMARANTE, 2003, p.90).

Um momento de introdução de algumas mudanças marca a trajetória sanitária, por volta do início da década de 80. Nele, parte do movimento de reforma sanitária é incorporado ao aparelho do estado e as diretrizes da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) têm grande influência, através dos planos de medicina comunitária, preventiva. Porém, nesta etapa,

Os marcos conceituais que estavam na base do pensamento crítico em saúde – como a reflexão sobre a medicina como aparelho ideológico, o questionamento da cientificidade do saber médico ou da neutralidade das ciências (...) dão lugar a uma postura menos crítica onde, aparentemente, parte-se do princípio que a ciência médica e a administração podem e devem resolver o problema das coletividades. (AMARANTE, 2003, p. 91).

A I Conferência Nacional de Saúde Mental constitui um marco para o ensejo de uma nova trajetória, a da desinstitucionalização ou da desconstrução/invenção. Nessa fase,

O movimento pela reforma psiquiátrica reencontra suas origens e se distancia do movimento pela reforma sanitária (...). Apesar de todos os desvios de rota, de todas as contradições e paradoxos, o movimento psiquiátrico sempre mantém um viés



desinstitucionalizante - isto é, mantém em debate a questão da institucionalização da doença e do sujeito da doença, - ao passo em que o momento sanitário perde de vista a problematização do dispositivo de controle e normatização próprias da medicina como instituição social (AMARANTE, 2003, p.94).

Esta trajetória marca um período em que acontecimentos significativos tomam a cena, tendo repercussões extensas nos caminhos da reforma dos anos seguintes. Entre eles, o surgimento do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em São Paulo e os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) em Santos e a elaboração do Projeto de Lei 3.657/89. Os CAPS e os NAPS representavam a possibilidade de serviços alternativos e objetivavam que esta rede de serviços tivesse direção preferencialmente comunitária, focando a atenção na necessidade dos sujeitos, através de espaços terapêuticos diversos, buscando “*desenvolver uma experiência criativa de reabilitar ou habilitar pessoas excluídas dos circuitos habituais da sociedade, por portar algum transtorno mental*” (PITTA, 1994, p.647). O Projeto de Lei 3.657/89, de autoria do deputado Paulo Delgado, em 1989, se propunha a regulamentar os direitos do doente mental no tratamento, indicando a extinção progressiva dos manicômios e criação de outros recursos para atendimento. Este projeto estimulou as discussões sobre a loucura em todo o Brasil e muitos Projetos de Lei estaduais com o mesmo foco surgiram a partir daí.

O olhar sob a lente destas trajetórias proporciona importantes informações para a reflexão pretendida. O debate sobre a questão da interdisciplinaridade (e sua polêmica epistemológica) encontra, nestas fontes e conjunturas, campo fértil para possíveis contribuições, principalmente em relação ao período da reforma psiquiátrica, em seus últimos anos.

Já na denominada *trajetória alternativa*, como comentado, o aporte de outras áreas do saber, oriundas da sociologia, antropologia, filosofia e ciências políticas, denota um

outro prisma para lidar com os temas da saúde mental, caracterizado pela presença de vários enfoques, que podem dialogar entre si através de diversas modalidades de relação.

Mais recentemente, num período caracterizado como trajetória da *desinstitucionalização ou da desconstrução/invenção*, com o surgimento no cenário de um Projeto de Lei com indicativos para estimular serviços alternativos em substituição aos manicômios e a criação destes serviços na forma de CAPS/NAPS, os espaços de tratamento dos transtornos mentais passam definitivamente a assumir um caráter ampliado, em virtude da pluralidade de abordagens que constituem a essência dessas propostas. Na verdade, a referida ampliação não se pauta apenas pela presença da pluralidade, já que nos próprios hospitais psiquiátricos e muitos ambulatórios tradicionais de psiquiatria, coexistem profissionais de múltiplas áreas, sem nenhuma articulação necessária, que praticamente na grande maioria das situações, não acontece. A reformulação, ou talvez melhor denominada, desconstrução (daí também o nome da trajetória) reside num outro viés da questão. A experiência iniciada nos CAPS/NAPS inaugura no país justamente uma reconfiguração das práticas em saúde mental, a partir de um questionamento do papel normatizador das instituições e do próprio ato da saúde, constitutivos da psiquiatria. Neste sentido, a reflexão produzida pelos italianos (em Gorizia e Trieste) faz eco no movimento brasileiro, quando expõem:

(...) o mal obscuro da psiquiatria está em haver separado um objeto fictício, a “doença”, da “existência global complexa e concreta dos pacientes e do corpo social. Sobre esta separação artificial se construiu um conjunto de aparatos científicos, legislativos, administrativos (precisamente a “instituição”), todos referidos a “doença” (ROTELLI, LEONARDIS, MAURI, 2001, p.27 e 28).

É este aparato, na visão dos autores, que é preciso desmontar (desinstitucionalizar). Reconfigurar, então, ganha o sentido de possibilitar a atuação dos diversos saberes, num outro paradigma. Assim, não se trata somente da reunião de técnicos

com especialidades variadas, mas de suas novas inserções e relações a partir de uma conjuntura transformada.

Esse novo campo, sustentado por um outro grupo de alicerces, vai, passo a passo, possibilitando a origem de uma dinâmica interativa, que colabora de forma essencial. Neste processo de “desmontagem”, essa dinâmica representa um espaço de diálogo onde o confronto de diferentes áreas (como proposto por Feyerabend no primeiro capítulo, ao indicar um caminho para mergulhar nos próprios pressupostos), ou distintos *constructos* (retomando a discussão de Etges no capítulo anterior) abre terreno para a explicitação dos fundamentos de cada visão/especialidade, numa busca de tradução e troca mútua. A conseqüente transformação desencadeada por este processo constitui, sem dúvida, o cerne da contribuição dos intercâmbios interdisciplinares para a saúde mental, já que aí, se situa a possibilidade de desconstrução/desinstitucionalização dos saberes/práticas. Como ressaltado por Basaglia – e adotado por muitos pensadores e movimentos desde então – este é o caminho que efetivamente poderá conduzir a uma verdadeira reestruturação da cultura ligada à saúde mental numa sociedade.

Após a criação do primeiro CAPS em São Paulo, teve início também no município de Santos – que em 1989 atravessa uma importante crise relacionada à ocorrência de atrocidades e óbitos em hospitais psiquiátricos – uma série de eventos que culmina com a implantação de um sistema substitutivo, com a criação de NAPS, residências terapêuticas, cooperativas e associações, operando num registro inovador. Como pontua Amarante (2003), as mudanças representaram um marco nacional na reforma psiquiátrica brasileira recente.

Estes serviços:

são regionalizados, funcionando 24h/dia e 7 dias/semana, devendo responder à demanda de saúde mental da área de referência (...). Diferentemente de ambulatórios, dirigidos aos sintomas, a prática terapêutica do NAPS coloca a

centralidade da atenção na necessidade dos sujeitos e, por isto, tem múltiplas valências terapêuticas: garantia do direito de asilo, hospitalidade noturna, espaço de convivência, de atenção à crise, lugar de ações de reabilitação psicossocial, de agenciar espaços de transformação cultural. O NAPS se orienta criando diversidade de redes de relações que se estendem para além de suas fronteiras, ao território (NICÁCIO apud AMARANTE, 2003, p.83).

Com alguns destes serviços já funcionando no país, o Ministério da Saúde regulamenta a implantação e financiamento destes modelos para todo o Brasil<sup>33</sup>. Esse processo vai se estendendo em graus variados, de acordo com o contexto específico de cada estado. No bojo deste período, a III Conferência Nacional de Saúde Mental no final de 1992, reafirma princípios e diretrizes da reforma psiquiátrica brasileira, com o foco da desinstitucionalização e da luta antimanicomial.

Tal projeto demanda no seu eixo uma transformação na clínica. Aqui, a clínica é um processo que aprende e constrói novos modos de lidar, acolher e estar possibilitando um *“espaço de produção de novas práticas sociais para lidar com a loucura, o sofrimento profundo, a experiência diversa, para a construção de novos conceitos, de novas formas de vida, de invenção de vida e saúde”* (AMARANTE, 2003, p.60 e 61). O tema da equipe surge como fio condutor, que dá ao processo características próprias:

Os operadores podem ser psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, musicoterapeutas, educadores físicos... São tantas e inumeráveis as profissões que estão criando competências em lidar com a loucura nos novos dispositivos, estratégias e serviços, que o importante e fundamental é que não se reduza a intervenção a forma única e exclusiva de uma corrente clínica em teorizar e intervir. É necessário estabelecer rupturas – com conceitos tais como o de doença, de terapêutica, de cura, de ciência, de técnica, de verdade (AMARANTE, 2003, p.61).

---

<sup>33</sup> Através das Portarias 189/91 e 224/92, o Ministério da Saúde regulamentou estes serviços, tornando inclusive NAPS e CAPS (previamente distintos) sinônimos. Esta última incorpora novos procedimentos, como hospital-dia, serviço de urgência psiquiátrica em hospital geral, leito (unidade psiquiátrica em hospital geral, além de estabelecer regras mínimas para o *“funcionamento dos hospitais psiquiátricos que sabidamente eram, e alguns ainda são, lugares de exclusão, silêncio e martírio”* (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p.252)).

A idéia como vislumbrada acima, de um conjunto de profissionais atuando e interagindo entre si numa prática renovada está freqüentemente presente nos textos que tratam desta fase mais recente da reforma psiquiátrica brasileira. Em alguns deles, a terminologia eleita retoma as relações disciplinares, como a seguir, onde se elencam características dos CAPS:

Prática multiprofissional interdisciplinar com redução crítica da hierarquia interna e da hierarquia assistente/assistido. O CAPS é, também, uma radical experiência de democracia interna, pois articula os saberes da Medicina, da Enfermagem, da Psicologia, do Serviço Social e da Terapia Ocupacional, cobrando-os da solução de problemas pessoais, grupais e sociais, determinantes e determinados por alterações de pensamento, afetividade e de comportamento. Tal articulação não só é direcionada para fora da sede do serviço como também, para a promoção da saúde mental dos próprios profissionais da assistência, reduzindo a divisão rígida de trabalho e as distâncias entre quem sabe e quem faz, quem cuida e quem é cuidado (SAMPAIO E SANTOS, 2001, p.128).

Muitas estruturas na lógica dos Centros de Atuação Psicossocial continuaram a serem implantadas. A Portaria nº 336/2002 do Ministério da Saúde enfatiza e amplia a abrangência da rede de CAPS, acrescentando novos parâmetros e direcionando alternativas específicas como álcool e outras drogas e infância e adolescência. Nesta portaria também, fica definitivamente extinto o termo NAPS, permanecendo apenas a idéia dos CAPS<sup>34</sup>.

Os textos da legislação brasileira em saúde mental desde as já referidas Portarias 189/91 (e sua reedição em março de 2002) e 224/92, até a mencionada Portaria 336/02, ao se reportarem ao aspecto da equipe, o fazem de forma tangencial. Nas passagens dedicadas ao assunto, o termo predominantemente usado é o de *equipe multiprofissional*. Desta forma, limitam-se a demarcar apenas características relativas à composição das equipes, sem qualquer menção quanto às suas possíveis interfaces ou interações.

---

<sup>34</sup> Amarante enfatiza a perda presente nesta medida, já que os NAPS e os CAPS representavam modelos de atenção distintos, sendo o NAPS considerado, de fato, um serviço substitutivo ao modelo hospitalar.

Por outro lado, como já vinha ocorrendo previamente, muitos autores continuaram e continuam a debater este aspecto mais detidamente. Nessas oportunidades, encontram-se análises que tem avançado na direção de problematizar as múltiplas possibilidades de intercâmbio entre as especialidades. O trecho seguinte resgata discussões abordadas, através de uma reflexão acerca da relação, num centro de atenção psicossocial, entre psicanalistas e outros profissionais do serviço, costumeiramente marcada, segundo o autor, de certa tensão:

A presença dos psicanalistas na reforma psiquiátrica é sempre marcada por uma certa tensão, tanto da parte dos psicanalistas, quanto da parte dos outros agentes da reforma. Por um lado, comemoram-se as convergências na crítica ao reducionismo da psiquiatria biológica, na recusa ao cinismo terapêutico do grande manicômio e no redirecionamento da assistência rumo a uma tomada em consideração do “sujeito”, ainda que esta noção seja ampla, vaga até, cabendo nela muitas acepções. Por outro lado, enfatizam-se as divergências: algumas vertentes do pensamento da reforma apontam, na psicanálise, uma descrição negativa e mesmo preconceituosa da psicose (...) quando apresentei dissertação de mestrado sobre o tema, em 1999, acreditava, grosso modo, que esta tensão era fruto de um mal entendido, e que era possível superá-la. Hoje não penso assim: penso que, evitada uma posição rivalitória, decorrente dos narcisismos das pequenas diferenças e impeditiva do trabalho, essa tensão é necessária e desejável à construção de uma nova resposta aos problemas da psiquiatria (...). Entendo que essa diferença, que entre outras implicações adverte para os limites de nossa intervenção e para o que é legítimo desejarmos do paciente, não se deve realizar na forma de uma realidade imaginária ou de um impedimento à presença dos analistas no campo da reforma. Antes, torna desejável essa presença não na perspectiva que antes cultivei de complementaridade e harmonia, mas numa posição de solidariedade e engajamento no trabalho estimulado de oferecer ao psicótico, condições mais favoráveis para que, na dependência do seu ato, ele possa se exercer no laço social (TENÓRIO, 2001, p.89 e 91).

A idéia da ausência de consenso em uma equipe de saúde mental torna-se, sob este prisma, uma estratégia de troca e recriação permanentes para os muitos saberes implicados, reforçando o argumento que vem sendo desenvolvido neste trabalho.

Numa interessante observação dessa mesma questão, um outro estudioso da área expõe, debruçando-se sobre esta matéria:

Não se pode dizer que o consenso seja um alvo que se deva perseguir realmente a qualquer custo. Afinal, a existência de dissensão é uma condição indispensável para a preservação da crítica, do movimento, da inovação. Uma condição necessária, porém insuficiente. Não é a pura e simples ausência de consenso que produz os benefícios do debate entre perspectivas distintas. Quando não se consegue

estabelecer um campo problemático comum, a pluralidade de opiniões torna-se infrutífera (...). Nos últimos anos tem havido tentativas no sentido de criar espaços de discussões entre profissionais e experiências de orientação distinta. A sensação que freqüentemente prevalece é a de discursos paralelos. Será esse resultado inevitável? (...) Quando se abandona a querela acerca de qual seria a abordagem *que verdadeiramente* descreve o sofrimento psíquico em sua natureza última, passa-se a valorizar a multiplicidade de teorias à nossa disposição. Vemos *pluralidade*, e não fragmentação do pensamento (BEZERRA JÚNIOR, 1999, p.140 e 142).

Bezerra Júnior retoma, na reflexão acima, uma discussão que está presente em diversos momentos desta dissertação, que é a polêmica da *pluralidade enquanto tradução dos múltiplos olhares possíveis sobre um mesmo objeto* (neste sentido, a interdisciplinaridade surge como interação transformadora de cada disciplina, que reflete sobre si mesma / desconstrói / reforma, a partir do contato / diálogo / troca constante de outros saberes) *versus* *pluralidade enquanto fragmentação* (contexto no qual a interdisciplinaridade surge como solução para esta situação de incompletude de cada saber, considerada “nociva”, e tendo como meta um conhecimento de caráter universalista, total). Implícita nesta *questão*, está a polêmica sobre o *uno* e o *múltiplo* no terreno do conhecimento, também já debatida neste texto.

Enquanto o autor assume, na referida passagem, uma posição relacionada à pluralidade, de modo a considerá-la “*como abordagens que se utilizam de vocabulários diferentes, para permitir intervenções de vários tipos sobre um objeto comum - a experiência de sofrimento psíquico de um humano*” (BEZERRA JÚNIOR, 1999, p.142), outros pensadores da saúde mental adotam uma leitura, na qual a pluralidade, entendida como fragmentação, é perniciosa para o conhecimento. E ao tratarem a questão da interdisciplinaridade, justificam-na a partir de críticas às especializações (no mesmo percurso teórico de autores como, Gunsdorf, Japiassú e Fazenda, já comentados nos capítulos precedentes) e como sendo instrumento de resgate de um conhecimento total, de um ideal de

unidade. Argumentando e defendendo esta direção, Ribeiro (1999) cita fontes que corroboram sua proposta:

Severino apresenta a seguinte visão de ações com o homem, que reforça o trabalho interdisciplinar em saúde mental: o homem é uma unidade que só pode ser aprendida numa abordagem sintetizadora e nunca mediante uma simulação de visões parciais. De nada adianta proceder por decomposição, análise e recomposição do aspecto; esta será não dará a totalidade humana (RIBEIRO, 1999, p.112).

Nesse trecho, fica claro o posicionamento do autor em favor de uma proposta interdisciplinar, em geral e na saúde mental, que se fundamenta na procura de um alvo totalista, face às restrições que expõe em relação ao espectro das especialidades.

Debruçando-se sobre esta matéria, Bachelard, como explicitado no primeiro capítulo, alerta para uma faceta significativa na abordagem da temática da especialização, apontando para a concepção de práticas científicas, opondo-se à idéia de uma ciência única. Nesta perspectiva, cada especialidade estaria ancorada em um campo axiomático próprio, só podendo ser compreendida nos limites deste referencial. Assim, essa pluralidade de práticas, saberes, remete a uma peculiaridade inerente ao conhecimento, e a noção de fragmentação se esvazia, não tendo sentido no seu pensamento.

Ao tecer tais considerações, Bachelard adverte para uma nuance decisiva deste debate. A singularidade de sua discussão revela-se enriquecedora na medida em que desenvolve uma concepção, na qual cada saber possui uma determinada articulação interna de fundamentos, que possibilita uma visão peculiar específica dos fenômenos, distinta daquela produzida por outros campos científicos. Cada visão se configura, assim, como um ato permanentemente singular e criativo.

Pensar a interdisciplinaridade a partir de tais premissas, abre um leque de alcances, já que se abdica do pressuposto de uma ciência única, comprometida com a



possibilidade de um saber completo, em favor do potencial dinâmico das interações entre as singularidades.

Tais elaborações têm importante impacto para o desdobramento da análise do campo da saúde mental brasileiro, reconfigurado ao longo dos movimentos e trajetórias, comentado, essencialmente, no que diz respeito às relações disciplinares. A idéia de romper com a hegemonia de um campo do conhecimento e seguir no sentido de uma horizontalidade dos profissionais e especialidades, representa sem dúvida, um diferencial significativo. Porém, a visualização de todo este processo apenas como um facilitador de um acesso mais equitativo e democrático das várias áreas envolvidas, na atenção aos transtornos mentais, constitui um empobrecimento do projeto – reitera-se novamente a advertência basagliana<sup>35</sup>. Refletindo sobre isto e enfatizando a importância da busca de uma reestruturação mais profunda, Saraceno comenta:

Mas o problema não é pensar que nós os profissionais de saúde mental, somos clínicos, interventores sociais, políticos, como se fosse simplesmente um agregar de funções; isso seria muito simplista. Eu penso que devemos ter uma atitude mais positiva, ou seja, que o resultado da soma das funções não é simplesmente a soma de seus elementos, mas a soma final produz uma identidade nova que não sabemos, ainda definir (SARACENO, 2001, p.153).

Num depoimento sobre a experiência no Centro de Atenção Psicossocial, *Professor Luis da Rocha Cerqueira*, primeiro CAPS brasileiro, Sílvio Yasui retrata a possibilidade de construção de um serviço a partir de uma outra lógica;

Fundamentalmente, pudemos explicitar e perceber nossas diferenças. Isso pode parecer um pouco óbvio mas, por vezes, quando trabalhamos em equipe, temos a tendência a minimizá-las ou mesmo ocultá-las e a nos identificar narcisicamente com pontos comuns, criando uma falsa impressão de coesão, de unidade. Ao constatar esse óbvio, fizemos da diferença ponto de encontro das dúvidas, de confronto de certezas e contradições e ponto de partida para a diversificação do trabalho. Reinauguramos a equipe, fundada num radical compromisso com a vida e assumimos coletivamente o CAPS como lugar de trabalho, de produção de sentido,

---

<sup>35</sup> Na primeira citação, página 90 deste capítulo.

de invenção, de encontro, de busca e – porque não? – de prazer (YASUI, 1989, p.57).

A lucidez do relato de Yasui traduz o espírito da reforma como também intrinsecamente vinculado a um processo continuado de interrogação do próprio fazer – seu artigo se intitula, *CAPS: Aprendendo a perguntar*.

O teor dos trechos examinados confere uma abordagem da interdisciplinaridade também dissonante – assim como outros autores mencionados previamente - em relação à linha dominante no país (vide Japiassú e Fazenda). No argumento específico de Yasui, explicita-se claramente uma restrição à meta de unidade numa equipe, chegando a atribuir-lhe um caráter de retrocesso e paralisia. No caminho inverso, a história que descreve sintoniza-se, efetivamente com o eixo do pensamento dos autores brasileiros, propulsores de uma acepção de interdisciplinaridade “*para além da filosofia do sujeito*”, encontrados na coletânea coordenada por Jantsch e Bianchetti (1995)<sup>36</sup>.

Tal tendência assume, no contexto desta dissertação, posição expressiva e relevante no curso das discussões acerca do tema interdisciplinaridade em si mesmo, mas também se revela como força motriz para alavancar caminhos alternativos na atenção à saúde mental.

Conforme exposição dos pressupostos dessa visão no capítulo anterior deste trabalho, o cunho interdisciplinar de uma proposta deve ser empreendido dentro de uma perspectiva histórica específica, representando múltiplas percepções possíveis de um dado objeto, sem perder de vista o caráter sempre incompleto dos resultados, conclusões aproximadas e provisórias.

---

<sup>36</sup> Pormenorizadas no 2º capítulo.

O conceito, tão correntemente utilizado na atualidade, de *campo da saúde mental*, traduz para diversos autores o próprio movimento de gênese de um novo momento, marcado por uma transição paradigmática. Na publicação, *Saúde Mental – Campo, Saberes, Discursos* – suas autoras comentam sobre a reflexão proposta acerca deste conceito:

Amplia e dá novos sentidos a essa clínica de modo a incorporar aportes de outros saberes e discursos que ajudem a problematizar e encaminhar temas e questões que há muito perpassam a própria constituição da clínica e continua a nos impor desafios. O diálogo com esses “outros” saberes e discursos, não estritamente psiquiátricos, implica a aprimoração e desenvolvimento de um campo – o da saúde mental – pressupondo-se com isso novas articulações entre poder / saber. A produção de verdade, inclusive da verdade científica, é fonte de condições sociais específicas de produção e vinculada a um estado determinado da estrutura e funcionamento do campo científico. (...). Implica ainda qualificarmos o campo da clínica como um conjunto de linhas de força diferenciadas, não homogêneo, dinâmico e portanto, possível de ser constantemente refeito e repensado (VENANCIO e CAVALCANTI, 2001, p.7).

A trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira dos últimos anos, já após a implantação deste novo modelo de serviços alternativos, concentra ainda no seu interior uma gama de contradições intrinsecamente caracterizadas por um referencial asilar (onde ainda predominam violência e exclusão) e, mesmo no bojo dos projetos mais recentes, percebe-se o risco de uma redução nos horizontes da concepção que funda e fundamenta o movimento brasileiro.

No fio desta interpretação, Amarante discorre a respeito:

É curioso poder constatar que, por um lado, a política nacional de saúde mental está sendo reduzida à implantação de CAPS. Não apenas se está reduzindo o amplo repertório de recursos, listados parcialmente no parágrafo anterior<sup>37</sup> como se está reduzindo todo o *processo social complexo* de reforma psiquiátrica a uma organização administrativa e tecnocrática de serviços. Em resumo, a reforma psiquiátrica torna-se a clínica modernizada, a psiquiatria renovada, realizada no interior dos CAPS's. Por outro lado, o modelo prevalente dos CAPS's é o herdeiro mais autêntico e legítimo da lógica do antigo INAMPS, onde a saúde era reduzida à doença ao mesmo tempo em que o sistema de saúde era reduzido à assistência médica curativa. Flávia Helena Freire (2003)<sup>38</sup>, demonstra como a lógica do

<sup>37</sup> Incluindo outros dispositivos não assistenciais, como cooperativas, associações, clubes, centros de convivência, etc.

<sup>38</sup> FREIRE, Flávia Helena (2003). O sistema de alocação de recursos do SUS e sua relação com o modelo assistencial do CAPS. Rio de Janeiro: Fiocruz, mimeo.

pagamento por procedimentos é suficiente para limitar o potencial inovador e revolucionário dos serviços de atenção psicossocial. No meu entendimento, há um risco de um processo de *capicização* da reforma psiquiátrica ao mesmo tempo em que pode haver uma *inampicização* dos CAPS's. Para finalizar lembremo-nos que as ciências não são pensadas como verdades absolutas, nem as técnicas como práticas e saberes definitivos e inquestionáveis (AMARANTE, 2003, p.63).

Ao problematizar tal direcionamento, Amarante analisa um traço marcante das práticas de atuação à saúde mental no Brasil e resgata aspectos essenciais para uma verdadeira subversão dos fundamentos que vêm legitimando a prática psiquiátrica no percurso dos quase 200 anos em todo o mundo.

Como analisado no transcorrer deste capítulo, a institucionalização da loucura através do discurso médico-psiquiátrico tem representado o cumprimento de um mandato outorgado pela sociedade, no sentido de manter o doente mental sob tutela para cura.

Um autêntico processo de reforma conduzirá, então, necessariamente, a uma verdadeira reestruturação sócio-cultural. Ao aliar os focos distintos - clínica e política - , esse movimento convoca o envolvimento de todos os segmentos da sociedade em geral. Este tópico já desvelado por Basaglia é lembrado por Bezerra Júnior:

Basaglia já dizia que a clínica era inseparável da política, e que qualquer projeto terapêutico, efetivamente comprometido com uma transformação radical da relação da sociedade com a loucura, precisaria encontrar uma forma de aliar a ampliação da normatividade psíquica à fruição da condição de cidadão. Este postulado, é hoje, talvez mais importante do que nos anos 70. A degradação crescente dos laços de sociabilidade nas metrópoles e nos centros urbanos médios mostra como a tarefa dos CAPS's e da rede de saúde mental inclui, cada vez mais, a reinvenção dos modos de convivência social, a criação de novas formas de ação no espaço público, a resistência ao imperativo da felicidade obrigatória, a ampliação dos espaços de respeito às diferenças irredutíveis, e assim por diante. Estes não são objetivos secundários ou efeitos colaterais desejados. Estes estão no centro mesmo do nosso projeto, é a nossa tarefa essencial (BEZERRA JÚNIOR, 2005, p.16).

Na visão de alguns estudiosos, o caminho percorrido pela reforma no Brasil alcançou num curto período, *“tanto a sensibilização da sociedade e de seus líderes culturais, políticos e sociais, enquanto o consenso necessário entre os profissionais em torno de seus*

*poucos objetivos claros, o que, em outros países, levou muitos anos (Itália, Espanha, etc.)”* (DESVIAT, 2002, p.151). O autor sublinha ainda o significativo aumento de publicações do movimento psiquiátrico reformador na década de noventa no Brasil.

Para Desviat, a iniciativa brasileira, no seu cerne, possui como marco distintivo, a inclusão de setores da sociedade civil no desenrolar do processo, inaugurando com isso, uma nova forma de entender os processos de mudanças. Em suas palavras:

A originalidade brasileira encontra-se na maneira de integrar, no discurso da cidadania, na consciência social, a trama de atuações que deve construir um programa comunitário e o estilo de inventar novas fórmulas de atenção, a partir do protagonismo de todos (...). A importância da reforma que vem sendo realizada no Brasil está na mobilização de um grupo amplo e atuante, militante no campo social, que procura citar novas experiências para transformar a vida (e não apenas a assistência psiquiátrica). Muito pouco seria possível fazer, sem que as formas de vida fossem modificadas (DESVIAT, 2002, p.165).

Tendo em vista essa direção, a reforma no país encontrou, em proposições construídas ao longo do seu percurso, uma importante vinculação a um fator de natureza marcadamente mobilizadora, que é a proposta de inclusão dos cidadãos no movimento. As ressalvas trazidas por Amarante, porém, no que diz respeito ao atual perfil do processo em curso, com risco de distanciar-se justamente deste aspecto potencialmente transformador, considerado um diferencial nas repercussões do projeto, desperta questões quanto à necessidade de repensar continuamente as opções e estratégias adotadas.

O papel dos profissionais da atenção em saúde mental ocupa um lugar de destaque e significância, em virtude da posição de atuação junto a pacientes, familiares, comunidade e gestores locais. Como reiteram os autores:

Os principais atores do processo de desinstitucionalização, são antes de tudo os técnicos que trabalham no interior das instituições, os quais transformam a organização, as relações e as regras do jogo, exercitando ativamente o seu papel terapêutico<sup>39</sup> de psiquiatras, enfermeiros, psicólogos, etc....Sobre esta base também os pacientes se tornam atores e a relação terapêutica torna-se uma fonte de poder que é utilizada também para chamar à responsabilidade e ao poder os outros atores institucionais, próximos ou não, os administradores locais, os políticos, etc.... Em outras palavras, os técnicos da saúde mental ativam toda a rede de relações que estruturam o sistema de ação institucional e dinamizam as competências, os poderes, os interesses, as demandas sociais, etc... (ROTELLI, LEONARDIS e MAURI, 2001, p.31).

As relações estabelecidas nesta equipe de técnicos consistem, então, num importante norteador do papel exercido por esse grupo nas suas respectivas áreas de atendimento e atuação, mantendo, com sua atividade numa certa direção, acesa a fonte de transformações amplas e estruturais.

Esta dissertação tem caminhado, desde o capítulo inicial, numa investigação do tema das relações entre os saberes, principalmente focada no tipo de relação denominada *interdisciplinaridade*. No decorrer do trabalho, partindo desde um recorte mais abrangente (âmbito mundial), passando por outro mais restrito (âmbito nacional), até um recorte bastante particular (campo da saúde mental), o assunto foi debatido, exposto em suas diversas vertentes, seus pressupostos e conseqüências para o terreno do conhecimento geral e deste mais específico. Nos três recortes, a interlocução com estas várias propostas e abordagens deixa claro a ausência de consenso, em relação aos conceitos nas várias dimensões da discussão.

A linha que este trabalho adota faz uma opção teórica, ao avaliar a concepção e abordagem que se encontram mais sintonizadas com a reflexão aqui proposta. A idéia de interdisciplinaridade contextualizada num momento histórico próprio, tendo como alicerce a

---

<sup>39</sup> A concepção defendida por Rotelli, Leonardis e Mauri, alude à idéia de “invenção de saúde”, retirando a ênfase da idéia de “cura”, pois o importante situa-se na “produção da vida, de sentido, de sociabilidade, a utilização dos espaços coletivos” (2001, p.30). Nesse sentido, é mister uma ruptura e/ou paradigmas clínicos prévios. Aqui a prática terapêutica inclui as estruturas existentes, os operadores, o campo psiquiátrico.

concepção de especificidade de cada área de saber (com seus respectivos campos axiomáticos), que, nos diálogos estabelecidos, encontram um disparador de questões para dentro de cada campo, possibilita o desencadear de um movimento sobre si mesmo, reformulador, desconstrutor. Neste entendimento da interdisciplinaridade, ela surge como motor de constantes reelaborações teóricas e práticas.

Essa noção se mostra como possibilidade extremamente rica para a discussão da reforma psiquiátrica brasileira no contexto atual. A desinstitucionalização da loucura tem encontrado, na idéia de desconstrução, uma tradução fidedigna de sua utopia. Se a interdisciplinaridade pode ser vislumbrada nesta perspectiva desconstrutora, então esta forma peculiar de interação se configura como instrumento de espectro amplo e decisivo, num movimento que almeja ser ponto de partida para uma transformação de envergadura a comportar repercussões sociais, políticas, econômicas e culturais.

## 5 CONCLUSÕES

No terreno da discussão contemporânea sobre o conhecimento, observa-se que, ao mesmo tempo em que antigas temáticas se mantiveram em foco, muitos desdobramentos foram suscitados e novos aspectos foram trazidos à tona. Nestas últimas décadas, observou-se “*a ruptura com a visão da ciência como sistema autônomo de produção de verdades*” (GADELHA, 2002, p.7). A complexidade dos fenômenos investigados tem remetido as diversas áreas do saber a uma reorganização interna e nas suas relações recíprocas. Gadelha resgata a imagem idealizada por Michel Paty para vislumbrar esta reconfiguração do conhecimento na realidade:

A dinâmica e as possíveis interações das ciências, da filosofia em geral, da epistemologia em particular e da história das ciências consistem num dos mais importantes temas do debate intelectual contemporâneo. A imagem de um tetraedro proposta recentemente pelo filósofo francês Michel Paty é uma das possibilidades de expressá-las, acentuando que cada uma daquelas áreas de conhecimento, representada pelos vértices do tetraedro, se relaciona e se enriquece no contato com as outras, mas sempre de maneira peculiar e assimétrica. O tetraedro, eclético, preserva os espaços de cada disciplina e ressalta a riqueza de sua combinatória (GADELHA, 2002, p.7).

Este panorama de interações entre diferentes campos do conhecimento, que passa a ter lugar mais claramente a partir do final da década de sessenta, constitui o cenário onde



surgiram os primeiros debates sobre interdisciplinaridade. Como explicitado no início deste trabalho, essa discussão passa a ter um foco de atenção sobre si num dado momento histórico particular. Desde então, a interdisciplinaridade vem sendo alvo de interesse de muitos estudiosos e, gradualmente, ganhando espaço como tema profundamente articulado com os recentes debates sobre o conhecimento.

A exploração desta temática, ponto central desta dissertação, dirigiu-se no sentido de estabelecer uma pesquisa sobre os distintos corpos de pressupostos que sustentam as principais vertentes que abordam o assunto. Este fio condutor foi delineando as diferentes abordagens, alguns de seus pensadores mais proeminentes, suas elaborações e argumentos em torno de seus respectivos referenciais axiomáticos, assim como as propostas interdisciplinares que engendram e suas conseqüências para as áreas envolvidas. O curso destes diálogos entre estas visões retomou, nos capítulos iniciais, o cerne de uma discussão travada remotamente na filosofia, entre a perspectiva da unidade e a da multiplicidade no conhecimento, como questão ainda presente, implícita nesse debate analisado.

O confronto entre tais vertentes também possibilitou explicitar mais detidamente suas diferentes implicações. Nesta investigação, realizada inicialmente numa dimensão geral/mundial, estabeleceram-se os pilares de uma concepção de interdisciplinaridade que ocupa papel hegemônico no âmbito dos debates. Esta concepção representa uma crítica veemente aos campos especializados, centrada no projeto de um saber uno e global, no qual se funda a sua proposta interdisciplinar.

Num outro direcionamento, foram trazidos para a cena, também, pensadores com uma linha norteada por fundamentos radicalmente diversos. A visão bachelardiana sobre as especialidades como tradução de axiomas singulares, inerentes a cada campo, aliada aos comentários travados por outros pesquisadores, no sentido de inserir a noção de

interdisciplinaridade num vínculo com o momento histórico em que está situada (e modos de produção particular da sociedade naquele momento), traz algumas advertências. Alertam para os riscos embutidos na idéia de interdisciplinaridade como busca de unidade, que suscita um retorno ao ideal positivista e projeta na ciência - desde que esta adquira caráter monodisciplinar - a capacidade para solucionar as questões de uma forma geral, inclusive aquelas tipicamente relacionadas aos problemas da divisão do trabalho e suas contradições num sistema capitalista. Estas considerações contribuíram sobremaneira para o enriquecimento do debate deste conceito, evidenciando a fragilidade das propostas que sustentam a interdisciplinaridade a partir daquelas bases.

Também representaram um ponto de importante reflexão as elaborações levantadas por Feyerabend. Suas considerações trazem à tona uma gama de possibilidades de aprofundamento, tanto em relação aos outros domínios do conhecimento, como também e principalmente, no que diz respeito à própria área de saber onde se está inserido. Ao argumentar que o confronto com outros campos é um poderoso instrumento para visualização dos próprios pressupostos, Feyerabend revela-se como referencial teórico relevante para as discussões da interdisciplinaridade, mesmo sem debruçar-se em momento algum sobre esse tema especificamente. Seu legado torna-se frutífero para este assunto, na medida em que ao falar do papel deste encontro de disciplinas distintas e de reconhecimento de fundamentos, ele vai ao cerne de algumas propostas interdisciplinares, que enxergam nestas, chances de conferir a estas interações um grande potencial de movimento e transformação do conhecimento.

O percurso deste debate, no cenário brasileiro, também iniciado há um longo período, mostra muitos aspectos de consonância com o movimento em nível mundial, principalmente no que tange à abordagem predominante utilizada. A inclusão do panorama

nacional dentro deste trabalho, porém, traz em seu bojo, considerações particularmente significativas para a discussão que a dissertação almejava explicitar.

Uma contribuição importante realizada no contexto brasileiro está representada pelo enfoque proposto para analisar a questão interdisciplinar, em referenciais alternativos àquele alicerçado na denominada *filosofia do sujeito*<sup>40</sup>. Ao trazer o pensamento desta vertente para o conteúdo deste texto, acrescentam-se mais justificativas para a construção de uma outra abordagem das dinâmicas disciplinares. Neste prisma, em sintonia com a concepção bachelardiana, com Feyerabend, Follari e outros, a existência de inúmeros territórios (ou especialidades) no saber não representa um obstáculo, muito menos uma *patologia*. Na verdade, em um dos trechos que resume e retrata a linha adotada durante a discussão existente no trabalho, Etges afirma:

A interdisciplinaridade, enquanto princípio mediador entre as diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento de redução a um denominador comum, mas elemento teórico-metodológico das diferenças e da criatividade. A interdisciplinaridade é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites, mas acima de tudo, é o princípio da diversidade e da criatividade (ETGES, 1995, p.14).

Jantsch e Bianchetti, autores também centrais em relação a esta outra proposta, lançam de forma pertinente, fundamentos neste aspecto e defendem a idéia da multiplicidade de olhares como algo inerente ao conhecimento, e assim também, necessariamente presente nas conexões interdisciplinares, Corroboram, desta maneira, com argumentos que apontam para um tipo de interação que mobiliza reavaliações estruturais - e estruturantes - em cada saber, caminho este profundamente sintonizado com o fio condutor estabelecido nesta exposição.

---

<sup>40</sup> Conceito já explicitado no trabalho.

Do ponto de vista desta articulação com o outro tema da presente análise, a atenção em saúde mental, este delineamento assim percorrido enfatiza a importância de uma ampla discussão de pressupostos das diversas e diferentes linhas teóricas implicadas em projetos interdisciplinares, com o objetivo de buscar um aporte conceitual afinado com a proposta trilhada neste momento pela saúde mental.

O trabalho empreendido nesta dissertação permitiu entrever nas diversas referências, uma grande controvérsia quando se trata de definir conceitos e estruturar classificações acerca dos muitos tipos de relações disciplinares. Apesar de já contabilizar algumas décadas, estes estudos ainda congregam divergências mesmo em aspectos ligados à terminologia empregada. De forma geral, inclusive, em virtude desta questão ter ganho grande repercussão na mídia e em muitos setores da vida cotidiana, observa-se o uso freqüentemente indiscriminado destes termos *multi*, *pluri*, *inter* e *transdisciplinaridade*. Tais denominações surgem aplicadas em um leque amplo de situações e perspectivas, denotando também significados extremamente variáveis. Este aspecto, mais recente na história do tema, também surge como um fator gerador de polêmica.

Apesar da difusão mais ampla nos meios de comunicação e em ambientes informais, o debate sobre interdisciplinaridade, no contexto acadêmico e de produção de trabalhos sobre o assunto no Brasil, tem predominantemente, como foi visto, abrangido o campo da educação e correlatos. Esta tendência permaneceu neste sentido durante longo período, até que passou a ser alvo de interesse de outras áreas, basicamente a partir da década de noventa.

A saúde mental, campo hoje em profunda reestruturação, surge como um domínio sobre o qual as discussões do tema têm proporcionado a elaboração de interessantes publicações, ainda que em pequeno número. Neste trabalho de pesquisa, apresentou-se como

foco escolhido para onde as reflexões interdisciplinares convergiram, no intuito de contribuir para este momento marcadamente peculiar.

A última parte da dissertação abordou a estruturação deste campo, ao longo de vários momentos históricos específicos, nos quais também atuavam perspectivas e paradigmas vinculados a cada um destes períodos palmilhados. Este percurso possibilitou a visualização do processo atual, configurado com características do contexto contemporâneo, que tem inspirado a entrada deste campo num outro nível de registro e fundamentos.

A trajetória da composição deste terreno se mostra completamente pertinente a este estudo, em virtude do entendimento de que, somente neste novo desenho traçado no território da saúde mental será possível empreender discussões despertadas pelos propósitos interdisciplinares. Como foi exposta, a concepção que sustentava os modelos da atenção psiquiátrica anterior a este momento atual não oferecia, na verdade, condições de possibilidade para considerações dessa natureza.

Os movimentos que deram origem ao novo arcabouço desta área trouxeram consigo modificações de forma a abrir espaço para outras reflexões, práticas e questionamentos. A experiência da reforma psiquiátrica no Brasil apresenta uma diretriz que caminha no sentido de um modelo que se pretende como permanentemente em renovação.

A marca que vem caracterizando as mais recentes propostas está ancorada numa referência de desinstitucionalização, enquanto *desconstrução*, sublinhando a necessidade de ir além dos projetos de desospitalização e da instalação de serviços alternativos. A bandeira que representa o movimento brasileiro na atualidade remete a um envolvimento das diversas dimensões de uma sociedade – social, econômica, política e cultural – onde a questão da loucura se encontra enraizada, institucionalizada através de um instrumento científico que é o discurso médico.

Neste contexto restaurado, dito campo da saúde mental ou da clínica ampliada, a interlocução com o assunto em pauta – interdisciplinaridade – se torna fértil e justificou um exame mais apurado nesta direção. Esse fundamento foi traduzido no tema da dissertação e mais detidamente investigado no capítulo anterior.

As contribuições colhidas desse processo mostram-se mais claras, na idéia de inserir o encontro de diferentes visões que compõem esse campo, como um poderoso mecanismo de desconstrução constante, ao promover o surgimento de questionamentos recíprocos e também internos. Assim, a interdisciplinaridade seria vista como ferramenta para problematizar os conteúdos e modos implícitos e explícitos dos muitos saberes e práticas.

O conceito de interdisciplinaridade assim discutido revelou, sem dúvida, uma opção de abordagem assumida por este trabalho. Aqui, o debate produzido não comporta uma noção de interdisciplinaridade comprometida com a busca por um ideal de unidade, onde as diferentes linhas são vistas como um “mal” e, supostamente, os problemas relativos ao conhecimento estariam solucionados, bastando para isso um ato de vontade de muitos sujeitos para elaborar um trabalho em equipe.

O rumo adotado enveredou por uma referência, já reiteradamente explicitada, que concebe a questão partindo justamente da pluralidade das especialidades como ponto que concentra as possibilidades de intercâmbio e transformação, já que aí se situam tanto os traços da singularidade (representado em cada diferente), como da criatividade – fruto da interação destes.

O trabalho elaborado, ao debruçar-se sobre o diálogo entre essas duas temáticas – interdisciplinaridade e saúde mental no Brasil – se configurou como um recorte analítico realizado a partir de um eixo norteador de indagações suscitadas no início desta pesquisa e constantes na introdução do texto. Tais questões, ao tempo em que atuaram como

sinalizadores da investigação a serem empreendidas, representaram também marcos que delimitaram o campo estudado.

Esta ressalva fundamental vem no sentido de corroborar a noção da impossibilidade de esgotar o assunto, como também expor o foco da dissertação, com as suas naturais conseqüências. Ao dirigir a atenção para itens relacionados ao eixo pretendido, o trabalho exhibe também regiões de lacuna. No presente caso, como o objetivo da explanação seguiu um propósito central de compreender aspectos de cunho epistemológico, analisando os pressupostos das principais vertentes do tema e até mesmo verificando as possibilidades dessas interações disciplinares, a seleção bibliográfica captou autores representativos destas diferentes linhas. O interesse predominante esteve localizado em obter uma visão consistente destes pilares constitutivos, identificando suas conseqüências para o conhecimento. Também foi estabelecido como conteúdo relevante, a demarcação dos pontos de divergência, assim como as implicações das mesmas.

Desta forma, não foram pesquisados exhaustivamente os autores com produções na área, nem também foram abordadas detalhadamente as posições teóricas defendidas por cada um em particular. O estudo não retrata um espectro a demonstrar tais produções minuciosamente. É possível que um exame mais acurado revelasse pormenores significativos para a discussão, fornecendo bases para um outro direcionamento dos estudos e certamente alcançando outros pontos de vista deste objeto.

O tema da reforma psiquiátrica em nível mundial e no Brasil, em si mesmo também bastante vasto, carrega consigo a potencialidade para um grande número de trabalhos, refletindo as múltiplas possibilidades de enfoques. Como ressaltado no início do capítulo mais específico sobre este tema, a elaboração de um painel mais completo, já sozinho constituiria propriamente conteúdo de uma dissertação. Assim, neste presente texto, optou-se

por fornecer um quadro de visão mais geral em nível mundial e um pouco mais específico no Brasil (ainda porém mantendo-se distante de uma abordagem minuciosa), que preservasse contudo, as nuances de interesse para o eixo do trabalho. Tratava-se de trazer um olhar sobre os momentos da história psiquiátrica, de modo a precisar a pertinência da discussão sobre interdisciplinaridade num contexto amparado em outras bases. Este processo, naturalmente, excluiu a abordagem de outras problemáticas muito importantes no desenrolar dos movimentos de reforma, essenciais para uma apreensão mais aprofundada da questão.

Um outro ponto se situa mesmo na interface entre estas duas matérias. Comentado no decorrer do texto, cabe novamente pontuar que a quantidade de publicações, acadêmicas ou não, debruçando-se especificamente sobre interdisciplinaridade e saúde mental no Brasil, ainda é escassa. Foram trazidas para o corpo do trabalho, considerações e passagens de textos de autores que inseriram, em suas produções, um debate envolvendo esta interseção. Porém, à medida que se envereda um pouco mais além, tem-se a clara noção que muito ainda há por explorar neste terreno. O que está apresentado nesta dissertação traduz, indubitavelmente, reflexões realizadas com as peculiaridades deste momento, em que o tema está em fase inicial de investigações.

As colocações elencadas previamente sugerem, devido à relevância da discussão para o cenário da atenção psiquiátrica no Brasil atualmente, a necessidade de outras pesquisas nesta direção, suscitando outros prismas para análises, assim como revelando possíveis alternativas para os modelos experimentados no presente. A complexidade inerente ao tema justifica e deve atuar como motor para que as investigações encaminhadas possam contemplar uma gama de enfoques marcados pela diversidade.

Paralelamente a estes comentários, é possível relacionar também algumas pontuações acerca dos objetivos alcançados por este estudo. Dentro do horizonte a que este se



propôs, aprofundar-se nas vertentes que abordam a interdisciplinaridade do ponto de vista de seus fundamentos, para refletir sobre possíveis contribuições para o campo da saúde mental no Brasil na atualidade, esta dissertação reuniu autores, argumentações e proposições que se acham sintonizadas com os questionamentos contemporâneos que têm surgido no contexto brasileiro da discussão deste campo, onde a idéia de desinstitucionalização representa desconstrução.

Diante das linhas apresentadas, que debatem o tema interdisciplinaridade, foi através de uma análise dos seus pressupostos e implicações que se estruturou a explanação e foram alicerçados os argumentos para interação com o tema da saúde mental, aventando possíveis contribuições para seu panorama no momento. Este percurso, construído a partir de tais referenciais, confere uma coerência ao tema com sua proposta.

Como apontam muitos trechos no trabalho, esta ocasião experimentada nestes últimos anos em termos de reforma psiquiátrica, representa oportunidade, apesar de todas as contradições ainda presentes, de manter acesa a chama de um projeto sempre atual, tão bem traduzido nas mencionadas palavras de Bezerra, ao falar que *“uma transformação radical da relação da sociedade com a loucura, precisaria encontrar formas de aliar a ampliação da normatividade psíquica à fruição da condição de cidadão”* (BEZERRA, 2005, p.16).

Nesta direção, os instrumentos e estratégias convocados devem, pela própria natureza do projeto, preservar sua veia dinâmica, persistente e experimentadora, como escreve Barreto:

Não se deve facilitar a que nada empalideça a nossa tarefa essencial, que é menos a de medir ou usar chaves padronizadas para solucionar problemas, que a de criar um ambiente que não só acolha as diferenças, mas nas palavras de Pelbart (1996), permita o homem ser um grande experimentador e afirmador de modos de existência singulares. Um mundo que signifique, antes de mais nada, suscitar eventos é, talvez, o melhor que tenha restado da imagem luminosa da *pólis*, a “cidade subjetiva”, onde haja a ligar cidadania e subjetividade mais que um laço,

uma “relação interna”, na expressão de Wittgenstein (1996) (BARRETO, 2005, p.179).

A proposta desta dissertação caminhou no sentido de buscar contribuir para a criação deste ambiente acolhedor de diferenças e singularidades, espaço e tempo a serem permanentemente reinventados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar. Transdisciplinaridade e saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva II** (1/2):5-20, 1997.

AMARANTE, Paulo. **O homem e a serpente – outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

AMARANTE, Paulo (coord). **Loucos pela vida – a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

AMARANTE, Paulo. A (clínica) e a reforma psiquiátrica. In: AMARANTE, Paulo (coord). **Archivos de saúde mental e a tensão psicossocial**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

ARDOÍNO, Jacques. A complexidade. In: MORIN, Edgar(org.). **A Religação dos Saberes**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ARISTÓTELES. Ética à Nicômaco. In: **Coleção Os Pensadores - Aristóteles**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ARISTÓTELES. Metafísica. In: **Coleção Os Pensadores - Aristóteles**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BACHELARD, Gaston. **L'Activité Rationaliste de la Phisique Contemporaine**. Paris: Press Universitaires de France, 1965 (Deuxieme Edition).

BARBOSA, Elyana. “Epistemologia”? ou “Práticas científicas”? Salvador (BA): **Cadernos CRH** nº 19 p.149 a 157, 1993.

BARRETO, Jubel. **O umbigo da reforma psiquiátrica – cidadania e avaliação de qualidade em saúde mental**. Juiz de Fora (MG): Editora UFJF, 2005.

BASAGLIA, Franco. **A instituição negada**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2001.

BEZERRA JÚNIOR, Benilton. A diversidade no campo psiquiátrico: pluralidade ou fragmentação. In: FIGUEIREDO, Ana Cristina (editor). **Práticas ampliadas em saúde mental: desafios e construções do cotidiano**. Rio de Janeiro: **Cadernos IPUB** nº 14 / Instituto de psiquiatria da UFRJ, 1999.

BEZERRA JÚNIOR, Benilton. Prefácio. In: BARRETO, Jubel. **O umbigo da reforma psiquiátrica – cidadania e avaliação de qualidade em saúde mental**. Juiz de Fora (MG): Editora UFJF, 2005.

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BRITTO, M. B. L. Interdisciplinaridade no Ensino da Filosofia para a Área de Ciências Naturais e Biológicas. In: CAPALBO, Creusa. (org.). **Sobre a Interdisciplinaridade no Ensino da Filosofia**. 1ª ed. Rio de Janeiro, 1993, v. 1, p.56-74.

DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno – sobre ética e intervenção do conhecimento**. 4ª ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2001.

DESVIAT, Manuel. **A Reforma Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

ETGES, Norberto J. Ciência, Interdisciplinaridades e Educação. In: JANTSCH, Ari Paulo e BIANCHETTI, Lucídio (orgs.) **Interdisciplinaridade – para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1995.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa**. 11ª ed. Campinas (SP): Papirus Editora, 2003.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

FOLLARI, Roberto. Algumas considerações práticas sobre interdisciplinaridade. In: JANTSCH e BIANCHETTI (orgs.). **Interdisciplinaridade – Para Além da Filosofia do Sujeito**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1995a.

FOLLARI, Roberto. Interdisciplina e Dialética: Sobre um mal-entendido. In: JANTSCH e BIANCHETTI (orgs.). **Interdisciplinaridade – Para Além da Filosofia do Sujeito**. Petrópolis RJ): Editora Vozes, 1995b.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. 6ª ed. São Paulo : Editora Perspectiva, 2000.

GADELHA, Paulo. Prefácio. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). **Filosofia, História e Sociologia das Ciências – Abordagens Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

GUSDORF, Georges. Prefácio. In: JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

JANTSCH, Ari Paulo e BIANCHETTI, Lucídio. Interdisciplinaridade – para além da filosofia do sujeito. In: JANTSCH, Ari Paulo e BIANCHETTI, Lucídio (orgs.) **Interdisciplinaridade – para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1995.

JANTSCH, Ari Paulo e BIANCHETTI, Lucídio. Imanência, História e Interdisciplinaridade. In: JANTSCH, Ari Paulo e BIANCHETTI, Lucídio (orgs.) **Interdisciplinaridade – para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1995.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1976.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília : Editora MS, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Legislação em saúde mental**. 5ª ed. Brasília (DF): Editora MS, 2004.

MORIN, Edgar. Os desafios da complexidade. In: MORIN, Edgar(org.). **A Religação dos Saberes**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. Crítica Moderna. In: **Coleção Os Pensadores – Os Pré-Socráticos**. v.I. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ORTEGA Y GASSET, José. **La Rebelion de las Masas**. 19ª ed. Madri: Alianza Editorial, 2005.

PITTA, A. Os Centros de Atenção Psicossocial: espaços de reabilitação? **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, p.647-655,1994.

PORTOCARRERO, Vera. Apresentação. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). **Filosofia, História e Sociologia das Ciências – Abordagens Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Saúde mental no Brasil**. São Paulo: Editora Arte e Ciência, 1999.

ROTELLI, Franco et al. Desinstitucionalização, uma outra via. In: NICÁCIO, Fernanda (org.). **Desinstitucionalização**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001 (2ª edição).

RUSSELL, Bertrand. **História do Pensamento Ocidental – A Aventura dos Pré-Socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2001.

SAMPAIO, José Jackson C. e GOMES dos SANTOS, Antonio Weimar. A Experiência do Centro de Atenção Psicossocial e o Movimento Brasileiro de Reforma Psiquiátrica. In: PITTA, Ana (org.). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade – O Currículo Integrado**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza e NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Reconhecer para libertar – os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

SARACENO, Benedetto. Reabilitação psicossocial: uma prática à espera de teoria. In: PITTA, Ana (org.). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

SEVERINO, Antonio J. O uno e o múltiplo: o sentido antropológico do interdisciplinar. In: JANTSCH, Ari Paulo e BIANCHETTI, Lucídio (orgs.) **Interdisciplinaridade – para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1995.

SGUISSARDI, Valdemar. Apresentação. In: JANTSCH e BIANCHETTI (orgs.). I **Interdisciplinaridade – Para Além da Filosofia do Sujeito**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1995.

TENÓRIO, Fernando. Psicanálise e reforma psiquiátrica – um trabalho necessário. In: FIGUEIREDO, Ana Cristina (org.). **Psicanálise – Pesquisa e clínica**. Rio de Janeiro: Edições IPUB - CUCA, 2001.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar – epistemologia e metodologia operativa**. 2ª ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2002.

VENÂNCIO, Ana Teresa A. e CAVALCANTI, Maria Tavares. Apresentação. In: VENÂNCIO, Ana Teresa A. e CAVALCANTI, Maria Tavares (orgs.). **Saúde mental – campo, saberes e discursos**. Rio de Janeiro: Edições IPUB - CUCA, 2001.

WALLNER, Fritz. Sete princípios da interdisciplinaridade no realismo construtivista. In: JANTSCH, Ari Paulo e BIANCHETTI, Lucídio (orgs.) **Interdisciplinaridade – para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1995.

YASUI, Sílvio. CAPS: aprendendo a perguntar. In: LANCENTI, Antonio et al. **Saudeloucura 1**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.